

LIGHT S.A.

ITR

- ✓ **Informações contábeis intermediárias referente ao segundo trimestre de 2022**
- ✓ **Relatório de revisão dos auditores independentes**
- ✓ **Press Release 2T22**

Light S.A.

Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR do
Período de Seis Meses Findo em
30 de Junho de 2022

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
Light S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Light S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Diretoria é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Base para conclusão com ressalva

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.2 e nº 8.1.1 às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, em 27 de junho de 2022, foi promulgada a Lei nº 14.385/2022 que determinou que a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL deverá promover, nos processos tarifários, a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado que versam sobre a exclusão do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Na interpretação da Companhia, a referida Lei é inconstitucional, uma vez que determina à ANEEL promover nos processos tarifários a destinação da totalidade dos valores objeto de repetição de indébito, sem respeitar prazo prescricional de dez anos com base no Código Civil Brasileiro a partir da data do julgamento da ação judicial, entre outros argumentos legais. Dessa forma, a Companhia não registrou provisão referente aos valores objeto de repetição de indébito, que nos termos da Lei devem ser destinados aos consumidores por meio de processo de revisão tarifária, que ultrapassam esse prazo, por entender que não há uma saída provável de recursos, conforme requerido pelo CPC 25/IAS 37 “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes” para que uma provisão seja registrada, entre outros requerimentos.

À despeito do entendimento da Companhia, referida Lei continua vigente, e determina a destinação integral dos valores objeto de repetição de indébito em favor dos consumidores, e cria mecanismos legais para a ANEEL promover tal destinação, através de processos tarifários. Adicionalmente, até o momento, não foi possível identificar nenhuma medida concreta para questionar a constitucionalidade de referida Lei e suspender os seus efeitos em caráter permanente.

Desta forma, com base nas análises da documentação disponibilizada pela Companhia e no conjunto de evidências internas e externas obtidas e avaliadas em seu conjunto, em nosso julgamento profissional, tais evidências obtidas até o momento indicam a existência de distorção relevante na estimativa contábil apresentada pela Administração da Companhia pela não inclusão da totalidade dos valores objeto de repetição de indébito na mensuração da referida provisão, nos termos da Lei nº 14.385/2022.

Conseqüentemente, nas informações financeiras intermediárias individuais de 30 de junho de 2022, o investimento e o patrimônio líquido em 30 de junho de 2022 estão apresentados a maior em R\$2.257.892 mil, o prejuízo dos períodos de três e seis meses está apresentado a menor em R\$2.257.892 mil, e nas informações financeiras intermediárias consolidadas de 30 de junho de 2022, o saldo passivo de valores a serem restituídos ao consumidor (provisão não circulante) está apresentado a menor em R\$2.600.265 mil, o do patrimônio líquido está apresentado a maior em R\$2.257.892 mil em 30 de junho de 2022, e o prejuízo dos períodos de três e seis meses está apresentado a menor em R\$2.257.892 mil, considerando os efeitos tributários.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas com ressalva

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção intitulada “Base para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA, individual e consolidada, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção intitulada “Base para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes do exercício e dos períodos anteriores

Os balanços patrimoniais individual e consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado e do resultado abrangente individuais e consolidadas para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021, e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado individuais e consolidadas referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, apresentados para fins de comparação, foram auditados e revisados por outros auditores independentes, que emitiram, respectivamente, relatórios de auditoria e revisão, sem modificação, em 24 de março de 2022 e 12 de agosto de 2021.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Marcelo Salvador
Contador
CRC nº 1 MG 089422/O-0

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS,
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS,**

PARA O TRIMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	5
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	6
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	7
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO.....	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	10
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS.....	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	12
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	15
3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO.....	17
4. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA.....	18
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	18
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	18
7. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES	19
8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR.....	22
9. TRIBUTOS DIFERIDOS.....	25
10. OUTROS CRÉDITOS.....	26
11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DO SETOR	27
12. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO.....	29
13. ATIVO DE CONTRATO.....	30
14. INVESTIMENTOS	30
15. IMOBILIZADO.....	34
16. INTANGÍVEL.....	35
17. FORNECEDORES.....	36
18. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR.....	37
19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	37
20. DEBÊNTURES.....	40
21. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS	43
22. CONTINGÊNCIAS	47
23. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO.....	52
24. OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO E ATIVO DE DIREITO DE USO.....	52
25. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	54
26. OUTROS DÉBITOS.....	54
27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	54
28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	56
29. PLANO DE PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES.....	57
30. RECEITA LÍQUIDA	59
31. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	60
32. RESULTADO FINANCEIRO	61
33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	62
34. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA	70
35. EVENTOS SUBSEQUENTES	71

LIGHT S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa	5	223	9	16.562	396.777
Títulos e valores mobiliários	6	166.667	62.647	3.960.162	3.208.196
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	7	-	-	2.290.731	2.424.681
Estoques		-	-	72.253	65.659
Tributos e contribuições a recuperar	8	-	1.719	1.485.149	1.262.787
Ativos financeiros do setor	11	-	-	109.175	1.171.882
Despesas pagas antecipadamente		119	353	32.611	28.844
Dividendos a receber	14	664.796	517.838	-	-
Serviços prestados a receber		-	1.474	35.734	17.316
Outros créditos	10	7.945	15.941	419.303	612.941
		839.750	599.981	8.421.680	9.189.083
Ativos classificados como mantidos para venda	4	-	41.446	-	134.946
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		839.750	641.427	8.421.680	9.324.029
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	7	-	-	1.367.780	1.220.687
Tributos e contribuições a recuperar	8	-	-	3.284.036	3.674.704
Tributos diferidos	9	-	-	1.161.460	895.715
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	33	-	-	17.411	190.409
Depósitos vinculados a litígios	21	907	878	225.147	221.572
Ativos financeiros do setor	11	-	-	265.140	308.390
Ativo financeiro da concessão	12	-	-	6.927.105	6.821.988
Outros créditos	10	-	-	493	1.121
Ativo de contrato	13	-	-	1.099.827	558.254
Investimentos	14	7.831.295	8.191.828	344.561	357.761
Imobilizado	15	-	-	1.922.961	1.809.881
Intangível	16	118	-	2.572.872	2.833.555
Ativo de direito de uso	24	-	-	275.687	59.806
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		7.832.320	8.192.706	19.464.480	18.953.843
TOTAL DO ATIVO		8.672.070	8.834.133	27.886.160	28.277.872

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

LIGHT S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021
Fornecedores	17	267	358	1.350.759	2.154.037
Tributos e contribuições a pagar	18	12.030	288	221.979	383.600
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	413.392	403.230
Debêntures	20	-	-	1.864.869	1.530.433
Instrumentos financeiros derivativos swaps	33	-	-	35.379	-
Passivos financeiros do setor	11	-	-	468.500	276.353
Dividendos a pagar		94.512	94.512	94.512	94.512
Obrigações trabalhistas		2.137	3.093	84.886	104.492
Valores a serem restituídos a consumidores	8	-	-	66.965	831.250
Obrigações por arrendamento	24	-	-	25.220	25.108
Encargos regulatórios	25	-	-	297.118	313.778
Outros débitos	26	9.050	1.900	462.707	571.934
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		117.996	100.151	5.386.286	6.688.727
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	3.637.626	4.005.790
Debêntures	20	-	-	6.215.525	5.204.873
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	33	-	-	363.923	3.975
Tributos e contribuições a pagar	18	-	-	199.440	199.605
Tributos diferidos	9	-	-	215.114	275.264
Participações societárias a descoberto	14	5.171	-	19.991	21.614
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	21	903	881	592.525	502.103
Obrigações por arrendamento	24	-	-	255.283	38.163
Valores a serem restituídos a consumidores	8	-	-	2.403.255	2.564.550
Outros débitos	26	-	-	49.192	40.107
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		6.074	881	13.951.874	12.856.044
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	28	5.392.197	5.392.197	5.392.197	5.392.197
Reserva de capital		19.427	18.462	19.427	18.462
Reservas de lucros		3.134.858	3.134.858	3.134.858	3.134.858
Ajustes de avaliação patrimonial		281.643	289.077	281.643	289.077
Outros resultados abrangentes		(101.493)	(101.493)	(101.493)	(101.493)
Prejuízos acumulados		(178.632)	-	(178.632)	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.548.000	8.733.101	8.548.000	8.733.101
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.672.070	8.834.133	27.886.160	28.277.872

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

LIGHT S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Demonstrações de Resultados	Notas	Controladora				Consolidado			
		Período de três meses findos em		Período de seis meses findos em		Período de três meses findos em		Período de seis meses findos em	
		30.06.2022	30.06.2021	30.06.2022	30.06.2021	30.06.2022	30.06.2021	30.06.2022	30.06.2021
RECEITA LÍQUIDA	30	-	-	-	-	3.411.236	3.217.920	6.953.951	6.912.801
CUSTO TOTAL	31	-	-	-	-	(2.709.876)	(2.710.329)	(5.608.426)	(5.829.157)
Custos com energia elétrica	31.1	-	-	-	-	(2.128.547)	(2.259.170)	(4.460.428)	(4.902.052)
Custos de operação	31	-	-	-	-	(581.329)	(451.159)	(1.147.998)	(927.105)
LUCRO BRUTO		-	-	-	-	701.360	507.591	1.345.525	1.083.644
Despesas gerais e administrativas	31	(561)	(7.562)	(2.278)	(11.513)	(269.435)	(272.771)	(568.920)	(577.351)
Outras receitas (despesas), líquidas		69.145	15.878	53.250	15.878	69.396	(3.253)	66.865	11.236
Resultado de equivalência patrimonial	14	(128.794)	(3.117)	(218.747)	(41.369)	(8.739)	(8.243)	(11.430)	(11.393)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		(60.210)	5.199	(167.775)	(37.004)	492.582	223.324	832.040	506.136
RESULTADO FINANCEIRO	32	(6.355)	456	(4.825)	879	(607.761)	(219.674)	(1.110.711)	(564.428)
Receita financeira		3.905	678	5.457	1.139	222.113	419.261	270.695	88.201
Despesa financeira		(10.260)	(222)	(10.282)	(260)	(829.874)	(638.935)	(1.381.406)	(652.629)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E CSLL		(66.565)	5.655	(172.600)	(36.125)	(115.179)	3.650	(278.671)	(58.292)
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	(13.466)	(2.439)	(13.466)	(2.439)	2.171	(306.099)	(233.290)	(315.488)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	-	-	-	-	32.977	305.665	325.895	335.216
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		(80.031)	3.216	(186.066)	(38.564)	(80.031)	3.216	(186.066)	(38.564)
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$ / Ação)	28.3	(0,22)	0,01	(0,51)	(0,11)	(0,22)	0,01	(0,51)	(0,11)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

LIGHT S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais)

Demonstrações de Resultados Abrangentes	Controladora				Consolidado			
	Período de três meses findos em		Período de seis meses findos em		Período de três meses findos em		Período de seis meses findos em	
	30.06.2022	30.06.2021	30.06.2022	30.06.2021	30.06.2022	30.06.2021	30.06.2022	30.06.2021
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(80.031)	3.216	(186.066)	(38.564)	(80.031)	3.216	(186.066)	(38.564)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	(80.031)	3.216	(186.066)	(38.564)	(80.031)	3.216	(186.066)	(38.564)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

LIGHT S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Notas	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS			AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
				RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	RESERVA ESPECIAL				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		5.392.197	18.462	397.019	2.422.486	315.353	289.077	(101.493)	-	8.733.101
Opções de ações outorgadas (<i>stock options</i>)	29	-	965	-	-	-	-	-	-	965
Prejuízo líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	(186.066)	(186.066)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	(7.434)	-	7.434	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022		5.392.197	19.427	397.019	2.422.486	315.353	281.643	(101.493)	(178.632)	8.548.000

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Notas	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS			AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
				RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	RESERVA ESPECIAL				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		4.051.285	9.434	377.122	2.123.625	315.353	304.402	(105.009)	-	7.076.212
Aumento de capital com emissão de ações		1.372.425	-	-	-	-	-	-	-	1.372.425
(-) Gastos com emissão de ações		(31.513)	-	-	-	-	-	-	-	(31.513)
Opções de ações outorgadas (<i>stock options</i>)	29	-	5.052	-	-	-	-	-	-	5.052
Prejuízo do período		-	-	-	-	-	-	-	(38.564)	(38.564)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	(7.743)	-	7.743	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021		5.392.197	14.486	377.122	2.123.625	315.353	296.659	(105.009)	(30.821)	8.383.612

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

LIGHT S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	Notas	Controladora		Consolidado	
		30.06.2022	30.06.2021	30.06.2022	30.06.2021
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		6.566	(2.406)	(33.991)	(479.804)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(172.600)	(36.125)	(278.671)	(58.292)
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	31	-	-	184.181	272.372
Depreciação e amortização	31	-	-	362.090	299.386
Perda (ganho) na venda ou baixa de intangível, imobilizado, investimento e arrendamento		-	-	(1.509)	25.874
Perdas cambiais e monetárias de atividades financeiras	32	-	-	21.670	15.466
Provisão e atualização financeira para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios e baixas e atualização financeira de depósitos vinculados a litígios		22	5	273.103	115.941
Ajuste a valor presente e antecipações de recebíveis		9.650	131	23.428	(87)
Despesa de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures e amortização dos custos	32	-	-	430.554	267.923
Juros sobre obrigações de arrendamento	24	-	-	11.922	3.478
Variação <i>swap</i>	32	-	-	753.469	235.087
Resultado de equivalência patrimonial	14	218.747	41.369	11.430	11.393
Atualização financeira dos créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS		-	-	(5.764)	(5.649)
Opções de ações outorgadas (<i>stock options</i>)	29	965	5.052	965	5.052
Ganho na alienação de participação em controladas em conjunto		(53.250)	-	(56.761)	-
Valor justo do ativo financeiro da concessão	30	-	-	(14.867)	(217.320)
Constituição e atualização de ativos e passivos financeiros do setor		-	-	611.247	(369.674)
Variações nos ativos e passivos		3.032	(12.838)	(2.360.478)	(1.080.754)
Títulos e valores mobiliários		(3.090)	(839)	(133.272)	(25.316)
Consumidores, concessionárias e permissionárias		-	-	(211.102)	618.524
Tributos, contribuições e impostos, líquido		386	(185)	31.558	110.349
Ativos e passivos financeiros do setor		-	-	(363.143)	(63.625)
Estoques		-	-	(6.594)	(7.221)
Serviços prestados a receber		1.474	799	(18.418)	5.443
Despesas pagas antecipadamente		234	170	(3.767)	2.784
Depósitos vinculados a litígios		(29)	(221)	(3.885)	(3.059)
Outros créditos		(1.654)	(15.550)	113.953	(92.979)
Fornecedores		(91)	3.632	(819.409)	(2.062.348)
Obrigações trabalhistas		(956)	(713)	(19.606)	(15.868)
Pagamento das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios		-	-	(146.755)	(224.662)
Encargos regulatórios		-	-	(16.660)	54.823
Outros débitos		7.149	69	(135.758)	982
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>		-	-	(185.144)	824.564
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	19/20	-	-	(314.332)	(203.145)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(391)	-	(128.144)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(6.352)	(1.345.959)	(1.153.406)	(4.018.964)
Aquisições de bens do ativo imobilizado		-	-	(145.503)	(40.884)
Aquisições de bens do ativo intangível e do ativo de contrato		(118)	-	(580.916)	(430.053)
Recebimento pela venda de participações		94.696	-	191.707	-
Aumento de capital nas investidas	14	-	(1.341.829)	-	(2.241)
Resgate de aplicações financeiras		38.867	72.615	4.398.957	5.893.504
Aplicações financeiras		(139.797)	(76.745)	(5.017.651)	(9.439.290)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		-	1.340.912	807.182	3.919.508
Recebimento pela emissão de ações		-	1.340.912	-	1.340.912
Dividendos pagos		-	-	-	-
Pagamento de obrigações por arrendamento	24	-	-	(27.350)	(27.478)
Captação, líquida dos custos de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures e das cotas subordinadas – FDIC	19/20	-	-	1.287.943	4.228.410
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	19/20	-	-	(453.411)	(1.622.336)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		214	(7.453)	(380.215)	(579.260)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		9	7.745	396.777	653.200
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		223	292	16.562	73.940

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

LIGHT S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais)

Demonstrações dos Valores Adicionados	Notas	Controladora		Consolidado	
		30.06.2022	30.06.2021	30.06.2022	30.06.2021
Receitas		-	-	11.834.417	10.885.083
Venda de mercadorias, produtos e serviços		-	-	11.309.941	10.717.271
Receitas referentes à construção de ativos próprios		-	-	708.657	440.184
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	31	-	-	(184.181)	(272.372)
Insumos adquiridos de terceiros		51.322	13.333	(5.292.143)	(5.548.039)
Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	31.1	-	-	(4.460.428)	(4.902.052)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		51.322	13.333	(831.715)	(645.987)
Valor adicionado bruto		51.322	13.333	6.542.274	5.337.044
Retenções		-	-	(362.090)	(299.386)
Depreciação e amortização	31	-	-	(362.090)	(299.386)
Valor adicionado líquido produzido		51.322	13.333	6.180.184	5.037.658
Valor adicionado recebido em transferência		(213.290)	(40.230)	259.265	76.808
Resultado de equivalência patrimonial	14	(218.747)	(41.369)	(11.430)	(11.393)
Receitas financeiras	32	5.457	1.139	270.695	88.201
Valor adicionado total a distribuir		(161.968)	(26.897)	6.439.449	5.114.466
Distribuição do valor adicionado		(161.968)	(26.897)	6.439.449	5.114.466
Pessoal		(586)	8.028	248.473	204.341
Remuneração direta		(852)	7.750	183.001	133.799
Benefícios		187	195	50.843	55.674
FGTS		79	83	14.479	13.916
Outros		-	-	150	952
Impostos, taxas e contribuições		14.057	2.878	4.945.965	4.236.390
Federais		14.049	2.832	2.060.573	1.712.791
Estaduais		-	-	2.871.897	2.512.164
Municipais		8	46	13.495	11.435
Remuneração de capitais de terceiros		10.627	761	1.431.077	712.299
Juros		10.030	206	1.375.837	660.547
Aluguéis		597	555	55.240	51.752
Remuneração de capitais próprios		(186.066)	(38.564)	(186.066)	(38.564)
Prejuízos retidos	28	(186.066)	(38.564)	(186.066)	(38.564)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

LIGHT S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2022
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Light S.A. (“Light” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil. A Light tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos.

A Companhia é listada na “B3” (Brasil, Bolsa, Balcão) no segmento do Novo Mercado (“NM”), sob a sigla LIGT3 e no mercado de balcão americano (Over-the-Counter - OTC), sob a sigla LGSXY.

As controladas, controladas em conjunto e coligadas da Light compõem o Grupo Light (“Grupo Light” ou “Grupo”). As informações sobre as operações do Grupo são apresentadas na Nota 1.1, ao passo que as informações sobre operações entre partes relacionadas são apresentadas na Nota 27.

A Light S.A. é uma Companhia Aberta sem acionista controlador (“full Corporation”) e sem acordo de acionistas.

1.1 Entidades do Grupo

A Companhia possui participação societária nas seguintes controladas e controladas em conjunto cujos objetivos principais são distribuição, geração e comercialização de energia elétrica:

Sociedade	Natureza jurídica	Atividade	Localidade
CONTROLADAS			
Light Serviços de Eletricidade S.A.	Capital aberto	Distribuição de energia elétrica, com área de concessão abrangendo 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital.	Rio de Janeiro
Light Energia S.A.	Capital aberto	Estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração e transmissão, comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos ou autorizados.	Rio de Janeiro
Lajes Energia S.A.	Capital fechado	Análise da viabilidade técnica e econômica, a elaboração do projeto, a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da PCH Lajes, com potência nominal de 17 MW ^(a) . Em 08 de julho de 2014, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 4.734/14 que transferiu a concessão da PCH Lajes da Light Energia para a Lajes Energia.	Rio de Janeiro
Light Com Comercializadora de Energia S.A. (“Lightcom”)	Capital fechado	Compra, venda, importação, exportação de energia e a prestação de serviços de consultoria no setor de energia.	São Paulo
Light Soluções em Eletricidade Ltda.	Limitada	Prestação de serviços aos clientes de baixa tensão contemplando montagem, reforma e manutenção de instalações em geral.	Rio de Janeiro
Instituto Light	Pessoa Jurídica	Participar em projetos sociais e culturais, com interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades, reafirmando a vocação da Companhia como empresa cidadã.	Rio de Janeiro
Light Conecta Ltda.	Capital fechado	Realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica, bem como, a realização de compra, venda, importação, exportação de energia elétrica, térmica, gases e utilidades industriais, prestação de serviços de consultoria no setor de energia, locação de bens móveis e imóveis, além de aquisição e comercialização de mercadorias vinculadas à atividade e realização de estudos, projetos, implementação, operação e manutenção de obras, construções e instalações, de qualquer natureza ou especialidade.	Rio de Janeiro
CONSÓRCIO			
Consórcio UHE Itaocara	Capital fechado	Constituído para a exploração da Usina Hidrelétrica de Itaocara, controlada em conjunto pela Light Conecta (51%) e pela Cemig GT (49%). Em 30 de abril de 2015, o Consórcio UHE Itaocara sagrou-se vencedor no Leilão A-5 realizado pela ANEEL, relacionado à concessão da Usina Hidrelétrica de Itaocara.	Rio de Janeiro

Sociedade	Natureza jurídica	Atividade	Localidade
CONTROLADAS EM CONJUNTO			
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	Capital fechado	Controlada em conjunto pela Light Conecta (51%) e pela Cemig GT (49%), foi constituída para construir a UHE Itaocara e tem como objeto a concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica Itaocara I, conforme contrato de concessão nº01/2015 celebrado com a União. O Projeto Itaocara não será desenvolvido e a UHE Itaocara S.A. rescindiu a totalidade dos seus contratos de venda de energia (CCEARS) e está buscando com a ANEEL uma solução equilibrada para a devolução da concessão.	Rio de Janeiro
Axxiom Soluções Tecnológicas ("Axxiom")	Capital fechado	Oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, gás, água, esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela CEMIG (49%).	Minas Gerais
Amazônia Energia S.A. ("Amazônia Energia")	Capital fechado	Participar e administrar o capital social da Norte Energia S.A. ("NESA"), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Controlada em conjunto pela Light S.A. (25,5%) e pela Cemig GT (74,5%), a participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,8% do capital. Em 26 de agosto de 2010, a NESA assinou Contrato de Concessão nº 001/10 com a União através do MME - Ministério de Minas e Energia, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. Ainda de acordo com o referido contrato, 70% da energia assegurada da usina será destinada ao mercado regulado, 10% para os autoprodutores e 20% destinada ao mercado livre (ACL).	Brasília

^(a) Não revisado pelos auditores independentes

1.2 Promulgação da Lei nº14.385 em 27 de junho de 2022 – Revisão Tarifária Extraordinária (RTE)

Em 27 de junho de 2022, foi promulgada a Lei nº 14.385/22, a qual altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar o repasse de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica. A nova Lei incluiu o art. 3º-B, na Lei nº 9.427/1996, para determinar a destinação integral em proveitos dos usuários afetados, dos créditos oriundos das ações em que as distribuidoras de energia elétrica obtiveram a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

De acordo com a referida Lei, caberá à ANEEL estabelecer critérios para operacionalização da devolução dos créditos de PIS/COFINS levando em consideração, dentre outros aspectos, o valor total do crédito utilizado em compensação e a capacidade máxima de compensação desses créditos. A devolução dos créditos aos consumidores se dará através de processos tarifários anuais. No caso da Companhia, que teve seu processo tarifário homologado em março de 2022, a ANEEL poderá promover Revisão Tarifária Extraordinária (RTE).

Os Administradores da Companhia, baseados na opinião dos seus assessores legais externos, concluíram que há flagrantes inconstitucionalidades na Lei. Por essa razão, a Companhia iniciou os procedimentos necessários para afastar sua aplicação, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.1.1.

Como primeiro passo, a Companhia ajuizou duas ações judiciais (5052102-70.2022.4.02.5101 e 1043306-50.2022.4.01.3400), ambas com o objetivo final – embora por razões distintas – de impedir a realização da referida Revisão Tarifária Extraordinária (RTE). Esse objetivo foi alcançado primeiramente nesta ação, por meio de decisão judicial em sede de liminar favorável, atualmente vigente, proferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no Agravo de Instrumento nº 1023960-31.2022.4.01.0000.

Ainda, com base em parecer técnico contábil independente a Companhia entende que, para essas informações financeiras trimestrais, o passivo adicional para reembolso aos consumidores deve ser classificado como um passivo contingente, não devendo, portanto, ser objeto de provisionamento.

Isso porque, em conformidade com a IAS 37/CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, “*nos casos extremamente raros em que nenhuma estimativa confiável possa ser feita, existe um passivo que não pode ser reconhecido*”, mas sim “*divulgado como passivo contingente (ver item 86)*”, não tendo a Companhia obrigação presente de reconhecer tal passivo.

Primeiramente, porque o valor desse passivo adicional é incerto uma vez que a ANEEL ainda não delimitou os usuários *afetados*, como determina a Lei nº 14.385/2022. Para isso, a Agência deveria identificar os consumidores que contribuíram para a formação do crédito e calcular a proporção de repasse a cada um.

Segundo, ainda diante da necessidade de a ANEEL identificar os usuários *afetados*, o valor permanece incerto porque a Agência não apresentou números com consideração sobre a inadimplência no período de formação dos créditos. Os consumidores inadimplentes não contribuíram para a formação do crédito e não fazem jus ao repasse.

Terceiro, a incerteza no valor desse passivo também é reforçada porque a ANEEL, atualmente obstada de realizar a RTE sem o devido processo legal, não divulgou quais são os valores “*a serem compensados até o processo tarifário subsequente, conforme projeção a ser realizada pela Aneel*”, novamente como determina a própria Lei nº 14.385/2022.

Em observância a IAS 37/CPC 25, na data destas informações financeiras, o quadro a seguir apresenta os impactos da exposição máxima referentes à contabilização da devolução integral dos créditos referentes a exclusão do ICMS na base do PIS/COFINS no balanço patrimonial e na demonstração do resultado da Companhia:

Efeitos no balanço patrimonial	R\$ mil
Ativo Diferido	342.373
Provisão para destinação de créditos de PIS/COFINS	(2.600.265)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(2.257.892)

Efeitos no resultado do período	R\$ mil
Recuperação de créditos de PIS e COFINS sobre ICMS	(1.081.068)
Despesa financeira	(1.519.197)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	342.373
RESULTADO	(2.257.892)

A partir da avaliação independente de seus assessores legais e contábeis externos, a Companhia entende que obrigação estabelecida na referida Lei não é exigível para registro contábil nesta informação financeira trimestral, pois de acordo com a IAS 37/CPC 25, há necessidade de regulamentação da ANEEL e por não ser provável a saída de recursos. Ademais, a Companhia, a partir da avaliação independente de seus assessores legais externos, entende haver flagrante inconstitucionalidade nesta Lei. A Companhia, oportunamente, tomará as medidas jurídicas cabíveis.

Assim, para o trimestre findo em 30 de junho de 2022, a Administração da Companhia entende que, embora exista um fato novo advindo da publicação da Lei, esse fato não é suficiente para apresentar alterar os registros contábeis por ela efetuados.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

Essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem àquelas utilizadas pela Administração no desenvolvimento de suas atividades de gestão dos negócios.

Estas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, aprovadas em 24 de março de 2022. As práticas contábeis adotadas para estas informações trimestrais são consistentes com aquelas apresentadas nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Em 11 de agosto de 2022, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas informações financeiras intermediárias referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2022.

2.2 Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros (Nota 33) e ativos mantidos para venda (Nota 4), mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, respectivamente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Consolidação do Grupo Light

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações trimestrais da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas.

Estão consolidadas integralmente nas seguintes bases abaixo apresentadas:

Sociedades controladas	Atividade	30.06.2022			31.12.2021		
		Forma de avaliação	Participação direta (%)	Participação indireta (%)	Forma de avaliação	Participação direta (%)	Participação indireta (%)
Light SESA	Distribuição	Consolidação	100,0	-	Consolidação	100,0	-
Light Energia	Geração hidráulica	Consolidação	100,0	-	Consolidação	100,0	-
Fontainha	Geração eólica	-	-	-	Consolidação	-	100,0
São Judas Tadeu	Geração eólica	-	-	-	Consolidação	-	100,0
Lajes Energia	Geração hidráulica	Consolidação	-	100,0	Consolidação	-	100,0
Lightcom	Comercialização	Consolidação	100,0	-	Consolidação	100,0	-
Light Soluções	Serviços	Consolidação	100,0	-	Consolidação	100,0	-
Instituto Light	Outros	Consolidação	100,0	-	Consolidação	100,0	-
Light Conecta	Serviços	Consolidação	100,0	-	Consolidação	100,0	-

Consórcio	Atividade	30.06.2022			31.12.2021		
		Forma de avaliação	Participação direta (%)	Participação indireta (%)	Forma de avaliação	Participação direta (%)	Participação indireta (%)
Light Conecta							
Consórcio UHE Itaocara	Geração hidráulica	Joint operation	-	51,0	Joint operation	-	51,0

2.5 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações em vigor a partir de 01 de janeiro de 2022

Normas foram revisadas e passaram a ser aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022 e, portanto, estão sendo adotadas nestas informações financeiras intermediárias individuais e consolidada, contudo, a adoção dessas alterações não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados.

Norma	Descrição da alteração	Impactos contábeis
IAS 37/ CPC 25 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados na premissa de fluxo de caixa.	Sem impactos relevantes
IAS 16/CPC 27 Ativo imobilizado	A alteração permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo	Sem impactos relevantes

3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento para o primeiro semestre de 2022 e de 2021 e posições patrimoniais em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 estão sendo apresentadas em relação aos negócios da Companhia, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas, conforme apresentadas a seguir:

Balanco Patrimonial	Distribuição	Geração	Serviço	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 30.06.2022
Ativo circulante	6.771.504	1.131.951	16.479	392.080	841.801	(732.135)	8.421.680
Outros ativos não circulantes	14.576.644	29.572	13.470	3.480	920	-	14.624.086
Investimentos	33.976	-	-	-	7.831.295	(7.520.710)	344.561
Imobilizado	315.702	1.573.196	33.754	309	-	-	1.922.961
Intangível	2.224.563	346.340	1.320	531	118	-	2.572.872
TOTAL DOS ATIVOS	23.922.389	3.081.059	65.023	396.400	8.674.134	(8.252.845)	27.886.160
Passivo circulante	5.079.800	698.758	3.153	218.196	118.514	(732.135)	5.386.286
Passivo não circulante	11.981.471	1.948.451	14.867	1.011	6.074	-	13.951.874
Patrimônio líquido	6.861.118	433.850	47.003	177.193	8.549.546	(7.520.710)	8.548.000
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23.922.389	3.081.059	65.023	396.400	8.674.134	(8.252.845)	27.886.160

Balanco Patrimonial	Distribuição	Geração	Serviço	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 31.12.2021
Ativo circulante	7.798.320	1.162.257	13.217	296.871	643.478	(590.114)	9.324.029
Outros ativos não circulantes	13.861.576	62.166	16.434	11.578	892	-	13.952.646
Investimentos	34.124	-	-	-	8.191.828	(7.868.191)	357.761
Imobilizado	309.308	1.466.403	33.843	327	-	-	1.809.881
Intangível	2.455.860	375.710	1.378	607	-	-	2.833.555
TOTAL DOS ATIVOS	24.459.188	3.066.536	64.872	309.383	8.836.198	(8.458.305)	28.277.872
Passivo circulante	6.385.767	659.419	3.294	129.699	100.662	(590.114)	6.688.727
Passivo não circulante	10.906.594	1.926.285	21.730	554	881	-	12.856.044
Patrimônio líquido	7.166.827	480.832	39.848	179.130	8.734.655	(7.868.191)	8.733.101
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24.459.188	3.066.536	64.872	309.383	8.836.198	(8.458.305)	28.277.872

Resultados por segmento:

Demonstração do Resultado - 1º Semestre de 2022	Distribuição	Geração	Serviço	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado
RECEITA LÍQUIDA	6.448.535	372.917	27	534.682	-	(402.210)	6.953.951
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(5.978.152)	(117.805)	(398)	(467.291)	50.955	402.210	(6.110.481)
Equivalência patrimonial	-	-	6.794	-	(236.971)	218.747	(11.430)
RESULTADO FINANCEIRO	(926.709)	(192.098)	814	12.094	(4.812)	-	(1.110.711)
Receita financeira	158.193	92.153	876	14.003	5.470	-	270.695
Despesa financeira	(1.084.902)	(284.251)	(62)	(1.909)	(10.282)	-	(1.381.406)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(456.326)	63.014	7.237	79.485	(190.828)	218.747	(278.671)
Contribuição social	39.240	(4.702)	(25)	(7.154)	(3.569)	-	23.790
Imposto de renda	111.377	(12.749)	(57)	(19.856)	(9.900)	-	68.815
RESULTADO LÍQUIDO	(305.709)	45.563	7.155	52.475	(204.297)	218.747	(186.066)

Demonstração do Resultado - 1º Semestre de 2021	Distribuição	Geração	Serviço	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado
RECEITA LÍQUIDA	6.279.493	440.850	(63)	558.082	-	(365.561)	6.912.801
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(6.142.468)	(140.682)	(1.453)	(480.549)	4.319	365.561	(6.395.272)
Equivalência patrimonial	-	-	(432)	-	(52.330)	41.369	(11.393)
RESULTADO FINANCEIRO	(405.952)	(161.345)	515	1.474	880	-	(564.428)
Receita financeira	74.630	10.168	565	1.699	1.139	-	88.201
Despesa financeira	(480.582)	(171.513)	(50)	(225)	(259)	-	(652.629)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(268.927)	138.823	(1.433)	79.007	(47.131)	41.369	(58.292)
Contribuição social	23.606	(11.443)	-	(7.122)	(649)	-	4.392
Imposto de renda	68.196	(31.421)	-	(19.649)	(1.790)	-	15.336
RESULTADO LÍQUIDO	(177.125)	95.959	(1.433)	52.236	(49.570)	41.369	(38.564)

4. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

Em 18 de dezembro de 2020, foi aprovada a concessão de período de exclusividade à Brasal Energia S.A. (“Brasal”) visando à potencial operação para a alienação da totalidade da participação de 51% das controladas em conjunto Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”) e Lightger S.A. (“Lightger”). A partir deste momento, a Companhia passou a tratar contabilmente esse bloco de ativos como “ativos não circulantes mantidos para venda”.

Em 09 de dezembro de 2021, a Light S.A, em conjunto com sua controlada Light Energia, celebrou contrato de compra e venda com Brasal. Em 23 de junho de 2022, a alienação das controladas em conjunto Guanhães Energia e Lightger S.A. foi concluída pelos valores de R\$97.011 e R\$103.743, respectivamente.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalente de caixa	Controladora		Consolidado	
	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021
Caixa e bancos	223	9	14.020	53.528
Aplicações financeiras de liquidez imediata (CDB)	-	-	2.542	343.249
TOTAL	223	9	16.562	396.777

A remuneração média das aplicações é de 80,0% do CDI em 30 de junho de 2022. Em 31 de dezembro de 2021 a remuneração média das aplicações financeiras era de 106,3% do CDI.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota 33.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Títulos e valores mobiliários	Controladora		Consolidado	
	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	166.667	62.647	3.699.728	3.049.564
Fundo de investimento (não exclusivos)	-	-	260.434	158.632
TOTAL	166.667	62.647	3.960.162	3.208.196

Os títulos e valores mobiliários são representados por: (i) garantias oferecidas para participação em leilões de energia; (ii) fundos de investimentos não exclusivos; e (iii) aplicações que têm seus vencimentos superiores a três meses da data de aplicação, com perda de valor em caso de resgate antecipado. A remuneração média dessas aplicações é de 102,3% do CDI em 30 de junho de 2022 (101,9% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

7. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES

Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes - Consolidado	30.06.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Fornecimento faturado	4.471.322	-	4.471.322	4.297.609	-	4.297.609
Fornecimento não faturado	600.070	-	600.070	635.102	-	635.102
Parcelamento de débitos	547.558	1.354.313	1.901.871	606.261	1.204.253	1.810.514
Comercialização de energia	109.767	-	109.767	141.697	-	141.697
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	27.563	-	27.563	25.369	-	25.369
Outras contas a receber	6.289	13.467	19.756	6.300	16.434	22.734
	5.762.569	1.367.780	7.130.349	5.712.338	1.220.687	6.933.025
(-) Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	(3.471.838)	-	(3.471.838)	(3.287.657)	-	(3.287.657)
TOTAL	2.290.731	1.367.780	3.658.511	2.424.681	1.220.687	3.645.368

Os saldos vencidos e a vencer estão distribuídos da seguinte forma:

Classe de consumidores - Consolidado	Saldos a vencer	Saldos vencidos				Total	PECLD	30.06.2022
		Até 90 dias	De 91 e 180 dias	De 181 e 360 dias	Mais de 360 dias			
Residencial	414.152	283.802	160.617	823.276	1.378.701	3.060.548	(1.940.151)	1.120.397
Industrial	20.961	4.185	3.020	3.751	87.243	119.160	(88.264)	30.896
Comercial	240.732	71.052	30.717	39.272	471.545	853.318	(479.021)	374.297
Rural	1.343	647	215	350	3.540	6.095	(3.211)	2.884
Poder público	46.052	23.872	13.068	24.002	154.175	261.169	(141.205)	119.964
Iluminação pública	31.325	4.073	4.701	10.259	95.016	145.374	(99.905)	45.469
Serviço público	8.236	3.777	1.167	1.130	11.348	25.658	(9.502)	16.156
Fornecimento não faturado	462.812	-	-	-	-	462.812	(7.436)	455.376
SUBTOTAL - CONSUMIDORES	1.225.613	391.408	213.505	902.040	2.201.568	4.934.134	(2.768.695)	2.165.439
Comercialização de energia	109.767	-	-	-	-	109.767	(748)	109.019
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	27.563	-	-	-	-	27.563	-	27.563
Encargos de uso da rede elétrica - não faturado	137.258	-	-	-	-	137.258	(181)	137.077
Outras contas a receber	19.756	-	-	-	-	19.756	-	19.756
	294.344	-	-	-	-	294.344	(929)	293.415
TOTAL	1.519.957	391.408	213.505	902.040	2.201.568	5.228.478	(2.769.624)	2.458.854

Classe de consumidores - Consolidado	Saldos a vencer	Saldos vencidos				Total	PECLD	31.12.2021
		Até 90 dias	De 91 e 180 dias	De 181 e 360 dias	Mais de 360 dias			
Residencial	535.270	232.055	126.575	647.560	1.319.246	2.860.706	(1.784.754)	1.079.950
Industrial	22.696	4.220	2.356	13.754	74.345	117.371	(82.860)	34.511
Comercial	307.815	53.870	27.786	131.482	347.249	868.202	(454.110)	414.092
Rural	2.204	595	214	810	2.471	6.294	(2.830)	3.464
Poder público	40.078	66.029	4.238	61.092	95.899	267.336	(146.660)	116.678
Iluminação pública	42.000	8.292	3.521	12.567	83.156	149.536	(97.678)	51.858
Serviço público	11.281	1.107	5.872	3.502	6.402	28.164	(8.317)	19.847
Fornecimento não faturado	499.077	-	-	-	-	499.077	(7.971)	491.106
SUBTOTAL - CONSUMIDORES	1.460.421	366.168	170.562	870.767	1.928.768	4.796.686	(2.585.180)	2.211.506
Comercialização de energia	141.697	-	-	-	-	141.697	(748)	140.949
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	25.369	-	-	-	-	25.369	(160)	25.209
Encargos de uso da rede elétrica - não faturado	136.025	-	-	-	-	136.025	-	136.025
Outras contas a receber	22.734	-	-	-	-	22.734	-	22.734
	325.825	-	-	-	-	325.825	(908)	324.917
TOTAL	1.786.246	366.168	170.562	870.767	1.928.768	5.122.511	(2.586.088)	2.536.423

7.1 Parcelamento de débitos

A Companhia possui saldos de consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes parcelados decorrentes de programas de negociação realizados.

Classe de consumidores	30.06.2022			31.12.2021		
	Total	PECLD	Total líquido	Total	PECLD	Total líquido
Residencial	1.326.383	(625.856)	700.527	1.218.443	(569.537)	648.906
Industrial	15.883	(1.404)	14.479	18.221	(7.996)	10.225
Comercial	210.226	(25.519)	184.707	193.863	(33.767)	160.096
Rural	2.283	(182)	2.101	2.203	(164)	2.039
Poder público	131.717	(48.101)	83.616	145.307	(51.180)	94.127
Iluminação pública	58.279	(1.026)	57.253	65.033	-	65.033
Serviço público	157.100	(126)	156.974	167.444	(38.925)	128.519
TOTAL	1.901.871	(702.214)	1.199.657	1.810.514	(701.569)	1.108.945

Em 07 de julho de 2018, a controlada Light SESA assinou um acordo de parcelamento com a SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A (“SuperVia”), cujo montante a receber era de R\$163.212. Em 25 de junho de 2019, a controlada Light SESA assinou um aditivo a esse acordo, onde foi incorporado ao saldo de parcelamento de débitos o montante de R\$48.149. O montante atualizado deste parcelamento em 30 de junho de 2022 é de R\$144.341 (R\$129.837 em 31 de dezembro de 2021). Em 11 de junho de 2021, a Justiça do Rio de Janeiro aceitou o pedido de processamento da recuperação judicial da SuperVia e conseqüentemente foi determinada a suspensão de todas as ações ou execuções contra a empresa. Em 07 de outubro de 2021, foi publicado o edital com a lista consolidada dos credores e plano de recuperação judicial (RJ) da SuperVia.

A assembleia de credores foi realizada em 31 de maio de 2022 e o Plano de Recuperação Judicial da Supervia foi homologado em 06 de junho de 2022. Algumas condições foram acordadas como: (i) faturas dos serviços prestados pela Companhia entre 09 de junho de 2022 e 09 de junho de 2024 vencerão em 45 dias após emissão; e (ii) dívida constituída até 07 de junho de 2021 será objeto de parcelamento, sendo que tanto o número de parcelas quanto o início do parcelamento dependerão do valor que o Estado do Rio de Janeiro contribuirá até o final de 2022, com as devidas condições:

Valor da contribuição do Estado do Rio de Janeiro (em milhares de reais)	Quantidade de parcelas	Início do parcelamento
Contribuição até R\$157.000	48 parcelas	Janeiro de 2026
Contribuição entre R\$157.000 e R\$285.000	48 parcelas	Janeiro de 2025
Contribuição acima de R\$285.000	60 parcelas	Janeiro de 2024

Considerando o cenário em que o Estado do Rio de Janeiro contribuirá com o montante acima de R\$285.000, a Companhia registrou o montante de R\$14.495 a título de ajuste a valor presente dos recebíveis da Supervia, que totalizam R\$144.341 em 30 de junho de 2022.

Em 30 de junho de 2022, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro possui um montante em aberto de R\$251.939 com a controlada Light SESA. Esse montante refere-se às faturas de energia elétrica do período entre agosto de 2018 a maio de 2022. Deste montante, (i) o total de R\$207.670 refere-se a faturas emitidas até dezembro de 2020, as quais estão sendo negociadas diretamente com a Secretaria de Fazenda, sendo que, R\$18.261 já foram liberados para pagamento através do Decreto Rio nº 49.831 em 10 parcelas anuais com início em julho de 2022 no valor de R\$1.993. O saldo remanescente das faturas vencidas até dezembro de 2020 será reconhecido como dívida pela Secretaria Municipal de Fazenda com um prazo para retorno até 31 de agosto de 2022 (ii) o montante de R\$44.269, referente as faturas emitidas de janeiro de 2021 a maio de 2022, está em negociação junto à PCRJ e a expectativa de regularização até o terceiro trimestre de 2022.

7.2 Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Seguem abaixo as movimentações da PECLD de consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e de 2021:

SALDO EM 31.12.2021	(3.287.657)
Adições/Reversões (Nota 31)	(184.181)
SALDO EM 30.06.2022	(3.471.838)
SALDO EM 31.12.2020	(2.648.925)
Adições/Reversões (Nota 31)	(272.372)
SALDO EM 30.06.2021	(2.921.297)

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes é divulgada na Nota 33.

8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Tributos e contribuições a compensar - Consolidado	30.06.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a compensar ^(a)	191.770	75.876	267.646	45.318	62.603	107.921
PIS e COFINS a compensar (Nota 8.1) ^(b)	1.049.466	2.819.839	3.869.305	986.292	3.241.542	4.227.834
INSS	6.363	-	6.363	6.388	-	6.388
Outros	16.646	-	16.646	16.486	-	16.486
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	1.264.245	2.895.715	4.159.960	1.054.484	3.304.145	4.358.629
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	220.904	388.321	609.225	208.303	370.559	578.862
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR	220.904	388.321	609.225	208.303	370.559	578.862
TOTAL	1.485.149	3.284.036	4.769.185	1.262.787	3.674.704	4.937.491

^(a) Substancialmente representados por créditos de ICMS decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e intangível, os quais podem ser compensados em até 48 meses.

^(b) Em 30 de junho de 2022, o saldo apresentado encontra-se líquido dos impostos a pagar apurados em 30 de junho de 2022 no montante de R\$53.720 (R\$52.745 em 31 de dezembro de 2021). Ademais, em 31 de dezembro de 2021, incluía o montante de R\$4.206 referente a PIS/COFINS diferidos de órgãos públicos.

8.1 Créditos de PIS e COFINS após a exclusão do ICMS na base de cálculo

Em 18 de fevereiro de 2008, a controlada Light SESA impetrou o Mandado de Segurança nº 0012490-07.2008.4.02.5101 objetivando o reconhecimento do seu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 07 de agosto de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, a decisão, reconhecendo o direito da Companhia de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, com efeito retroativo a janeiro de 2002, devidamente atualizados pela Taxa Selic.

Baseada na opinião dos assessores legais, a Diretoria da Companhia entende que parcela dos créditos a serem recebidos pela controlada Light SESA podem ser objeto de restituição aos consumidores da sua área de concessão. Neste caso, consideramos que o período máximo aplicável para cálculo de tal devolução será de 10 anos, conforme Código Civil Brasileiro. Sendo assim, a controlada Light SESA constituiu um passivo correspondente aos créditos fiscais que deverão ser repassados aos consumidores que compreende o período dos últimos 10 anos, ou seja, de setembro de 2009 a agosto de 2019, líquido do PIS/COFINS incidente sobre a sua receita financeira de atualização. O montante representado pela diferença do total do crédito fiscal registrado pela controlada Light SESA e respectiva obrigação reconhecida pelo prazo supracitado, foi avaliado pela Diretoria como sendo de perda possível, motivo pelo qual não foi provisionado nas demonstrações financeiras. No reajuste tarifário que entrou em vigor em 15 de março de 2021 foi homologada a devolução de R\$374.196 e no reajuste tarifário que entrou em vigor em 15 de março de 2022 foi homologada a devolução de R\$1.050.000. Ambos os valores foram homologados como item financeiro e reduziram a tarifa do consumidor.

Em 09 abril de 2020, a Receita Federal do Brasil (“RFB”) deferiu o pedido de habilitação dos créditos fiscais oriundos da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, o que motivou a reversão do IRPJ e CSLL diferidos, que foram oferecidos à tributação pelo IRPJ e pela CSLL correntes, bem como a reclassificação para o ativo circulante do montante estimado de créditos a serem recuperados nos próximos 12 meses. O início da compensação destes créditos ocorreu a partir de 30 de abril de 2020. Os créditos totais compensados até 30 de junho de 2022, somaram o montante de R\$2.633.082 (R\$2.134.789 em 31 de dezembro de 2021). Desse montante, R\$703.630 se referiam aos tributos federais incidentes sobre a habilitação dos referidos créditos fiscais.

A Companhia adota os procedimentos de recuperação destes créditos de acordo com as previsões legais estabelecidas pela RFB. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme mecanismos e critérios a serem definidos pela ANEEL e à luz das decisões judiciais em favor da Companhia. Em 09 de fevereiro de 2021, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 5/2021 com a finalidade de colher subsídios e informações para regulamentar o tratamento a ser dado para a devolução aos consumidores dos valores auferidos pelas distribuidoras de energia elétrica, sem qualquer evolução até o momento.

Esses créditos são atualizados pela Selic até a sua compensação, sendo o efeito líquido no resultado financeiro no primeiro semestre de 2022 de R\$6.045 (R\$5.925 no primeiro semestre de 2021), conforme Nota 32.

Segue abaixo a apresentação dos efeitos contábeis relativos ao reconhecimento dos créditos fiscais decorrentes da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, incluindo sua atualização pela Selic, e dos valores a serem restituídos aos consumidores reconhecidos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro e 2021:

Efeitos no balanço patrimonial	30.06.2022	31.12.2021
Créditos de PIS e COFINS sobre o ICMS	3.923.025	4.284.785
Valores a serem restituídos a consumidores	(2.470.220)	(3.395.800)
TOTAL	1.452.805	888.985

Efeitos no resultado dos períodos	01.01.2022 a 30.06.2022	01.01.2021 a 30.06.2021
Receita financeira (Nota 32)	6.045	5.925
PIS e COFINS sobre receita financeira	(281)	(276)
Imposto de renda e contribuição social	(1.959)	(1.921)
TOTAL	3.805	3.728

8.1.1 A destinação dos Créditos de PIS e COFINS após a publicação da Lei nº 14.385/2022

Como destacado no item 1.2 desta Nota Explicativa, em 27 de junho de 2022 foi aprovada a Lei nº 14.385/2022, que determinou “a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito” relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

A Companhia, baseada em seus assessores legais, tem estratégia desenhada que envolve uma série de etapas processuais, de medidas judiciais diferentes, a serem apresentadas perante o Poder Judiciário, respeitando-se a necessidade da Companhia e ordem lógica-jurídica.

Dito isso, repete-se o que destacado no item 1.2 desta Nota Explicativa: a Companhia já obteve decisão judicial em sede de liminar favorável, em ação individual, que suspendeu os efeitos da RTE, sendo essa apenas a primeira etapa de uma estratégia jurídico-processual que os assessores legais reputam como provável de êxito.

8.2 Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos indêbitos tributários

Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (“STF”), em julgamento de recurso extraordinário com repercussão geral, decidiu favoravelmente aos contribuintes sobre a não incidência do imposto de renda e contribuição social sobre a atualização da Selic nos casos de restituição de impostos pagos a maior (repetição de indébito), trazendo impactos relevantes, principalmente, para a tributação dos ganhos do ICMS na base do PIS e COFINS.

De forma geral, as entidades que possuíam ação questionando esta tese até a data de julgamento do STF já teriam direito a não tributar a atualização da Selic nos ganhos tributários. Entidades que não possuíam ação questionando o tema até o julgamento do STF, devem aguardar o resultado de eventual modulação dos efeitos da decisão.

A controlada Light SESA possui mandado de segurança, no qual discute o direito à repetição dos montantes de IRPJ e CSLL que incidiram sobre os valores correspondentes à Selic aplicada em seus indêbitos tributários e depósitos judiciais, desde agosto de 2016, bem como pleiteia o afastamento definitivo dessa incidência tributária.

Com base na decisão do STF, a Companhia, conforme ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (equivalente à norma internacional IFRIC 23), reavaliou a expectativa de ganho do direito em relação aos indêbitos tributários e reconheceu em setembro de 2021, como receita de IRPJ e CSLL corrente e diferido, o montante de R\$536.170 sendo (i) R\$365.170 à título de IRPJ e CSLL a recuperar referente aos períodos que a controlada Light SESA apurou lucro real, apresentados no ativo não circulante; e (ii) R\$171.761 pela recomposição do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social referentes aos períodos em que a controlada Light SESA apurou base fiscal negativa para os períodos de cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação, aumentando o ativo não circulante. Em 30 de junho de 2022, o montante de IRPJ e CSLL a recuperar atualizados monetariamente é de R\$388.321 (R\$370.559 em 31 de dezembro de 2021).

Importante ressaltar, que o montante apurado pela Companhia levou em consideração as atualizações financeiras sobre os valores a serem restituídos aos consumidores, ou seja, a Companhia considerou em suas exclusões os mesmos efeitos os quais havia considerado quando do reconhecimento dos créditos sobre a exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS, ou seja, líquido do passivo a restituir.

9. TRIBUTOS DIFERIDOS

Tributos diferidos - Consolidado	30.06.2022			31.12.2021		
	Ativo diferido	Passivo diferido	Líquido diferido	Ativo diferido	Passivo diferido	Líquido diferido
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	1.192.948	-	1.192.948	1.130.327	-	1.130.327
Provisão para PLR	3.950	-	3.950	16.578	-	16.578
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	201.459	-	201.459	170.715	-	170.715
Prejuízos fiscais	329.351	-	329.351	289.922	-	289.922
Base negativa de contribuição social	121.593	-	121.593	107.399	-	107.399
Outros	6.422	-	6.422	16.863	-	16.863
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	135.763	(5.920)	129.843	1.352	(64.739)	(63.387)
Remuneração do ativo financeiro da concessão	-	(776.541)	(776.541)	-	(771.486)	(771.486)
Custo atribuído Light Energia	-	(145.089)	(145.089)	-	(148.918)	(148.918)
Repactuação do GSF na Light Energia	-	(117.590)	(117.590)	-	(127.562)	(127.562)
ATIVO (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO, BRUTO	1.991.486	(1.045.140)	946.346	1.733.156	(1.112.705)	620.451
Apresentação pelo líquido	(830.026)	830.026	-	(837.441)	837.441	-
ATIVO (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO, LÍQUIDO	1.161.460	(215.114)	946.346	895.715	(275.264)	620.451

Para fundamentar os créditos fiscais diferidos registrados, a Companhia atualizou, já considerando as realizações até 30 de junho de 2022, o estudo técnico de viabilidade de realização fiscal. O estudo indica a recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados em 30 de junho de 2022 em até cinco anos, conforme cronograma anual de realização a seguir:

2022	2023	2024	2025	2026	Total
98.309	222.360	589.040	601.263	480.514	1.991.486

9.1 Conciliação dos tributos no resultado

Conciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social:

Conciliação dos tributos no resultado - Controladora	2º Trimestre		Acumulado 6 meses	
	2022	2021	2022	2021
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(66.565)	5.655	(172.600)	(36.125)
Alíquota nominal de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ÀS ALIQUOTAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE	22.632	(1.923)	58.684	12.283
Equivalência patrimonial	(43.790)	(1.060)	(74.374)	(14.065)
Créditos fiscais diferidos não reconhecidos CVM nº 371/02	10.719	2.249	5.777	1.050
Incentivos fiscais ^(a)	1	-	1	-
Outros efeitos de IRPJ e CSLL sobre as adições e exclusões permanentes	(3.028)	(1.705)	(3.554)	(1.707)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO	(13.466)	(2.439)	(13.466)	(2.439)
IRPJ e CSLL corrente no resultado	(13.466)	(2.439)	(13.466)	(2.439)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	N/A	N/A	N/A	N/A

Conciliação dos tributos no resultado - Consolidado	2º Trimestre		Acumulado 6 meses	
	2022	2021	2022	2021
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(115.179)	3.650	(278.671)	(58.292)
Alíquota nominal de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ÀS ALIQUOTAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE	39.161	(1.241)	94.748	19.819
Equivalência patrimonial	(2.971)	(2.803)	(3.886)	(3.874)
Créditos fiscais diferidos não reconhecidos CVM nº 371/02	10.719	2.249	5.777	1.050
Incentivos fiscais ^(a)	69	2.899	2.476	2.905
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos débitos tributários	4.451	-	9.042	-
Outros efeitos de IRPJ e CSLL sobre as adições e exclusões permanentes	(16.281)	(1.538)	(15.552)	(172)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO	35.148	(434)	92.605	19.728
IRPJ e CSLL corrente no resultado	2.171	(306.099)	(233.290)	(315.488)
IRPJ e CSLL diferido no resultado	32.977	305.665	325.895	335.216
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	30,5%	11,9%	33,2%	33,8

^(a) Refere-se a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91) e Programa de Alimentação ao Trabalhados (PAT – Lei 6.321/76), que ambos isoladamente possibilitam a aplicação de até 4% do imposto de renda devido.

Em 30 de junho de 2022, a Companhia possui saldo de crédito sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulados não reconhecidos, no montante de R\$150.832 (R\$167.823 em 31 de dezembro de 2021), tendo em vista as incertezas na sua realização.

10. OUTROS CRÉDITOS

Outros Créditos - Consolidado	30.06.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamento a fornecedores	6.524	-	6.524	2.764	-	2.764
Contribuição iluminação pública	199.053	-	199.053	182.671	-	182.671
Dispêndios a reembolsar	33.698	-	33.698	31.905	-	31.905
Desativações e alienações em curso	59.862	-	59.862	26.874	-	26.874
Reembolsos do Fundo da CDE por redução de consumo ^(b)	-	-	-	169.215	-	169.215
Subvenções governamentais ^(a)	60.647	-	60.647	61.464	-	61.464
Restituição de valores cobrados - Acordo Furnas	49.337	-	49.337	120.000	-	120.000
Outros	10.182	493	10.675	18.048	1.121	19.169
TOTAL	419.303	493	419.796	612.941	1.121	614.062

^(a) Inclui subvenção de baixa renda e subvenção CDE.

^(b) Refere-se ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica (Ofício circular nº 38/2022 - SFF/ANEEL).

Restituição de valores cobrados pelo fornecimento de energia elétrica – Acordo com Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”)

Em 22 de dezembro de 2020, a controlada Light SESA celebrou acordo para encerrar a demanda judicial indenizatória contra Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”) que discutia a restituição de valores cobrados pelo fornecimento de energia elétrica no ano de 1986.

No acordo firmado, a controlada Light SESA aceitou receber R\$496.000 da seguinte forma: (i) R\$336.000, em parcela única, recebida em 28 de dezembro de 2020; (ii) R\$40.000, em parcela única, com vencimento em 05 de dezembro de 2021; e (iii) R\$120.000 a ser recebido durante o exercício de 2022, sendo o montante de R\$70.663, concluído como dação em pagamento de ativos compulsórios homologados na revisão tarifária ocorrida em 14 de março de 2022.

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DO SETOR

Ativos e passivos financeiros do setor - Consolidado	Circulante				Não circulante		Total em 30.06.2022	
	Valores homologados		Próximos reajustes		Próximos reajustes		Ativo	Passivo
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	77.598	-	17.473	-	42.434	-	137.505	-
Custo de aquisição de energia	717.726	-	-	(65.387)	-	(158.798)	717.726	(224.185)
Encargo do Serviço do Sistema - ESS/EER	461.014	-	96.128	-	233.453	-	790.595	-
PROINFA	17.870	-	-	-	-	-	17.870	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	1.706	-	-	(171)	-	(415)	1.706	(586)
Transporte de energia pela rede básica	31.940	-	-	(2.175)	-	(5.281)	31.940	(7.456)
Itens da Parcela A	1.307.854	-	113.601	(67.733)	275.887	(164.494)	1.697.342	(232.227)
Outros itens financeiros ^(a)	-	(863.585)	18.623	(281.474)	45.228	(683.577)	63.851	(1.828.636)
Sobrecontratação de energia e exposição involuntária	-	(234.644)	89.655	-	217.731	-	307.386	(234.644)
Neutralidade da Parcela A	-	(45.587)	-	(18.993)	-	(46.126)	-	(110.706)
Devoluções tarifárias ^(b)	-	(632.538)	260.316	(4.820)	632.197	(11.706)	892.513	(649.064)
Itens financeiros	-	(1.776.354)	368.594	(305.287)	895.156	(741.409)	1.263.750	(2.823.050)
Ativos (passivos) financeiros do setor, bruto	1.307.854	(1.776.354)	482.195	(373.020)	1.171.043	(905.903)	2.961.092	(3.055.277)
Apresentação pelo líquido	(1.307.854)	1.307.854	(373.020)	373.020	(905.903)	905.903	(2.586.777)	2.586.777
Ativos (passivos) financeiros do setor, líquido	-	(468.500)	109.175	-	265.140	-	374.315	(468.500)

^(a) Em 30 de junho de 2022, o componente financeiro negativo é composto basicamente pela devolução dos créditos do PIS/COFINS no montante de R\$678.315, bem como outros itens financeiros homologados.

^(b) Em 30 de junho de 2022, o item de devoluções tarifárias negativo é composto basicamente pela devolução do financeiro referente a escassez hídrica no montante de R\$493.485 e pela devolução redução bônus redução de consumo no montante de R\$112.344. Esses dois itens financeiros serão repassados no reajuste de 2023 e foi constituído um ativo financeiro no mesmo valor.

Ativos e passivos financeiros do setor - Consolidado	Circulante				Não circulante		Total em 31.12.2021	
	Valores homologados		Próximos reajustes		Próximos reajustes		Ativo	Passivo
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	14.963	-	4.510	-	1.187	-	20.660	-
Custo de aquisição de energia	-	(62.283)	742.582	-	195.416	-	937.998	(62.283)
Encargo do Serviço do Sistema - ESS/EER	9.509	-	681.877	-	179.441	-	870.827	-
PROINFA	925	-	-	-	-	-	925	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	4.521	-	2.201	-	580	-	7.302	-
Transporte de energia pela rede básica	99.155	-	27.207	-	7.160	-	133.522	-
Itens da Parcela A	129.073	(62.283)	1.458.377	-	383.784	-	1.971.234	(62.283)
Outros itens financeiros ^(a)	-	(245.667)	69.024	(197.469)	18.164	(51.966)	87.188	(495.102)
Sobrecontratação de energia e exposição involuntária	-	(48.629)	-	(85.892)	-	(22.603)	-	(157.124)
Neutralidade da Parcela A	-	(43.512)	-	(46.693)	-	(12.288)	-	(102.493)
Devoluções tarifárias	-	(5.335)	-	(25.465)	-	(6.701)	-	(37.501)
Itens financeiros	-	(343.143)	69.024	(355.519)	18.164	(93.558)	87.188	(792.220)
Ativos (passivos) financeiros do setor, bruto	129.073	(405.426)	1.527.401	(355.519)	401.948	(93.558)	2.058.422	(854.503)
Apresentação pelo líquido	(129.073)	129.073	(355.519)	355.519	(93.558)	93.558	(578.150)	578.150
Ativos (passivos) financeiros do setor, líquido	-	(276.353)	1.171.882	-	308.390	-	1.480.272	(276.353)

^(a) Em 31 de dezembro de 2021, o componente financeiro negativo é composto basicamente pela devolução dos créditos do PIS/COFINS no montante de R\$73.763, bem como outros itens financeiros homologados.

Segue abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros do setor no primeiro semestre de 2022 e de 2021:

SALDO EM 31.12.2021	1.203.919
Constituição ^(a)	(641.363)
Amortização ^(a)	501.087
Recebimento de recursos de CCRBT ^(a)	(92.932)
Recebimento referente a importação no período de Jul/ Ago de 2021 ^(c)	(45.012)
Valores a serem restituídos a consumidores - Crédito de PIS/COFINS ^(b)	(1.050.000)
Atualização Selic (Nota 32)	30.116
SALDO EM 30.06.2022	(94.185)

SALDO EM 31.12.2020	73.719
Constituição ^(a)	362.462
Amortização ^(a)	75.921
Recebimento de recursos de CCRBT ^(a)	(12.296)
Valores a serem restituídos a consumidores - Crédito de PIS/COFINS ^(b)	(374.196)
Atualização Selic (Nota 32)	7.212
SALDO EM 30.06.2021	132.822

^(a) Saldos reconhecidos no resultado em receita líquida, na rubrica "ativos e passivos financeiros do setor" (vide Nota 31), que incluíram os recursos da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT).

^(b) Valor reclassificado da rubrica valores a serem restituídos a consumidores.

^(c) Saldo referente ao custo com importação de energia elétrica nos meses de julho e agosto de 2021. A autorização de importação de energia foi uma das medidas de enfrentamento da situação de escassez hídrica.

Segue abaixo a movimentação do saldo de ativos e passivos financeiros por ciclo tarifário:

Ativos e passivos financeiros por ciclo tarifário - Consolidado	30.06.2022			31.12.2021		
	Homologado pela ANEEL no reajuste de 14.03.2022	Valores que serão homologados nos próximos reajustes tarifários	Total	Homologado pela ANEEL no reajuste de 09.03.2021	Valores que serão homologados nos próximos reajustes tarifários	Total
Saldo homologado pela ANEEL	(685.500)	-	(685.500)	(631.543)	-	(631.543)
Ativos e passivos financeiros do setor (amortização/constituição)	849.538	(501.672)	347.866	360.525	1.512.438	1.872.963
Devoluções tarifárias ^(a)	(632.538)	875.987	243.449	(5.335)	(32.166)	(37.501)
TOTAL	(468.500)	374.315	(94.185)	(276.353)	1.480.272	1.203.919

^(a) Refere-se a ultrapassagem de demanda e excedente de reativos a serem faturados para os consumidores e repassados pela tarifa diretamente através da Parcela B.

11.1 Reajuste tarifário 2022

Em 14 de março de 2022, foi aprovado pela ANEEL o processo de reajuste das tarifas da controlada Light SESA. O resultado, homologado através da Resolução Homologatória nº 3.014/2022, representa um reajuste tarifário médio para o consumidor de 14,68%, e engloba todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 13,32%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) componente financeiro negativo que somam 1,34%, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses, onde foi considerado a devolução dos valores oriundos de créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS no montante de R\$1.050.000. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de março de 2022.

12. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Ativo indenizável ao final da concessão – Consolidado	Ativo financeiro bruto	Obrigações especiais	Ativo financeiro líquido
SALDO EM 31.12.2021	8.223.659	(1.401.671)	6.821.988
Adições ^(a)	79.137	(997)	78.140
Valor justo - atualização VNR (Nota 30)	(41.329)	56.196	14.867
Transferência para intangível ^(b)	-	12.900	12.900
Baixas	(790)	-	(790)
SALDO EM 30.06.2022	8.260.677	(1.333.572)	6.927.105

^(a) Transferência proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço (vide Notas 13 e 16).

^(b) Transferência para o Intangível proveniente da alteração das taxas de depreciação de obrigações especiais que consequentemente reduziram sua vida útil. A alteração das taxas ocorreu por conta da Revisão Tarifária Periódica de 14 de março de 2022.

Ativo indenizável ao final da concessão – Consolidado	Ativo financeiro bruto	Obrigações especiais	Ativo financeiro líquido
SALDO EM 31.12.2020	6.441.567	(1.244.254)	5.197.313
Adições ^(a)	614.940	(13.573)	601.367
Valor justo - atualização VNR (Nota 30)	269.337	(52.017)	217.320
Baixas	(10.401)	-	(10.401)
SALDO EM 30.06.2021	7.315.443	(1.309.844)	6.005.599

^(a) Transferência proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço (vide Notas 13 e 16).

12.1 Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) da controlada Light SESA

Em 14 de março de 2022, foi aprovado pela ANEEL o processo de Revisão Tarifária Periódica (“RTP”), como resultado da 5ª RTP, os itens associados ao serviço de distribuição de energia elétrica que compõem as tarifas da controlada Light SESA (destinados a cobrir custos operacionais eficientes, remuneração e depreciação dos investimentos, anuidades dos ativos não elétricos e receitas irre recuperáveis, descontados das outras receitas) homologados pela ANEEL somam R\$8.275 milhões. Esses mesmos itens, que compuseram a Parcela B repassada no último Reajuste Tarifário da controlada Light SESA, ocorrido em 15 de março de 2017, somavam R\$2.911 milhões na referida data. No caso do repasse das perdas de energia, valor regulatório considerado neste processo é de 40,93% sobre o mercado de baixa tensão faturado, reduzindo ao longo do ciclo tarifário para a meta de 37,40%, em 2026. Além do recálculo dos itens associados ao serviço de distribuição e da redefinição dos percentuais de perdas regulatórias, as novas tarifas da controlada Light SESA refletem também uma atualização dos itens da Parcela A (associados à compra de energia, aos encargos setoriais e aos custos de transmissão), bem como dos componentes financeiros.

Em 31 de março de 2022, a controlada Light SESA registrou como estimativa do Valor Justo do Ativo Indenizável da Concessão (VNR) a perda referente à diferença entre o valor novo de reposição homologado pela Aneel e o saldo atualizado do ativo financeiro da concessão, no montante de R\$186.146, em contrapartida a receita operacional. Em 30 de junho de 2022, a Companhia reconheceu o montante adicional de R\$13.213 como perda efetiva referente à diferença entre o valor novo de reposição homologado pela Aneel e o saldo atualizado do ativo financeiro da concessão.

13. ATIVO DE CONTRATO

Ativo de contrato – Consolidado	Direito de uso da concessão	Obrigações especiais - direito de uso da concessão	Total
SALDO EM 31.12.2021	601.550	(43.296)	558.254
Adições	612.004	(51.879)	560.125
Transferências para intangível (Nota 16)	(19.752)	1.200	(18.552)
SALDO EM 30.06.2022	1.193.802	(93.975)	1.099.827

Ativo de contrato – Consolidado	Direito de uso da concessão	Obrigações especiais - direito de uso da concessão	Total
SALDO EM 31.12.2020	1.045.400	(62.032)	983.368
Adições	419.539	(4.933)	414.606
Transferências para intangível (Nota 16)	(854.089)	16.886	(837.203)
SALDO EM 30.06.2021	610.850	(50.079)	560.771

No primeiro semestre de 2022, foi incorporado ao ativo de contrato, a título de capitalização de juros, o montante de R\$4.156 (R\$13.191 no primeiro semestre de 2021), cuja taxa média de capitalização foi de 7,3% ao ano (7,8% no primeiro semestre de 2021).

14. INVESTIMENTOS

Investimentos	% de Participações	Controladora		Consolidado	
		30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021
Avaliados por equivalência patrimonial					
Light SESA	100,00%	6.861.118	7.166.827	-	-
Light Energia	100,00%	433.849	480.832	-	-
Lightcom	100,00%	177.193	179.130	-	-
Light Soluções	100,00%	1.539	1.546	-	-
Light Conecta	100,00%	47.004	39.848	-	-
UHE Itaocara ^(a)	51,00%	-	-	(14.820)	(21.614)
Axxiom ^{(a) (b)}	51,00%	(5.171)	4.451	(5.171)	4.451
Amazônia Energia ^(b)	25,50%	310.585	319.187	310.585	319.187
Instituto Light	100,00%	7	7	-	-
SUBTOTAL		7.826.124	8.191.828	290.594	302.024
Outros investimentos permanentes ^(c)		-	-	33.976	34.123
Total de participações societárias a descoberto		5.171	-	19.991	21.614
TOTAL		7.831.295	8.191.828	344.561	357.761

^(a) As controladas em conjunto Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. e Axxiom apresentaram patrimônios líquidos negativos e, assim, após reduzir a zero os saldos contábeis de suas participações, a Companhia reconheceu uma perda na extensão de suas obrigações contratuais assumidas junto às investidas e os outros acionistas, que em 30 de junho de 2022 alcançou o montante de R\$14.820 (R\$21.614 em 31 de dezembro de 2021) e R\$5.171 (R\$0 em 31 de dezembro de 2021), respectivamente.

^(b) Refere-se ao investimento apurado a partir do patrimônio líquido para fins de equivalência patrimonial.

^(c) Inclui investimentos em participações societárias avaliadas pelo valor de mercado, detidos pela controlada Light SESA.

As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo:

Investimentos 30.06.2022	%	Forma de avaliação	Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do período	Dividendos a receber
Light SESA	100,0%	Consolidado	23.922.389	5.486.365	6.861.118	(305.709)	(57.862)
Light Energia	100,0%	Consolidado	3.081.059	77.422	433.849	45.563	(533.887)
Lightcom	100,0%	Consolidado	396.400	120.000	177.193	52.475	(72.549)
Light Soluções	100,0%	Consolidado	2.058	3.850	1.539	(6)	(498)
Light Conecta	100,0%	Consolidado	65.023	162.897	47.004	7.155	-
UHE Itaocara	51,0%	Equivalência patrimonial	15.574	79.692	(29.059)	(232)	-
Axxiom	51,0%	Equivalência patrimonial	8.299	35.580	(10.139)	(1.075)	-
Amazônia Energia	25,5%	Equivalência patrimonial	1.220.161	337.288	1.217.979	(33.729)	-
Instituto Light	100,0%	Consolidado	7	350	7	-	-

Investimentos	%	Forma de avaliação	Participação patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial	
			30.06.2022	31.12.2021	01.01.2022 a 30.06.2022	01.01.2021 a 30.06.2021
Light SESA	100,00%	Consolidado	6.861.118	7.166.827	(305.709)	(177.125)
Light Energia	100,00%	Consolidado	433.849	480.832	45.563	95.959
Lightcom	100,00%	Consolidado	177.193	179.130	52.475	52.236
Light Soluções	100,00%	Consolidado	1.539	1.546	(6)	(46)
Light Conecta	100,00%	Consolidado	47.004	39.848	7.155	(1.433)
UHE Itaocara	51,00%	Equivalência patrimonial	(14.820)	(21.614)	(118)	(433)
Axxiom	51,00%	Equivalência patrimonial	(5.171)	4.451	(548)	(1.846)
Amazônia Energia	25,50%	Equivalência patrimonial	310.585	330.364	(8.601)	(9.117)
Instituto Light	100,00%	Consolidado	7	7	-	-

Movimentação dos investimentos nas controladas e controladas em conjunto (equivalência patrimonial) no primeiro semestre de 2022 e de 2021:

Investimentos - Controladora	31.12.2021	Dividendos	Equivalência patrimonial		30.06.2022
			Outros	Resultado	
Light SESA	7.166.827	-	-	(305.709)	6.861.118
Light Energia	480.832	(92.546)	-	45.563	433.849
Lightcom	179.130	(54.412)	-	52.475	177.193
Light Soluções	1.546	-	(1)	(6)	1.539
Light Conecta	39.848	-	1	7.155	47.004
Axxiom	4.451	-	(9.074)	(548)	(5.171)
Amazônia Energia	319.187	-	(1)	(8.601)	310.585
Instituto Light	7	-	-	-	7
TOTAL	8.191.828	(146.958)	(9.075)	(209.671)	7.826.124

Investimento - Controladora	31.12.2020	Aumento de capital ^(a)	Dividendos	Equivalência patrimonial	30.06.2021
Light SESA	5.637.546	1.340.000	-	(177.125)	6.800.421
Light Energia	735.608	-	(331.996)	95.959	499.571
Lightcom	94.445	-	-	52.236	146.681
Light Soluções	1.253	350	-	(46)	1.557
Light Conecta	49.020	-	-	(1.433)	47.587
Axxiom	4.617	1.479	-	(1.846)	4.250
Amazônia Energia	330.364	-	-	(9.117)	321.247
Instituto Light	8	-	-	-	8
TOTAL	6.852.861	1.341.829	(331.996)	(41.372)	7.821.322

^(a) Em 25 de janeiro de 2021, a Companhia aportou o montante de R\$1.340.000 na controlada Light SESA por meio da subscrição e integralização de 96.297.089.456 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal.

Investimentos - Consolidado	31.12.2021	Equivalência patrimonial		30.06.2022
		Outros	Resultado	
Axxiom	4.451	(9.074)	(548)	(5.171)
Amazônia Energia	319.187	(1)	(8.601)	310.585
Light Conecta				
UHE Itaocara	(21.614)	6.912	(118)	(14.820)
TOTAL	302.024	(2.163)	(9.267)	290.594

Investimentos - Consolidado	31.12.2020	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	30.06.2021
Axxiom	4.617	1.479	(1.846)	4.250
Amazônia Energia	330.364	-	(9.117)	321.247
Light Conecta				
UHE Itaocara	(30.823)	762	(433)	(30.494)
TOTAL	304.158	2.241	(11.396)	295.003

Abaixo, os saldos integrais patrimoniais em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, e o resultado do primeiro semestre de 2022 e de 2021 das principais controladas em conjunto que foram registrados pelo método de equivalência patrimonial:

Balço Patrimonial 30.06.2022	Axxiom	Amazônia	UHE Itaocara
Caixa e equivalentes de caixa	72	67	3.969
Outros	7.161	-	60
Circulante	7.233	67	4.029
Não circulante	1.066	1.220.094	11.545
TOTAL DO ATIVO	8.299	1.220.161	15.574
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.098	-	-
Outros	11.305	2.082	44.633
Circulante	17.403	2.082	44.633
Outros	1.035	-	-
Não circulante	1.035	-	-
Patrimônio líquido	(10.139)	1.217.979	(29.059)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.299	1.220.061	15.574

Balço Patrimonial 31.12.2021	Axxiom	Amazônia	UHE Itacara
Caixa e equivalentes de caixa	356	101	4.513
Outros	12.507	-	105
Circulante	12.863	101	4.618
Não circulante	18.804	1.253.799	11.292
TOTAL DO ATIVO	31.667	1.253.900	15.910
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.997	-	-
Outros	13.880	2.090	58.291
Circulante	20.877	2.090	58.291
Outros	2.062	100	-
Não circulante	2.062	100	-
Patrimônio líquido	8.728	1.251.710	(42.381)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.667	1.253.900	15.910

1º Semestre de 2022	Axxiom	Amazônia	UHE Itacara
Receita líquida de vendas	6.303	-	-
Custos das vendas	(5.644)	-	-
LUCRO BRUTO	659	-	-
Despesas gerais e administrativas	(1.287)	(25)	(435)
Outras receitas	34	-	-
Resultado financeiro líquido	(477)	(33.706)	204
PREJUÍZO ANTES DO IR E CSLL	(1.071)	(33.731)	(231)
Imposto de renda e contribuição social	(3)	-	-
PREJUÍZO DO PERÍODO	(1.074)	(33.731)	(231)

1º Semestre de 2021	Axxiom	Amazônia	UHE Itacara
Receita líquida de vendas	15.992	-	-
Custos das vendas	(17.074)	-	-
PREJUÍZO BRUTO	(1.082)	-	-
Despesas gerais e administrativas	(2.314)	(1.316)	(882)
Outras receitas	145	-	-
Resultado financeiro líquido	(310)	(34.438)	35
PREJUÍZO ANTES DO IR E CSLL	(3.561)	(35.754)	(847)
Imposto de renda e contribuição social	(59)	-	-
PREJUÍZO DO PERÍODO	(3.620)	(35.754)	(847)

14.1 Investigações conduzidas por autoridades públicas sobre a aquisição ocorrida na controlada em conjunto indireta Guanhães Energia

Em 04 de setembro de 2018 e em 23 de outubro de 2018, a Companhia recebeu ofícios da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais solicitando informações sobre a aquisição ocorrida em 2012 da participação de 51% do capital da controlada em conjunto Guanhães Energia, anteriormente detido pela Investminas Participações S.A. ("Investminas"). As informações solicitadas incluem a taxa de retorno, investimentos realizados e comprovantes de pagamentos, entre outros. Conforme Comunicado ao Mercado, divulgado em 20 de outubro de 2015, a Companhia informou, no âmbito de notícia veiculada na imprensa sobre a aquisição de participação na Guanhães Energia, que não tem conhecimento de pagamentos a intermediários, sendo que interagiu diretamente com a Investminas Participações S.A. ("Investminas") e Cemig GT, reconhecendo apenas o pagamento realizado à Investminas como vendedora da participação acionária de 51% na Guanhães Energia. A Companhia respondeu aos referidos ofícios tempestivamente e reitera desconhecimento de qualquer irregularidade no processo de aquisição da participação na Guanhães Energia. Ademais, a Companhia desconhece qualquer fato ocorrido desde então até o primeiro semestre de 2022 relacionado a essa investigação.

14.2 Acordo para venda de participações de controladas em conjunto

Em 23 de junho de 2022, foi concluída a alienação da totalidade da participação de 51% das controladas em conjunto Guanhões Energia e Lightger S.A. para a Brasal. Para maiores informações, consultar a divulgação da Nota 4.

15. IMOBILIZADO

Imobilizado - Consolidado	30.06.2022				31.12.2021
	Taxa média anual (%)	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Geração	3,45	2.991.555	(2.013.572)	977.983	995.346
Transmissão	4,02	58.346	(39.772)	18.574	19.077
Distribuição	4,69	21.485	(20.574)	911	547
Administração	7,96	572.216	(362.319)	209.897	196.341
Comercialização	7,96	10.247	(9.110)	1.137	1.240
		3.653.849	(2.445.347)	1.208.502	1.212.551
Obrigações especiais		(7.207)	719	(6.488)	(6.612)
EM SERVIÇO		3.646.642	(2.444.628)	1.202.014	1.205.939
Geração		611.783	-	611.783	487.144
Administração		109.164	-	109.164	116.798
EM CURSO		720.947	-	720.947	603.942
TOTAL		4.367.589	(2.444.628)	1.922.961	1.809.881

Segue abaixo a mutação do imobilizado no primeiro semestre de 2022 e de 2021:

Imobilizado - Consolidado	Em serviço				Em curso			Total do Imobilizado
	Custo	Depreciação acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 31.12.2021	3.616.607	(2.404.056)	(6.612)	1.205.939	603.942	-	603.942	1.809.881
Adições	-	-	-	-	165.425	-	165.425	165.425
Baixas	(163)	163	-	-	(84)	-	(84)	(84)
Depreciação	-	(41.454)	124	(41.330)	-	-	-	(41.330)
Transferências entre curso e serviço	36.909	-	-	36.909	(36.909)	-	(36.909)	-
Transferências do / (para o) intangível (Nota 16)	496	-	-	496	(11.427)	-	(11.427)	(10.931)
Saldo em 30.06.2022	3.653.849	(2.445.347)	(6.488)	1.202.014	720.947	-	720.947	1.922.961

Imobilizado - Consolidado	Em serviço				Em curso			Total do Imobilizado
	Custo	Depreciação acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 31.12.2020	3.542.524	(2.325.742)	(4.922)	1.211.860	443.355	-	443.355	1.655.215
Adições	-	-	-	-	68.669	-	68.669	68.669
Baixas	(9.149)	2.843	-	(6.306)	(530)	-	(530)	(6.836)
Depreciação	-	(41.154)	80	(41.074)	-	-	-	(41.074)
Transferências entre curso e serviço	41.377	-	-	41.377	(41.377)	-	(41.377)	-
Transferências do / (para o) intangível (Nota 16)	2.908	-	-	2.908	(16.036)	-	(16.036)	(13.128)
Saldo em 30.06.2021	3.577.660	(2.364.053)	(4.842)	1.208.765	454.081	-	454.081	1.662.846

No primeiro semestre de 2022, foi incorporado ao ativo imobilizado, a título de capitalização de juros, o montante de R\$10.506 (R\$205 no primeiro semestre de 2021), cuja taxa média de capitalização foi de 7,3% ao ano (7,8% no primeiro semestre de 2021).

15.1 Taxas anuais de depreciação:

As principais taxas anuais de depreciação, com base na estimativa da vida útil dos bens, são as seguintes:

GERAÇÃO	%	COMERCIALIZAÇÃO	%	ADMINISTRAÇÃO	%	TRANSMISSÃO	%
Barramento	2,50	Edificações	3,33	Edificações	3,33	Condutor do sistema	2,70
Disjuntor	3,03	Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25
Edificações	2,00	Veículos	14,29	Veículos	14,29	Estrutura do sistema	3,13
Equipamentos da tomada d'água	3,70					Religadores	4,00
Estrutura da tomada d'água	2,86						
Gerador	3,33						
Grupo motor – gerador	5,88						
Reserva, barragens e adutoras	2,00						
Sistema de comunicação local	6,67						
Turbina hidráulica	2,50						

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável para os ativos imobilizados em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, os itens são depreciados pelo método linear respeitando a vida útil do bem.

16. INTANGÍVEL

Intangível - Consolidado	30.06.2022			31.12.2021
	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso da concessão	8.745.529	(6.551.462)	2.194.067	2.455.780
Extensão da concessão	433.829	(87.978)	345.851	375.182
Outros ^(a)	1.245.922	(1.010.468)	235.454	190.991
	10.425.280	(7.649.908)	2.775.372	3.021.953
Obrigações especiais	(778.840)	437.520	(341.320)	(353.087)
EM SERVIÇO	9.646.440	(7.212.388)	2.434.052	2.668.866
Outros ^(a)	145.152	-	145.152	164.689
	145.152	-	145.152	164.689
Obrigações especiais	(6.332)	-	(6.332)	-
EM CURSO	138.820	-	138.820	164.689
TOTAL	9.785.260	(7.212.388)	2.572.872	2.833.555

^(a) Inclui, basicamente, softwares e licenças.

Segue abaixo a mutação do intangível no primeiro semestre de 2022 e de 2021:

Intangível - Consolidado	Em serviço				Em curso			Total do Intangível
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 31.12.2021	10.145.640	(7.123.687)	(353.087)	2.668.866	164.689	-	164.689	2.833.555
Adições	-	-	-	-	56.766	(15.688)	41.078	41.078
Baixas	(2.034)	1.633	-	(401)	-	-	-	(401)
Amortização	-	(344.692)	34.226	(310.466)	-	-	-	(310.466)
Transferências	75.807	-	(9.356)	66.451	(75.807)	9.356	(66.451)	-
Transferências de outros créditos (Acordo Furnas - Nota 10)	253.825	(183.162)	-	70.663	-	-	-	70.663
Transferências do (para o) imobilizado (Nota 15)	11.427	-	-	11.427	(496)	-	(496)	10.931
Transferências do ativo de contrato (Nota 13)	19.752	-	(1.200)	18.552	-	-	-	18.552
Transferências para o ativo financeiro da concessão (Nota 12) ^(a)	(79.137)	-	997	(78.140)	-	-	-	(78.140)
Transferências do ativo financeiro da concessão (Nota 12)	-	-	(12.900)	(12.900)	-	-	-	(12.900)
Saldo em 30.06.2022	10.425.280	(7.649.908)	(341.320)	2.434.052	145.152	(6.332)	138.820	2.572.872

^(a) Transferência para o ativo financeiro da concessão proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço e transferência do ativo financeiro da concessão referente às obrigações especiais, vide Nota 12

Intangível - Consolidado	Em serviço				Em curso			Total do Intangível
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 31.12.2020	9.514.951	(6.811.575)	(397.042)	2.306.334	592.254	-	592.254	2.898.588
Adições	-	-	-	-	44.478	(5.999)	38.479	38.479
Baixas	(34.661)	26.424	-	(8.237)	-	-	-	(8.237)
Amortização	-	(280.587)	31.642	(248.945)	-	-	-	(248.945)
Transferências	84.011	-	(5.999)	78.012	(84.011)	5.999	(78.012)	-
Transferências do (para o) imobilizado (Nota 15)	16.036	-	-	16.036	(2.908)	-	(2.908)	13.128
Transferências do ativo de contrato (Nota 13)	854.089	-	(16.886)	837.203	-	-	-	837.203
Transferências para o ativo financeiro da concessão (Nota 12) ^(a)	(614.940)	-	13.573	(601.367)	-	-	-	(601.367)
Reclassificação contas	(15.375)	-	-	(15.375)	-	-	-	(15.375)
Saldo em 30.06.2021	9.804.111	(7.065.738)	(374.712)	2.363.661	549.813	-	549.813	2.913.474

^(a) Transferência para o ativo financeiro da concessão proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço e transferência do ativo financeiro da concessão referente às obrigações especiais, vide Nota 12.

17. FORNECEDORES

Fornecedores – Consolidado	30.06.2022	31.12.2021
Comercialização no mercado de curto prazo	46.335	253.022
Encargos de uso da rede elétrica	107.039	104.660
Energia livre - ressarcimento às geradoras ^(a)	125.624	119.169
Leilões de energia	345.457	563.475
Itaipu binacional	238.569	367.675
UTE Norte Fluminense	219.731	383.722
Materiais e serviços	268.004	362.314
TOTAL	1.350.759	2.154.037

^(a) A energia livre refere-se a valores a pagar as geradoras de energia elétrica referente às perdas ocorridas no período de racionamento de energia entre junho de 2001 a fevereiro de 2002. A Companhia possui Mandados de Segurança contra os despachos SFF/ANEEL nº 2.517/2010 e SFF/ANEEL nº 1.068/2010, e o montante vem sendo atualizado mensalmente pela Selic.

18. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

Tributos e contribuições a pagar - Consolidado	30.06.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a pagar ^(a)	115.236	167.018	282.254	247.855	155.346	403.201
Parcelamento - Lei 11.941/09	23.126	32.422	55.548	23.295	44.259	67.554
PIS e COFINS a pagar	7.222	-	7.222	5.973	-	5.973
INSS	434	-	434	373	-	373
Outros	9.627	-	9.627	10.940	-	10.940
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR	155.645	199.440	355.085	288.436	199.605	488.041
IRRF a pagar	636	-	636	796	-	796
Provisão de IRPJ e CSLL	65.698	-	65.698	94.368	-	94.368
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR	66.334	-	66.334	95.164	-	95.164
TOTAL	221.979	199.440	421.419	383.600	199.605	583.205

^(a) O ICMS a pagar, registrado no passivo não circulante, é decorrente de faturas parceladas.

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Financiador - Consolidado	Controlada	Circulante			Não circulante		Total	Total
		Principal	Encargos	Total	Principal	Total	30.06.2022	31.12.2021
TN - Par Bond	Light SESA	-	2.633	2.633	203.860	203.860	206.493	219.995
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	-	-	-	(195.145)	(195.145)	(195.145)	(207.905)
TN - Discount Bond	Light SESA	-	360	360	142.247	142.247	142.607	151.957
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	-	-	-	(135.875)	(135.875)	(135.875)	(144.759)
4131 Citibank 2021	Light SESA	-	-	-	209.520	209.520	209.520	223.229
Bonds 2021	Light SESA	-	3.310	3.310	2.095.200	2.095.200	2.098.510	2.235.727
Bonds 2021	Light Energia	-	1.528	1.528	1.047.600	1.047.600	1.049.128	1.117.728
Subtotal - Moeda estrangeira		-	7.831	7.831	3.367.407	3.367.407	3.375.238	3.595.972
Custo de captação		-	-	-	(36.947)	(36.947)	(36.947)	(41.565)
Custos - Moeda estrangeira		-	-	-	(36.947)	(36.947)	(36.947)	(41.565)
MOEDA ESTRANGEIRA - TOTAL		-	7.831	7.831	3.330.460	3.330.460	3.338.291	3.554.407
FINEP - Inovação e Pesquisa	Light SESA	-	-	-	-	-	-	9.681
Nota Promissória - 5ª NP	Light SESA	100.000	16.738	116.738	-	-	116.738	110.065
FIDC 2018 Série A	Light SESA	217.434	2.449	219.883	238.396	238.396	458.279	559.914
FIDC 2018 Série B	Light SESA	103.151	458	103.609	103.151	103.151	206.760	244.969
CCB Santander Lajes	Lajes Energia	5.000	66	5.066	6.250	6.250	11.316	13.823
BNDES Conecta	Light Conecta	139	-	139	46	46	185	255
Fianças bancárias diversas	Light SESA	-	24	24	-	-	24	64
Cotas Subordinadas FIDC	Light SESA	-	-	-	(33.837)	(33.837)	(33.837)	(35.050)
Retenção FIDC	Light SESA	(32.063)	-	(32.063)	-	-	(32.063)	(30.016)
Subtotal - Moeda nacional		393.661	19.735	413.396	314.006	314.006	727.402	873.705
Custo de captação		(7.835)	-	(7.835)	(6.840)	(6.840)	(14.675)	(19.092)
Custos - Moeda nacional		(7.835)	-	(7.835)	(6.840)	(6.840)	(14.675)	(19.092)
MOEDA NACIONAL - TOTAL		385.826	19.735	405.561	307.166	307.166	712.727	854.613
TOTAL		385.826	27.566	413.392	3.637.626	3.637.626	4.051.018	4.409.020

Segue quadro abaixo com condições contratuais dos empréstimos e financiamentos existentes em 2022:

Financiador – Consolidado	Controlada	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a ^(a)	Taxa efetiva ^(a)	Amortização do principal		
						Forma de pagamento	Início	Término
TN - Par Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	USD + 6,00%	6,82%	Única	abr/24	abr/24
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	U\$ Treasury	-	Única	abr/24	abr/24
TN - Discount Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	Libor 6M + 0,8125%	3,75%	Única	abr/24	abr/24
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	U\$ Treasury	-	Única	abr/24	abr/24
4131 Citibank 2021	Light SESA	03.05.2018	US\$	CDI + 1,85%	10,65%	Única	mar/25	mar/25
Bonds 2021	Light SESA	18.06.2021	US\$	143,43% do CDI	12,39%	Única	jun/26	jun/26
Bonds 2021	Light Energia	18.06.2021	US\$	145,45% do CDI	12,57%	Única	jun/26	jun/26
FINEP - Inovação e Pesquisa	Light SESA	16.04.2014	R\$	4,00%	4,00%	Mensal	mai/16	mai/22
Nota Promissória - 5ª NP	Light SESA	27.12.2019	R\$	CDI + 1,25%	10,00%	Anual	dez/20	dez/22
FIDC 2018 Série A	Light SESA	04.04.2018	R\$	CDI + 1,20%	9,94%	Mensal	jul/19	jun/24
FIDC 2018 Série B	Light SESA	04.04.2018	R\$	IPCA + 5,75%	18,32%	Mensal	jul/19	jun/24
CCB Santander Lajes	Lajes Energia	30.09.2020	R\$	CDI + 2,40%	11,25%	Mensal	out/20	set/24
BNDES Conecta	Light Conecta	10.10.2018	R\$	3,50%	3,50%	Mensal	out/18	out/23

^(a) Para as dívidas em moeda estrangeira foram considerados os custos em reais, conforme seus respectivos contratos de *swap*.

Além das cauções dos contratos em moeda estrangeira celebrado com o Tesouro Nacional (TN), os empréstimos estão garantidos por avais da Light S.A. Ademais, foram cedidos direitos creditórios, presentes e futuros, da controlada Light SESA, sendo disponibilizado anualmente o limite máximo de R\$796.320, para constituição do FIDC.

Em 30 de junho de 2022, os empréstimos e financiamentos tem avais, fianças ou garantias corporativas da Light S.A, emitidas em favor de suas controladas ou controladas em conjunto, no montante de R\$3.485.396 (R\$3.524.071 em 31 de dezembro de 2021).

As parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos consolidados, classificadas no passivo não circulante e sem o custo de captação e os custos com *fees* de *covenants* (*waivers*), têm os seguintes vencimentos:

Vencimentos	30.06.2022			31.12.2021		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
2023	170.578	-	170.578	330.517	-	330.517
2024	143.428	15.087	158.515	139.504	16.074	155.578
2025	-	209.520	209.520	-	223.220	223.220
2026	-	3.142.800	3.142.800	-	3.348.300	3.348.300
TOTAL	314.006	3.367.407	3.681.413	470.021	3.587.594	4.057.615

Seguem abaixo as movimentações dos empréstimos e financiamentos consolidados no primeiro semestre de 2022 e de 2021:

Consolidado	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2021	4.387.126	21.894	4.409.020
Variação monetária e cambial	(207.805)	-	(207.805)
Encargos financeiros provisionados	-	117.877	117.877
Encargos financeiros pagos	-	(112.205)	(112.205)
Amortização do principal	(164.070)	-	(164.070)
Amortização do custo de captação	9.035	-	9.035
Cotas Subordinadas e Retenção – FIDC	(834)	-	(834)
SALDO EM 30.06.2022	4.023.452	27.566	4.051.018

Consolidado	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2020	4.371.387	39.342	4.410.729
Captações	3.021.180	-	3.021.180
Variação monetária e cambial	(113.931)	-	(113.931)
Encargos financeiros provisionados	-	123.550	123.550
Encargos financeiros pagos	-	(119.640)	(119.640)
Amortização do principal	(453.821)	-	(453.821)
Custo de captação	(38.773)	-	(38.773)
Amortização do custo de captação	11.258	-	11.258
Cotas Subordinadas e Retenção – FIDC	31	-	31
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	1.620	1.620
SALDO EM 30.06.2021	6.797.331	44.872	6.842.203

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez relacionados a empréstimos e financiamentos é divulgada na Nota 33.

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, inclusive vencimento cruzado (*cross default*). O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a pelo menos um dos indicadores financeiros em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados ou quando do não cumprimento de determinados *covenants* não financeiros. Os empréstimos com o Citibank, Santander, BNDES e a 5ª Nota Promissória preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/EBITDA e cobertura de juros (*covenants*). Já os *Bonds* possuem cláusulas restritivas por incorrência de dívida (*covenants*). Em 30 de junho de 2022, a Companhia atendeu aos indicadores requeridos contratualmente.

20. DEBÊNTURES

Emissão - Consolidado	Controlada	Circulante			Não circulante		Total	Total
		Principal	Encargos	Total	Principal	Total	30.06.2022	31.12.2021
8ª Emissão	Light SESA	39.198	1.414	40.612	117.500	117.500	158.112	197.288
9ª Emissão Série B	Light SESA	115.991	851	116.842	-	-	116.842	222.044
13ª Emissão	Light SESA	605.015	31.444	636.459	-	-	636.459	583.657
15ª Emissão Série 1	Light SESA	-	9.360	9.360	682.121	682.121	691.481	657.240
15ª Emissão Série 2	Light SESA	80.000	2.292	82.292	-	-	82.292	81.653
16ª Emissão Série 1	Light SESA	-	-	-	-	-	-	134.875
16ª Emissão Série 2	Light SESA	211.475	11.295	222.770	211.475	211.475	434.245	430.845
16ª Emissão Série 3	Light SESA	-	1.682	1.682	62.500	62.500	64.182	63.680
17ª Emissão Série 1	Light SESA	500.400	13.620	514.020	-	-	514.020	510.003
17ª Emissão Série 2	Light SESA	-	1.386	1.386	50.000	50.000	51.386	50.986
17ª Emissão Série 4	Light SESA	-	6.700	6.700	183.084	183.084	189.784	175.809
19ª Emissão	Light SESA	-	33.378	33.378	602.500	602.500	635.878	587.544
20ª Emissão	Light SESA	-	13.171	13.171	720.582	720.582	733.753	697.464
21ª Emissão	Light SESA	119.988	22.374	142.362	240.012	240.012	382.374	374.897
22ª Emissão	Light SESA	-	9.692	9.692	1.026.174	1.026.174	1.035.866	984.415
23ª Emissão Série 1	Light SESA	-	7.253	7.253	263.500	263.500	270.753	267.147
23ª Emissão Série 2	Light SESA	-	7.555	7.555	268.500	268.500	276.055	272.331
24ª Emissão	Light SESA	-	33.148	33.148	1.300.000	1.300.000	1.333.148	-
3ª Emissão	Light Energia	2.502	90	2.592	7.500	7.500	10.092	12.593
7ª Emissão	Light Energia	-	11.856	11.856	552.376	552.376	564.232	534.502
Subtotal - Debêntures		1.674.569	218.561	1.893.130	6.287.824	6.287.824	8.180.954	6.838.973
Custo de captação		(26.991)	-	(26.991)	(71.016)	(71.016)	(98.007)	(100.441)
Custo fee de covenants		(1.270)	-	(1.270)	(1.283)	(1.283)	(2.553)	(3.226)
Custos - Debêntures		(28.261)	-	(28.261)	(72.299)	(72.299)	(100.560)	(103.667)
TOTAL		1.646.308	218.561	1.864.869	6.215.525	6.215.525	8.080.394	6.735.306

Segue abaixo quadro com as condições contratuais das debêntures consolidadas existentes em 2022:

Emissão - Consolidado	Controlada	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a. ^(a)	Taxa efetiva ^(a)	Amortização do principal		
						Forma de pagamento	Início	Término
8ª Emissão	Light SESA	24.08.2012	R\$	CDI + 1,18%	9,92%	Anual	jun/15	jun/26
9ª Emissão Série B	Light SESA	15.06.2013	R\$	IPCA + 5,74%	18,31%	Anual	mai/20	mai/23
13ª Emissão	Light SESA	01.11.2017	R\$	IPCA + 7,44%	20,21%	Única	out/22	out/22
15ª Emissão Série 1	Light SESA	12.09.2018	R\$	IPCA + 6,83%	19,53%	Anual	out/24	out/25
15ª Emissão Série 2	Light SESA	12.09.2018	R\$	CDI + 2,20%	11,03%	Anual	out/21	out/22
16ª Emissão Série 1	Light SESA	26.04.2019	R\$	CDI + 0,90%	9,62%	Única	abr/22	abr/22
16ª Emissão Série 2	Light SESA	26.04.2019	R\$	CDI + 1,25%	10,00%	Anual	abr/23	abr/24
16ª Emissão Série 3	Light SESA	26.04.2019	R\$	CDI + 1,35%	10,11%	Única	abr/25	abr/25
17ª Emissão Série 1	Light SESA	11.10.2019	R\$	CDI + 1,50%	10,27%	Única	out/22	out/22
17ª Emissão Série 2	Light SESA	11.10.2019	R\$	CDI + 1,75%	10,54%	Anual	out/23	out/24
17ª Emissão Série 4	Light SESA	11.10.2019	R\$	IPCA + 5,25%	17,76%	Anual	out/25	out/26
19ª Emissão	Light SESA	15.07.2020	R\$	IPCA + 5,8%	18,38%	Única	jul/25	jul/25
20ª Emissão	Light SESA	14.08.2020	R\$	IPCA + 5,0867%	17,58%	Única	ago/25	ago/25
21ª Emissão	Light SESA	09.02.2021	R\$	CDI + 2,60%	11,46%	Anual	jan/23	jan/25
22ª Emissão	Light SESA	05.04.2021	R\$	IPCA + 4,7543%	17,21%	Anual	abr/29	abr/31
23ª Emissão Série 1	Light SESA	15.10.2021	R\$	CDI + 1,65%	10,43%	Anual	out/24	out/26
23ª Emissão Série 2	Light SESA	15.10.2021	R\$	CDI + 1,95%	10,76%	Anual	out/27	out/28
24ª Emissão	Light SESA	25.03.2022	R\$	CDI + 1,95%	10,76%	Única	abr/24	abr/24
3ª Emissão	Light Energia	24.08.2012	R\$	CDI + 1,18%	9,92%	Anual	jun/15	jun/26
7ª Emissão	Light Energia	05.08.2021	R\$	CDI + 1,20%	9,94%	Anual	jul/25	jul/28

^(a) Para a 7ª emissão de debêntures, da controlada Light Energia, foi considerado o custo em reais, conforme seus respectivos contratos de *swap*.

Em 26 de abril de 2022, foi realizada a 24ª emissão de debêntures da controlada Light SESA em série única no montante de R\$1.300.000, com vencimento em dois anos, amortização em parcela única e remuneração de CDI + 1,95% a.a. Os recursos decorrentes das debêntures serão utilizados para reforço de capital de giro e pagamento das dívidas vincendas.

Em 30 de junho de 2022, a totalidade das debêntures emitidas pelas controladas da Companhia têm avais, fianças ou garantias corporativas da Light S.A.

As parcelas relativas ao principal das debêntures consolidados, classificadas no passivo não circulante e sem o custo de emissão e os custos com *fees de covenants (waivers)*, têm os seguintes vencimentos:

Vencimentos - Consolidado	30.06.2022	31.12.2021
2023	25.000	508.352
2024	2.127.007	809.948
2025	2.205.787	2.111.064
2026	359.170	347.684
2027	272.344	265.437
Após 2027	1.298.516	1.240.281
TOTAL	6.287.824	5.282.766

Seguem abaixo as movimentações das debêntures consolidadas ocorridas no primeiro semestre de 2022 e de 2021:

Consolidado	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2021	6.618.592	116.714	6.735.306
Debêntures emitidas	1.300.000	-	1.300.000
Variação monetária	229.475	-	229.475
Encargos financeiros provisionados	-	289.312	289.312
Encargos financeiros pagos	-	(202.127)	(202.127)
Amortização do principal	(289.341)	-	(289.341)
Custo de emissão	(11.223)	-	(11.223)
Amortização custo de emissão	14.330	-	14.330
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	14.662	14.662
SALDO EM 30.06.2022	7.861.833	218.561	8.080.394

Consolidado	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2020	5.212.984	60.256	5.273.240
Debêntures emitidas	1.276.381	-	1.276.381
Variação monetária	129.397	-	129.397
Encargos financeiros provisionados	-	118.798	118.798
Encargos financeiros pagos	-	(83.505)	(83.505)
Amortização do principal	(1.168.515)	-	(1.168.515)
Custo de emissão	(30.409)	-	(30.409)
Amortização custo de emissão	14.317	-	14.317
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	11.777	11.777
SALDO EM 30.06.2021	5.434.155	107.326	5.541.481

As debêntures da Companhia não são objeto de repactuação programada. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez relacionados a debêntures é divulgada na Nota 33.

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de debêntures, inclusive vencimento cruzado (*cross default*). O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a pelo menos um indicador financeiro em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados ou quando do não cumprimento de determinados *covenants* não financeiros. Todas as emissões de debêntures preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/EBITDA e cobertura de juros (*covenants*). Em 30 de junho de 2022, a Companhia atendeu aos indicadores requeridos conforme os termos das escrituras de emissões das debêntures.

21. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

Segue abaixo o saldo das provisões, que compreendem as provisões para perdas prováveis para riscos e as provisões para honorários de êxito:

Provisões Consolidado	30.06.2022			31.12.2021		
	Provisão	Honorários de êxito	Total	Provisão	Honorários de êxito	Total
Trabalhistas	91.170	355	91.525	92.658	428	93.086
Cíveis	200.980	69.496	270.476	179.258	72.044	251.302
Fiscais	185.394	31.065	216.459	76.474	27.724	104.198
Regulatórias	13.065	-	13.065	52.963	-	52.963
Outros	1.000	-	1.000	554	-	554
TOTAL	491.609	100.916	592.525	401.907	100.196	502.103

21.1 Provisões para riscos

As provisões para riscos, bem como as movimentações para o primeiro semestre de 2022 e de 2021, estão compostas da seguinte forma:

Provisões para perdas prováveis	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Outros	Total
SALDO EM 31.12.2021	92.658	179.258	76.474	52.963	554	401.907
Adições	8.470	140.441	36.831	6.900	439	193.081
Atualizações	-	6.786	72.089	1.227	7	80.109
Baixas por pagamentos	(7.242)	(124.327)	-	(7.414)	-	(138.983)
Baixas por reversões	(2.716)	(1.178)	-	(4.995)	-	(8.889)
Transferência para outros débitos	-	-	-	(35.616)	-	(35.616)
SALDO EM 30.06.2022	91.170	200.980	185.394	13.065	1.000	491.609
Depósitos judiciais em 30.06.2022	14.525	3.934	34.720	-	-	53.179

Provisões para perdas prováveis	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Outros	Total
SALDO EM 31.12.2020	99.072	208.524	172.012	50.719	500	530.827
Adições	6.320	102.317	-	-	-	108.637
Atualizações	-	6.361	260	630	23	7.274
Baixas por pagamentos	(4.578)	(111.132)	(89.484)	-	-	(205.194)
Baixas por reversões	(4.596)	(157)	(6.984)	-	-	(11.737)
SALDO EM 30.06.2021	96.218	205.913	75.804	51.349	523	429.807
Depósitos judiciais em 30.06.2021	16.149	5.438	25.503	-	-	47.090

Em 30 de junho de 2022, está registrado em depósitos vinculados a litígios o total de R\$225.147 (R\$221.572 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$53.179 (R\$45.394 em 31 de dezembro de 2021) referem-se às causas com provisão constituída. Os demais depósitos referem-se a processos cujas probabilidades de perda são possíveis ou remotas. Segue abaixo o saldo dos depósitos judiciais:

Consolidado	30.06.2022	31.12.2021
Trabalhistas	50.865	52.533
Cíveis	107.172	102.677
Fiscais	67.110	66.362
TOTAL	225.147	221.572

21.1.1 Provisões trabalhistas

Valor provisionado (perda provável)	30.06.2022	31.12.2021
Funcionários próprios	48.840	50.678
Funcionários terceirizados	42.330	41.980
TOTAL	91.170	92.658

A provisão para os riscos trabalhistas é feita com base na avaliação dos respectivos advogados patronos, avaliando o risco de perda no decorrer do processo. O valor de provisão referente a empregados próprios oscila em razão do vínculo direto com a Companhia e seus consequentes direitos. No que se refere aos terceirizados, o risco envolve em sua maioria a responsabilidade subsidiária, o que significa que a Companhia só arcará com o pagamento no caso da ausência deste por parte da real empregadora, a empresa terceirizada.

21.1.2 Provisões cíveis

Valor provisionado (perda provável)	30.06.2022	31.12.2021
Ações Cíveis ^(a)	164.144	142.054
Juizado Especial Cível ^(b)	28.722	28.558
Plano Cruzado ^(c)	8.114	8.646
TOTAL	200.980	179.258

^(a) A provisão para as Ações Cíveis engloba processos quantificáveis, nos quais a Companhia e suas controladas são réis, e que possuem prognóstico de perda provável na avaliação dos respectivos advogados patronos. Grande parte das causas é relacionada a pleitos de danos materiais e morais pela postura ostensiva da empresa no combate às irregularidades na rede, além de questionamentos de valores pagos por consumidores. Dentre os valores provisionados destaca-se a ação indenizatória proposta pela Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN”) no último trimestre de 1995, onde a CSN ajuizou a ação 0129629-98.1995.8.19.0001 pleiteando, indenização por danos eventualmente sofridos e lucros cessantes, em razão de oscilações e interrupções no fornecimento de energia elétrica. A ação encontra-se em fase de liquidação de sentença onde a CSN pleiteia o valor atualizado de R\$735.019, valor este impugnado pela Light, em razão de diversos fundamentos, com destaque para (i) o fato da produção da CSN à época ter sido considerada 24 horas por dia 365 dias por ano, não considerando a ociosidade reconhecida do setor; (ii) a CSN não comprovar nos autos os lucros cessantes; (iii) o perito, designado no processo, utilizar premissas de lucro bruto em vez de lucro líquido. A Light contratou parecer de jurista renomado para elucidar seus pontos. Em janeiro de 2021, o laudo pericial contábil foi homologado, tendo a Companhia recorrido de tal decisão. Recurso da Companhia foi julgado em 22 de março de 2022, tendo sido provido, por maioria de votos, para anular a decisão homologatória do laudo pericial, determinando o retorno dos autos para a fase pericial, facultando às partes a formulação de novos quesitos, para que o Perito Judicial nomeado, ou outro a ser indicado pelo Juízo, possa respondê-los e, assim, justificar corretamente os lucros cessantes ou, se for o caso, quantificar os danos emergentes por entender que, embora convincentes os sinais de prejuízos, tudo indica, até aqui, tratar-se de danos emergentes não liquidados e a aferição dos lucros cessantes depende da resposta à determinadas indagações. Por essa razão, determinou o julgado que as partes devem apresentar quesitos com as dúvidas enumeradas, para que o perito nomeado, ou outro indicado pelo juízo, possa respondê-los e assim justificar os lucros cessantes ou, se for o caso, quantificar os danos emergentes. Em 20 de abril de 2022, a CSN opôs embargos de declaração contra decisão que deu provimento ao recurso da Companhia. Em 07 de junho de 2022, os Embargos de declaração opostos pela CSN foram rejeitados, conforme decisão publicada em 15 de junho de 2022. A exposição do risco provável para a controlada Light SESA em 30 de junho de 2022 é de R\$96.842 (R\$90.588 em 31 de dezembro de 2021).

^(b) As ações de Juizado Especial Cível referem-se, em grande parte, a discussões quanto a relações de consumo, tais como cobrança indevida, corte indevido, corte por inadimplência, problemas na rede, irregularidades diversas, reclamação de conta, reclamação de medidor e problemas na transferência de titularidade. Há um limite de 40 salários mínimos para as causas em trâmite perante o Juizado Especial Cível. O provisionamento é feito a partir da separação dos sete principais motivos ofensores para a Companhia, que representam aproximadamente 94,6% da quantidade total de processos provisionados.

- (c) São ações movidas contra a controlada Light SESA relativas ao aumento da tarifa de energia elétrica aprovado pelas Portarias nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 04 de março de 1986, publicadas pelo extinto DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, que contrariavam o Decreto-lei nº 2.283/86 (decreto do Plano Cruzado), o qual previa que todos os preços ficariam congelados. Os autores dessas ações buscam a restituição dos valores supostamente pagos a maior nas faturas de energia elétrica quando da majoração das tarifas da controlada Light SESA no período em que houve o congelamento dos preços.

21.1.3 Provisões fiscais

Valor provisionado (perda provável)	30.06.2022	31.12.2021
ICMS - Créditos homologados ^(a)	46.232	46.232
LIR/LOI - Embargos à Execução ^(b)	103.157	-
Outros	36.005	30.242
TOTAL	185.394	76.474

- (a) A controlada Light SESA provisionou o montante de R\$46.232, relativo a parte do valor autuado em processo por meio do qual o Estado do Rio de Janeiro pretende cobrar ICMS decorrente da utilização supostamente indevida de créditos do imposto, adquiridos pela Light SESA de terceiros, e que haviam sido previamente homologados pela Secretaria Estadual de Fazenda. Em 30 de junho de 2022, o débito é de R\$628.438 (R\$620.330 em 31 de dezembro de 2021). Após reavaliação, os assessores jurídicos internos e externos classificaram o valor de R\$42.029, relativo ao principal (imposto), assim como o valor a ele proporcional, relativo aos honorários advocatícios da Procuradoria, no montante de R\$4.203, como sendo perda provável e, todo o restante do valor autuado, relativo a juros, correção monetária e honorários advocatícios proporcionais, como perda remota. O processo administrativo encerrou-se em junho de 2015, com decisão desfavorável à controlada Light SESA, que por sua vez impetrou Mandado de Segurança com vistas a afastar a inscrição de parte do débito em Dívida Ativa do Estado relativa aos juros e correção monetária. A liminar foi deferida, mas posteriormente foi cassada por decisão proferida em sede de Agravo de Instrumento interposto pelo Estado do Rio de Janeiro. Foi ajuizada a Execução Fiscal, tendo a controlada Light SESA apresentado apólice de seguro garantia e, na sequência, foram opostos Embargos à Execução Fiscal. Foi proferida sentença nos autos dos Embargos à Execução Fiscal reconhecendo que devem ser expurgados os encargos moratórios (correção monetária e juros de mora) da Nota de Lançamento lavrada contra a controlada Light SESA. A sentença foi confirmada pelo Tribunal de Justiça e, foi proferido acórdão negando provimento aos embargos de declaração opostos por ambas as partes. Foram interpostos Recursos Especiais por ambas as partes, que restaram inadmitidos.
- (b) LIR/LOI - IRPJ/CSLL - A discussão está relacionada ao método de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior, dado que a controlada Light SESA defendia, por meio de Mandado de Segurança, que o IRPJ e CSLL deveriam incidir apenas sobre os lucros e não sobre os resultados positivos de equivalência patrimonial. Para se valer dos benefícios do programa REFIS, a controlada Light SESA desistiu integralmente do referido Mandado de Segurança, renunciou ao direito de questionar o Método do Equivalência Patrimonial (“MEP”) e alterou o procedimento para passar a tributar os resultados pelo referido método, previsto na Instrução Normativa nº 213/2002. O Fisco discordou de tal procedimento e autuou a controlada Light SESA quanto aos exercícios de 2004 a 2009, passando a exigir a tributação apenas sobre os lucros. Para o exercício de 2004, foi ajuizada Execução Fiscal, que teve decisão desfavorável de mérito no STJ, além de ter sido revogada a tutela obtida pela controlada Light SESA que suspendia a substituição da garantia apresentada nos autos (apólice de seguro) por depósito judicial. Em 30 de junho de 2022, a controlada Light SESA provisionou o montante de R\$103.157 em razão da decisão do STJ que julgou improcedente o seu Recurso Especial.

21.1.4 Provisões regulatórias

Nesse tópico, a Companhia descreve as principais contingências regulatórias decorrentes de discussões administrativas com a ANEEL:

- A controlada Light SESA foi autuada pela ANEEL (Auto de Infração nº 01/2019-SFE/ANEEL) em decorrência de fiscalização ocorrida em setembro de 2017, relacionada à qualidade do atendimento comercial para a prestação de serviço adequado, conforme parâmetros estabelecidos na Resolução Normativa nº 414/2010. Foi aplicada multa no valor de R\$52.113, a qual foi reduzida para o montante de R\$37.069, por meio do despacho nº 1.173/2022. Em 18 de maio de 2022, a controlada Light SESA efetuou o pagamento de R\$7.414, equivalente a 20% da multa. O saldo remanescente foi transferido para outros débitos e será pago em 36 parcelas mensais iniciadas em junho de 2022.
- A controlada Light SESA foi autuada pela ANEEL (Auto de Infração nº 026/2020-SFE/ANEEL) em decorrência de fiscalização ocorrida em fevereiro de 2020, relacionada aos indicadores de continuidade dos conjuntos de unidades consumidoras, estabelecidos no art. 1º da REA 6.236/2017 e em seu Contrato de Concessão. Foi aplicada multa no valor de R\$21.794, a qual foi reduzida para o montante de R\$16.659, por meio do ofício nº 306/2020 da SFE/ANEEL. Atualmente, aguarda-se decisão final da Diretoria Colegiada da ANEEL. O montante atualizado da provisão em 30 de junho de 2022 é de R\$12.535 (R\$5.345 em 31 de dezembro de 2021).

21.2 Provisões de honorários de êxito

A Diretoria reavalia periodicamente os processos que possuem honorários de êxito previstos para os assessores jurídicos e, baseada na opinião de seus assessores legais, para o prognóstico de resolução dos processos, constitui provisão para os compromissos de honorários de êxito das causas com prognósticos de perdas possíveis, remotas e excepcionalmente prognóstico provável.

Segue abaixo quadro com a posição e a movimentação no primeiro semestre de 2022 e de 2021:

Provisões para honorários de êxito	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
SALDO EM 31.12.2021	428	72.044	27.724	100.196
Adições	50	963	3.603	4.616
Atualizações	17	3.780	1.908	5.705
Baixas por pagamentos	(58)	(5.884)	(1.830)	(7.772)
Baixas por reversões	(82)	(1.407)	(340)	(1.829)
SALDO EM 30.06.2022	355	69.496	31.065	100.916

Provisões para honorários de êxito	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
SALDO EM 31.12.2020	383	84.933	30.890	500	116.706
Adições	31	4.758	1.317	-	6.106
Atualizações	14	2.719	1.803	-	4.536
Baixas por pagamentos	(31)	(18.593)	(344)	(500)	(19.468)
Baixas por reversões	(78)	(3.118)	(3.336)	-	(6.532)
SALDO EM 30.06.2021	319	70.699	30.330	-	101.348

22. CONTINGÊNCIAS

As principais contingências com probabilidade de perda possível estão compostas da seguinte forma:

Consolidado	30.06.2022		31.12.2021	
	Saldo	Quantidade de processos ^(a)	Saldo	Quantidade de processos ^(a)
Cíveis	1.506.108	44.410	1.360.342	42.510
Trabalhistas	344.126	1.183	364.894	1.273
Fiscais	9.657.875	887	8.740.113	840
TOTAL	11.508.109	46.480	10.465.349	44.623

^(a) Não revisado pelos auditores independentes

22.1 Cíveis

A Controlada Light SESA possui diversas ações judiciais de natureza cível que têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) irregularidades decorrentes de perdas comerciais (não técnicas); (ii) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (iii) acidentes envolvendo a sua rede de eletricidade e/ou a prestação do serviço; (iv) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia: A controlada Light SESA figura como ré em ações cíveis discutindo a interrupção do serviço, quer seja motivada por caso fortuito ou de força maior, quer seja para fins de intervenção no sistema elétrico, entre outros motivos e, também, suspensão do serviço, quer seja por inadimplência, impedimento de acesso ou substituição do medidor, entre outros fatos ensejadores. Dentre essas ações, foi adicionado o montante de R\$638.177 com risco de perda possível em decorrência da ação indenizatória proposta pela CSN (0129629-98.1995.8.19.0001), cuja ação encontra-se em fase de liquidação de sentença; e (v) discussões que versam sobre os mais diversos temas, como funcionalidade dos medidores. Em 30 de junho de 2022, o montante total referente às ações é de R\$882.501 (R\$812.955 em 31 de dezembro de 2021).

A controlada Light SESA possui uma ação (0477418-58.2011.8.19.0001) que foi ajuizada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 30 de setembro de 2011, pleiteando aproximadamente R\$100.000 a título de indenização pelos alegados prejuízos materiais (danos emergentes e lucros cessantes), incorridos em razão de sete interrupções no fornecimento de energia elétrica ocorridas nos anos de 2009 a 2011 na sua Unidade Consumidora de Volta Redonda. Atualmente a ação encontra-se em fase de perícia, com laudo, em linhas gerais, favorável aos interesses da Companhia, tendo o perito se manifestado sobre os pedidos adicionais e impugnação da CSN de forma favorável à controlada Light SESA. Light e CSN se se manifestaram sobre esclarecimentos do perito e o processo foi remetido ao Juiz em 07 de junho de 2022. Em 30 de junho de 2022, a exposição do risco é de R\$130.233 (R\$111.104 em 31 de dezembro de 2021).

A controlada Light SESA também litiga em ação rescisória (0002731-81.2011.8.19.0000) movida pela CSN, em que se discute reajuste tarifário durante o congelamento de preços adotado pelo Plano Cruzado. O processo está aguardando julgamento de recurso da controlada Light SESA em trâmite no Superior Tribunal de Justiça e do mérito da Ação Rescisória pelo Órgão Especial ou Seção Cível do Tribunal de Justiça. Em 30 de junho de 2022, a exposição do risco é de R\$373.576 (R\$317.169 em 31 de dezembro de 2021).

No último trimestre de 2020, a Light S.A e as controladas Light Energia e Lightcom foram citadas para responder Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ), processo 0035516-77.2020.8.26.0100, interposto por FLF - Fundo de Liquidação Financeira, visando a desconsideração da personalidade jurídica da Renova Energia S.A. para atingir o Grupo Light e Grupo Cemig para honrar com a dívida contraída pelo Grupo Renova junto ao FLF. A Companhia e as controladas Light Energia e Lightcom apresentaram contestação e em 14 de junho de 2021, foi proferida decisão julgando o IDPJ improcedente em relação à CEMIG, Light S.A. e controlada Lightcom, uma vez que não são acionistas do Grupo Renova. O Fundo Autor do Incidente recorreu da decisão que excluiu CEMIG, Light S.A e a controlada Lightcom, mas a decisão foi mantida em dezembro de 2021. Em 30 de novembro de 2021, os Embargos de Declaração opostos pelo Fundo foram rejeitados e o acórdão que manteve a decisão de excluir a Light S.A. e a Lightcom do IDPJ foi integralmente mantido. Já nos autos do IDPJ, os Embargos opostos pela Light Energia contra a decisão que deferiu os 71 quesitos formulados pelo Fundo foram rejeitados em 24 de janeiro de 2022, sob o fundamento de não houve omissão do Juízo, mas sim irresignação com relação ao deferimento dos quesitos formulados. A decisão também intimou o perito para apresentar proposta de honorários, mas ele ainda não compareceu nos autos. CEMIG requereu a substituição de seu assistente técnico. Light optou por não recorrer de tal decisão porque o TJSP já analisou recurso da Light sobre o escopo da perícia e porque os pontos levantados nos Embargos podem ser confirmados pelo perito por meio da análise de informações públicas. Após a concordância da CEMIG, a proposta de honorários periciais foi homologada e o juiz determinou que as partes depositem o valor dos honorários no processo. O Juízo também determinou que, após o depósito dos honorários, o perito deve entregar o laudo em 90 dias. O perito pede mais 90 dias para conclusão do laudo após a disponibilização de todos os documentos necessários para a perícia. Dessa forma, é possível que o laudo seja entregue em prazo superior ao fixado pela decisão. Assistente técnico indicado pela controlada Light Energia está em contato com o perito para acompanhar a perícia quando a mesma for iniciada. Em 30 de junho de 2022, a exposição do risco é de R\$46.901 (R\$42.723 em 31 de dezembro de 2021).

22.2 Fiscais

- **IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - perdas comerciais** – A controlada Light SESA possui quatro autuações fiscais cobrando IRPJ e CSLL em razão da não adição dos valores de perdas não técnicas ao seu resultado, para fins de apuração do lucro real, sendo que: (i) a primeira autuação foi julgada procedente em parte em decisão de 1ª instância administrativa e o CARF julgou improcedente, por voto de qualidade, o Recurso Voluntário da controlada Light SESA. No momento, aguarda-se o julgamento do recurso da controlada Light SESA; e (ii) as outras três autuações foram julgadas procedentes em decisão de 1ª instância administrativa e foram objeto de Recurso Voluntário;

A controlada Light SESA também possui três outras autuações cobrando PIS e COFINS pela não realização do estorno dos créditos destas contribuições referentes aos valores de perdas não técnicas, sendo que (i) uma das autuações foi julgada improcedente em decisão de 1ª instância administrativa e aguarda julgamento de recurso de ofício; (ii) as outras duas autuações, recebidas em outubro e novembro de 2020, respectivamente, foram julgadas procedentes em decisão de 1ª instância e foram objeto de Recurso Voluntário.

Em 30 de junho de 2022, o montante dessas discussões é de R\$5.543.558 (R\$5.316.345 em 31 de dezembro de 2021).

- **ICMS perdas comerciais** – A controlada Light SESA possui três autuações fiscais, duas ações Anulatórias, um Mandado de Segurança e uma Execução Fiscal que discutem a cobrança de ICMS, FECPE e multa por não recolher o referido tributo diferido em operações anteriores à distribuição de energia elétrica, em razão da ocorrência de perdas comerciais. No primeiro processo administrativo, após a apresentação de impugnação pela controlada Light SESA, a Junta de Revisão Fiscal converteu o julgamento em diligência. Em resposta à diligência, a Fiscalização retificou o Auto de Infração, tendo recalculado os percentuais de incorporação de perdas não técnicas na tarifa em base mensal, restando autuado apenas o ICMS devido pelas perdas não incorporadas à tarifa da distribuidora. Aguarda-se o julgamento do Recurso Voluntário apresentado em face da decisão que julgou parcialmente procedente o auto de infração. A segunda autuação fiscal teve a impugnação julgada improcedente e aguarda-se o julgamento do recurso voluntário. A terceira autuação fiscal também teve a impugnação julgada improcedente e possui recurso voluntário pendente de julgamento. A controlada Light SESA obteve sentença favorável no mandado de segurança e nas duas ações anulatórias, que se encontram em fase de recurso. Em 30 de junho de 2022, o montante dessa discussão é de R\$851.021 (R\$952.562 em 31 de dezembro de 2021).
- **ICMS sobre subvenções do programa federal denominado “Baixa Renda”** - A controlada Light SESA possui três ações anulatórias, vinculadas às execuções fiscais, com o objetivo de discutir a incidência de ICMS sobre os valores pagos pela União Federal à controlada Light SESA a título de subvenção econômica, direcionada aos consumidores de energia da subclasse baixa renda. Atualmente, a controlada Light SESA não possui decisão de mérito favorável nessas ações anulatórias, sendo que, em uma ação aguarda-se o julgamento do seu Recurso de Apelação e na outra foi dado provimento ao Recurso de Apelação da controlada Light SESA para declarar a nulidade da autuação e em uma ação aguarda-se julgamento dos agravos apresentados pela controlada Light SESA em face das decisões que inadmitiram o Recurso Especial e o Recurso Extraordinário. Adicionalmente, a controlada Light SESA possui duas discussões administrativas, sendo que houve o encerramento desfavorável de uma das autuações já existentes e o recebimento de uma nova autuação em abril de 2022. A primeira possui decisão desfavorável na esfera administrativa e aguarda julgamento do Recurso Especial da controlada Light SESA. A segunda e nova autuação encontra-se aguardando julgamento da Impugnação. Em 30 de junho de 2022, o montante dessa discussão é de R\$1.181.585 (R\$367.190 em 31 de dezembro de 2021).

- **IN 86** – A controlada Light SESA foi autuada para a cobrança de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória, relacionada à entrega dos arquivos eletrônicos, no formato previsto na IN nº 86/2001, referentes aos anos-calendário de 2003 a 2005. O Processo Administrativo encerrou-se em julho de 2015, com decisão desfavorável à controlada Light SESA, que impetrou Mandado de Segurança. Proferida sentença julgando procedente o pleito da controlada Light SESA, que foi mantida em sede de recurso de apelação da União. Aguarda-se julgamento dos embargos de declaração opostos pela União. Em 30 de junho de 2022, o montante dessa discussão é de R\$484.492 (R\$473.958 em 31 de dezembro de 2021).
- **LIR/LOI - IRPJ/CSLL** – A controlada Light SESA possuía Mandado de Segurança em que se discutia a forma de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior, mais especificamente defendia que o IRPJ e CSLL deveriam incidir apenas sobre os lucros e não sobre os resultados positivos de equivalência patrimonial. Para se valer dos benefícios do programa REFIS, a controlada Light SESA desistiu integralmente do Mandado de Segurança, renunciou ao direito de questionar o Método do Equivalência Patrimonial (“MEP”) e alterou o procedimento para passar a tributar os resultados pelo referido método, previsto na Instrução Normativa nº 213/2002. O Fisco discordou de tal procedimento e autuou a controlada Light SESA quanto aos exercícios de 2004 a 2009, passando a exigir a tributação apenas sobre os lucros. O processo judicial relacionado ao exercício de 2004 encontra-se reportado na parte de provisões fiscais. Para o exercício de 2005, houve o encerramento da esfera administrativa desfavoravelmente à controlada Light SESA, que impetrou Mandado de Segurança visando anular o acórdão proferido pelo CARF e obteve sentença para suspender a exigibilidade do débito e determinar um novo julgamento no CARF. Já para os exercícios de 2006 a 2008, houve o encerramento favorável na esfera administrativa para a controlada Light SESA. Em relação ao exercício de 2009, o CARF julgou procedente em parte o recurso voluntário da controlada Light SESA, para excluir os juros e multa. Aguarda-se o julgamento do seu recurso especial.

Adicionalmente, em relação aos anos calendários de 2001 e 2002, a controlada Light SESA foi autuada por supostamente não ter recolhido IRPJ e CSLL, envolvendo as subsidiárias LIR e LOI, decorrentes de despesas com juros em empréstimo contraído pela controlada Light SESA, e o processo foi encerrado na esfera administrativa desfavoravelmente à controlada Light SESA, em razão do voto de qualidade. A controlada Light SESA ajuizou mandado de segurança questionamento a constitucionalidade do voto de qualidade e obteve sentença favorável para ter um novo julgamento no CARF. Em 30 de junho de 2022, o montante dessa discussão é de R\$534.755 (R\$453.953 em 31 de dezembro de 2021).

- **Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Estado do Rio de Janeiro (“FEEF”)** – A controlada Light SESA foi autuada em razão da ausência de recolhimento, ao FEEF do ICMS correspondente a 10% dos benefícios fiscais destinados a terceiros, relativamente ao período de dezembro de 2016 a junho de 2017 e recebeu uma segunda autuação em relação ao período de julho de 2017 a julho de 2019. As duas autuações estão aguardando julgamento da impugnação. A tese está sendo discutida pela controlada Light SESA por meio de Mandado de Segurança. Em 30 de junho de 2022, o montante dessa discussão é de R\$124.624 (R\$119.337 em 31 de dezembro de 2021).

- **Não homologação de compensações - CVA - (30 Processos Administrativos)** - Não homologação pela Receita Federal de compensações realizadas pela controlada Light SESA com créditos advindos de pagamento indevido ou a maior de PIS e COFINS, notadamente em razão da alteração do momento da tributação do PIS e da COFINS sobre a CVA. Apresentadas manifestações de inconformidade ainda pendentes de julgamento. Em 30 de junho de 2022, o montante dessas discussões é de R\$291.226 (R\$281.150 em 31 de dezembro de 2021).
- **Despachos decisórios (53 processos)** – 52 despachos decisórios proferidos pela Receita Federal em face da controlada Light SESA e 1 despacho decisório em face da Light S.A. para negar homologação a diversos pedidos de compensação realizados pela controlada Light SESA, para a utilização de créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL à alegação de que tais créditos seriam devidos ou insuficientes para abarcar os débitos contra aos quais foram opostos. A controlada Light SESA e a controladora apresentaram manifestações de inconformidade em face aos aludidos Despachos Decisórios. Em dezembro de 2021, a controlada Light SESA obteve decisão favorável definitiva em um dos casos. Em 30 de junho de 2022, o montante dessas discussões é de R\$205.312 (R\$201.361 em 31 de dezembro de 2021).
- **Não homologação de compensações** – A controlada Light SESA discute judicialmente a cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS, decorrentes da glosa de créditos de mesma natureza realizada pela Receita Federal em 22 Processos Administrativos, decorrentes de compensações realizadas referentes aos períodos de março e abril de 2005, janeiro, fevereiro, março, maio, junho, julho, agosto e setembro de 2006 e janeiro e fevereiro de 2007. A controlada Light SESA aguarda o julgamento dos Embargos à Execução apresentados. Em 30 de junho de 2022, o montante dessas discussões é de R\$61.298 (R\$59.966 em 31 de dezembro de 2021).

22.3 Trabalhistas

Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: equiparação salarial, horas extras, acidente de trabalho, adicional de periculosidade, equiparação salarial e dano moral. Em 30 de junho de 2022, montantes envolvidos nestas discussões totalizam R\$183.612 (R\$189.269 em 31 de dezembro de 2021).

A controlada Light SESA também litiga na ação civil pública (0100742-05.2018.5.01.0081) onde o Ministério Público do Trabalho alega a existência de suposta restrição que impediria a contratação de ex-empregados terceirizados, desqualificados no passado, e por isso requer pagamento de danos morais, bem como, obrigação para que a controlada Light SESA se abstenha de praticar tal ato. Audiência de instrução foi realizada em 17 de abril de 2022. A sentença prolatada em junho de 2022 foi pela improcedência dos pedidos. O Ministério Público do Trabalho interpôs Recurso Ordinário. Em 30 de junho de 2022, o montante do principal referente a essa discussão é de R\$52.366 (R\$52.366 em 31 de dezembro de 2021).

23. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

As empresas do Grupo Light são patrocinadoras instituidoras da Fundação de Seguridade Social Braslight (Braslight), entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados do Grupo Light vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes. A Companhia possui planos do tipo benefício definido e do tipo benefício misto e do tipo contribuição definida.

A Braslight foi instituída em abril de 1974 e possui quatro planos - A, B, C e D - implantados em 1975, 1984, 1998 e 2010, respectivamente, tendo o plano C recebido migração de aproximadamente 96% dos participantes ativos dos planos A e B.

Atualmente estão em vigor os Planos A e B do tipo Benefício Definido, C do tipo Benefício Misto e D do tipo Contribuição Definida.

Não existiam passivos atuariais registrados em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021.

24. OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO E ATIVO DE DIREITO DE USO

Obrigações por arrendamento Consolidado	30.06.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Terrenos e imóveis	922	775	1.697	725	926	1.651
Máquinas e equipamentos	897	2.053	2.950	556	1.516	2.072
Veículos	23.401	252.455	275.856	23.827	35.721	59.548
TOTAL	25.220	255.283	280.503	25.108	38.163	63.271

24.1 Movimentação dos ativos de direito de uso e das obrigações por arrendamento

Ativo de direito de uso - Consolidado	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
SALDO EM 31.12.2021	1.516	1.995	56.295	59.806
Adições de arrendamentos	348	1.172	282.666	284.186
Remensurações	167	-	-	167
Depreciação	(474)	(333)	(18.756)	(19.563)
Baixa de arrendamentos	-	-	(48.909)	(48.909)
SALDO EM 30.06.2022	1.557	2.834	271.296	275.687

Ativo de direito de uso - Consolidado	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
SALDO EM 31.12.2020	2.490	2.012	97.215	101.717
Adições de arrendamentos	-	-	5.343	5.343
Remensurações	123	5	-	128
Depreciação	(659)	(427)	(22.987)	(24.073)
Baixa de arrendamentos	(122)	-	-	(122)
SALDO EM 30.06.2021	1.832	1.590	79.571	82.993

Obrigações por arrendamento - Consolidado	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
SALDO EM 31.12.2021	1.651	2.072	59.548	63.271
Adições de arrendamentos	348	1.172	282.666	284.186
Remensurações	167	-	-	167
Pagamento da parcela	(560)	(406)	(26.384)	(27.350)
Despesa de juros	91	112	11.719	11.922
Baixas de arrendamentos	-	-	(51.693)	(51.693)
SALDO EM 30.06.2022	1.697	2.950	275.856	280.503

Obrigações por arrendamento - Consolidado	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
SALDO EM 31.12.2020	2.646	2.047	101.234	105.927
Adições de arrendamentos	-	-	5.343	5.343
Remensurações	123	5	-	128
Pagamento da parcela	(768)	(505)	(26.205)	(27.478)
Despesa de juros	107	90	3.281	3.478
Baixa de arrendamentos	(122)	-	-	(122)
SALDO EM 30.06.2021	1.986	1.637	83.653	87.276

24.2 Cronograma de vencimento das obrigações por arrendamento

Obrigações por arrendamento	30.06.2022	31.12.2021
2022	12.253	25.108
2023	26.865	21.556
2024	29.157	16.267
2025	31.968	340
Após 2025	180.260	-
Total	280.503	63.271

Para a realização da mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados. Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

A Companhia apresenta abaixo os efeitos estimados considerando a inflação futura projetada:

Consolidado	Efeitos estimados
ATIVO DE DIREITO DE USO	
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	275.687
Com efeito da Inflação (fluxo nominal)	342.401
OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO	
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	280.503
Com efeito da Inflação (fluxo nominal)	347.216

25. ENCARGOS REGULATÓRIOS

Encargos regulatórios - consolidado	30.06.2022	31.12.2021
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	2.050	2.485
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	4.100	4.970
Programa de Eficiência Energética – PEE	181.502	178.521
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	65.100	84.353
Quota recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE ^(a)	43.649	42.732
Quota de reserva global de reversão – RGR	717	717
TOTAL	297.118	313.778

^(a) Refere-se ao recolhimento devido pela controlada Light SESA referente a CDE Conta-Covid, homologada pela ANEEL através do Despacho nº 939 de 5 de abril de 2021.

26. OUTROS DÉBITOS

Outros Débitos – consolidado	30.06.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamento de clientes	89.863	-	89.863	55.026	-	55.026
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)	3.593	-	3.593	3.343	-	3.343
Taxa de iluminação pública	247.578	-	247.578	234.285	-	234.285
Reserva para reversão	7.770	27.196	34.966	7.770	31.081	38.851
Restituições consumidores	83.465	-	83.465	88.141	-	88.141
Subvenção por redução voluntária do consumo (Nota 10)	-	-	-	169.215	-	169.215
Parcelamento ANEEL ⁽¹⁾	11.475	21.993	33.468	-	-	-
Outros	18.963	3	18.966	14.154	9.026	23.180
TOTAL	462.707	49.192	511.899	571.934	40.107	612.041

⁽¹⁾ Referente ao parcelamento do Auto de Infração nº 01/2019-SFE/ANEEL. Esse montante será pago em 36 parcelas mensais iniciadas em junho de 2022, conforme Nota 21.1.4.

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação serviços de operação e manutenção; (iv) contratos de serviços administrativos.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos no primeiro semestre de 2022 e de 2021 consolidadas da Companhia são apresentados abaixo:

Grupo do balanço, características do contrato e vínculo	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Ativo		Receita	
					30.06.2022	31.12.2021	01.01.2022 a 30.06.2022	01.01.2021 a 30.06.2021
Cliente - Cobrança do encargo de uso da rede básica da controlada Light SESA com a Lightger	N/A ^(a)	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	-	-	100
Cliente - Cobrança referente a prestação de serviços da controlada Light Energia com a Lightger	4.325	A partir de dez/2012. Vencimento indeterminado	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	-	-	-	403

Grupo do balanço, características do contrato e vínculo	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Passivo		Despesa	
					30.06.2022	31.12.2021	01.01.2022 a 30.06.2022	01.01.2021 a 30.06.2021
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da controlada Light Energia com a Lightger	217.213	dez/2010 a jun/2028	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	-	-	-	(13.468)
Outros débitos - Compromisso com serviços de consultoria da controlada Light SESA com a controlada em conjunto Axxiom	N/A ^(b)	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A ^(b)	947	1.501	(4.945)	(6.726)

^(a) Os contratos de encargo de uso de sistema de distribuição e encargo de uso da rede básica são faturados de acordo com a demanda de energia circulada na rede.

^(b) O contrato de serviço é faturado de acordo com a necessidade de horas despendidas no serviço contratado.

Conforme mencionado nas Notas 19 e 20 a Companhia é avalista dos empréstimos de suas controladas. Além disso, quando necessário, poderão existir mútuos entre a Companhia e suas controladas, contudo não foram realizadas transações desta natureza no primeiro semestre de 2022 e de 2021.

27.1 Remuneração dos administradores

Os montantes apresentados a seguir referem-se à remuneração da Diretoria, do Conselho de Administração, e do Conselho Fiscal, reconhecidos pelo regime de competência, relativo ao primeiro semestre de 2022 e de 2021:

Remuneração dos Administradores	Controladora		Consolidado	
	01.01.2022 a 30.06.2022	01.01.2021 a 30.06.2021	01.01.2022 a 30.06.2022	01.01.2021 a 30.06.2021
Honorários e benefícios de curto prazo	1.309	1.366	8.306	8.595
Bônus	323	216	3.225	2.236
Encargos Sociais	252	391	1.560	2.892
Benefícios pós-emprego	23	30	264	334
Benefícios assistenciais	32	32	348	640
Remuneração baseada em ações	634	5.025	634	5.025
TOTAL	2.573	7.060	14.337	19.722

Adicionalmente, a Companhia possui um programa de remuneração baseado em ações destinado aos seus administradores e empregados, conforme descrito na Nota 29.

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

28.1 Capital social

Em 30 de junho de 2022, o capital social da Light S.A. está representado por 372.555.324 (trezentos e setenta e dois milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e vinte e quatro) (372.555.324 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, sendo o seu capital social de R\$5.473.247, sendo reduzido por gastos com emissão de ações no montante de R\$81.050 (R\$81.050 em 31 de dezembro de 2021), totalizando o montante de R\$5.392.197, conforme a seguir:

Acionistas	30.06.2022		31.12.2021	
	Quantidade de ações (unidades)	% Participação	Quantidade de ações (unidades)	% Participação
Samambaia Master Fundo de Investimento em Ações Investimento no Exterior - BDR Nível 1	74.548.846	20,01	74.548.846	20,01
Santander PB Fundo de Investimentos em Ações 1	37.863.402	10,16	37.863.402	10,16
BlackRock, Inc.	24.877.429	6,67	-	-
Verde Asset Management S.A.	18.661.100	5,01	18.661.100	5,01
Mercado (<i>free float</i>)	216.604.547	58,15	241.481.976	64,82
TOTAL	372.555.324	100,00	372.555.324	100,00

A Light S.A. está autorizada a aumentar o seu capital, mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até o limite de 408.934.060 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

28.2 Reservas

28.2.1 Reservas de capital

A Companhia oferece a seus administradores e a alguns colaboradores indicados pelo Conselho de Administração plano de opção de compra de ações da Companhia. As opções são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas, ajustadas a valor presente, e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção em contrapartida ao patrimônio líquido.

Em 30 de junho de 2022, o montante de R\$19.427 (R\$18.462 em 31 de dezembro de 2021) é decorrente de opções outorgadas referente ao plano de opções.

28.2.2 Reserva especial

Conforme artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria informar à Assembleia geral ordinária ser o pagamento de dividendos incompatível com a situação financeira da Companhia.

Os lucros que deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da companhia.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2020, foi aprovada a criação da reserva especial com o montante referente aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2019, no montante de R\$315.353.

28.3 Resultado por ação

A tabela a seguir concilia o resultado líquido dos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2022 e de 2021, com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

Resultado por ação	2º Trimestre		Acumulado 6 meses	
	2022	2021	2022	2021
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(80.031)	3.216	(186.066)	(38.564)
Média ponderada do número de ações ordinárias (em unidades)	366.836.885	366.836.885	366.836.885	366.836.885
Prejuízo básico e diluído por ações ordinárias em reais	(0,22)	0,01	(0,51)	(0,11)

Nos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2022 e de 2021 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento com potencial dilutivo.

29. PLANO DE PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 04 de julho de 2019, foi aprovado o plano de opção de compra de ações da Companhia, destinado aos administradores e empregados da Companhia e de suas controladas. O plano tem o objetivo de reforçar a retenção dos executivos, alinhar os interesses dos acionistas aos das pessoas elegíveis e criar valor para o negócio de forma sustentável e de longo prazo.

O número total de ações que poderão ser adquiridas ou subscritas no âmbito do plano de opção não excederá 2,1% das ações representativas do capital social total da Companhia (incluídas as ações a serem emitidas em decorrência do exercício de opções com base no plano de opção) na data de aprovação do plano de opção.

Uma vez exercida a opção pelos interessados, as referidas ações serão objeto de emissão através de aumento do capital da Companhia. As Opções se tornarão exercíveis na medida em que os respectivos beneficiários permanecerem vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a data de outorga e um prazo a partir de um ano após a concessão, conforme segue:

- (a) 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas, no todo ou em parte, após o 1º aniversário da data de outorga;
- (b) 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas, no todo ou em parte, após o 2º aniversário da data de outorga;

- (c) 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas, no todo ou em parte, após o 3º aniversário da data de outorga; e
- (d) 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas, no todo ou em parte, após o 4º aniversário da data de outorga.

As Opções não exercidas após o 1º aniversário da data de outorga poderão ser exercidas nos períodos subsequentes e assim sucessivamente para as Opções não exercidas após os demais aniversários até o prazo máximo de vigência das opções, que será de 5 (cinco) anos a partir da data de outorga.

29.1 Preço de exercício das opções

O preço de exercício das opções outorgadas nos termos do plano é de R\$20,54, correspondente à média da cotação das ações da Companhia na B3 S.A., ponderada pelo volume de negociação, nos sessenta pregões anteriores a criação do plano.

O preço de exercício será reduzido pelo valor dos dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos distribuídos pela Companhia aos acionistas ou quaisquer outros valores por ação colocados à disposição dos acionistas pela Companhia, inclusive em função de redução de capital social sem o cancelamento de ações ou qualquer outra operação societária que implique alocação de recursos aos acionistas ou redução do valor das ações, sempre considerado o período compreendido entre a data de outorga e a data do exercício das opções.

29.2 Beneficiários

Durante o prazo de um ano contado da data de exercício das Opções, os beneficiários não poderão vender, ceder ou, de qualquer forma, alienar as ações da Companhia originalmente adquiridas ou subscritas ao amparo do Plano, bem como aquelas que venham a ser por eles adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição e direitos de subscrição de ações ou quaisquer outros valores mobiliários de emissão da Companhia conversíveis em ações ou que outorguem direito à subscrição de ações (“*Lock-Up*”).

Até 30 de junho de 2022, o Conselho de Administração outorgou 3.013.900 (três milhões, treze mil e novecentas) Opções aos beneficiários. Montante líquido das opções extintas por desligamento.

29.3 Impactos contábeis

As opções são reconhecidas pelo valor justo, a débito na demonstração do resultado, na rubrica de despesas de pessoal e a crédito no patrimônio líquido, na rubrica de reserva de capital. No primeiro semestre de 2022, foi registrado o montante de R\$965 (R\$5.052 no primeiro semestre de 2021).

30. RECEITA LÍQUIDA

Receita líquida - Consolidado	2º Trimestre		Acumulado 6 meses	
	2022	2021	2022	2021
Fornecimento, suprimento, receita de uso da rede (Nota 30.1)	5.096.033	4.527.438	11.241.133	9.893.544
(-) Multa por violação de padrão de indicador de continuidade	(5.600)	(6.207)	(15.024)	(21.924)
Arrendamentos, aluguéis e outras	51.753	18.203	73.728	38.062
Receita de construção	321.448	208.963	612.006	393.763
Renda de prestação de serviço	2.741	310	4.983	634
Subvenção CDE	62.592	69.936	128.203	148.203
Serviço taxado	1.201	1.486	2.327	3.047
Valor justo do ativo financeiro da concessão (Nota 12)	60.427	116.408	14.867	217.320
Receita não faturada - Aportes da CCRBT (Nota 11)	42.407	(5.320)	92.932	12.296
Ativos e passivos financeiros do setor (Nota 11)	129.338	290.068	(233.208)	426.087
RECEITA BRUTA	5.762.340	5.221.285	11.921.947	11.111.032
ICMS	(1.320.569)	(1.175.221)	(2.871.829)	(2.512.120)
PIS e COFINS	(397.889)	(371.980)	(824.470)	(786.588)
Outros	(2.848)	(924)	(5.143)	(1.957)
IMPOSTOS SOBRE RECEITA	(1.721.306)	(1.548.125)	(3.701.442)	(3.300.665)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(563.242)	(401.444)	(1.136.839)	(779.600)
Reserva Global de Reversão – RGR	(2.152)	(2.991)	(4.304)	(5.982)
Empresa de Pesquisa Energética –EPE	(3.069)	(2.918)	(6.474)	(6.506)
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FNDCT	(6.138)	(5.838)	(12.948)	(13.014)
Eficiência Energética – PEE	(13.646)	(13.023)	(28.817)	(32.364)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(6.138)	(5.838)	(12.948)	(13.014)
Outros encargos – PROINFA	(25.817)	(15.883)	(44.634)	(31.080)
Outros encargos	(9.596)	(7.305)	(19.590)	(16.006)
ENCARGOS DO CONSUMIDOR	(629.798)	(455.240)	(1.266.554)	(897.566)
TOTAL DAS DEDUÇÕES	(2.351.104)	(2.003.365)	(4.967.996)	(4.198.231)
RECEITA LÍQUIDA	3.411.236	3.217.920	6.953.951	6.912.801

30.1 Fornecimento, suprimento de energia elétrica e receita de uso da rede

2º Trimestre - Consolidado	Nº de clientes faturados (a) (b) (c)		GWh (a)		R\$	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Residencial	4.163.477	3.982.540	1.974	2.012	1.691.676	1.510.726
Industrial	8.496	9.039	97	102	112.629	75.040
Comércio, serviços e outras	317.053	319.048	996	1.011	898.204	777.618
Rural	7.305	9.871	9	11	2.505	2.227
Poder público	13.013	12.593	324	279	287.716	208.000
Iluminação pública	772	743	122	172	57.931	76.098
Serviço público	1.637	1.816	215	238	122.487	128.922
Consumo próprio	447	454	28	29	-	-
Receita de uso da rede	1.675	1.390	2.587	2.321	550.658	469.466
FORNECIMENTO FATURADO	4.513.875	4.337.494	6.352	6.175	3.723.806	3.248.097
ICMS	-	-	-	-	1.317.019	1.172.944
Fornecimento não faturado (líquido de ICMS)	-	-	-	-	(248.715)	(216.784)
TOTAL FORNECIMENTO	4.513.875	4.337.494	6.352	6.175	4.792.110	4.204.257
Comercialização de energia/outros	-	-	871	871	293.232	313.504
ICMS	-	-	-	-	3.550	2.277
Energia de curto prazo	-	-	112	19	7.141	7.400
TOTAL SUPRIMENTO	-	-	983	890	303.923	323.181
TOTAL	4.513.875	4.337.494	7.335	7.065	5.096.033	4.527.438

Acumulado 6 meses - Consolidado	Nº de clientes faturados (a) (b) (c)		GWh (a)		R\$	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Residencial	4.163.477	3.982.540	4.329	4.514	3.691.494	3.284.605
Industrial	8.496	9.039	204	220	170.796	152.721
Comércio, serviços e outras	317.053	319.048	2.149	2.217	1.899.104	1.621.802
Rural	7.305	9.871	20	24	5.602	4.607
Poder público	13.013	12.593	697	619	577.359	425.095
Iluminação pública	772	743	284	350	147.905	147.080
Serviço público	1.637	1.816	453	471	285.209	249.431
Consumo próprio	447	454	57	60	-	-
Receita de uso da rede	1.675	1.390	5.041	4.771	1.031.727	880.134
FORNECIMENTO FATURADO	4.513.875	4.337.494	13.234	13.246	7.809.196	6.765.475
ICMS	-	-	-	-	2.866.361	2.507.800
Fornecimento não faturado (líquido de ICMS)	-	-	-	-	(35.032)	(110.469)
TOTAL FORNECIMENTO	4.513.875	4.337.494	13.234	13.246	10.640.525	9.162.806
Comercialização de energia/outras	-	-	1.814	1.846	578.829	621.228
ICMS	-	-	-	-	5.468	4.320
Energia de curto prazo	-	-	794	832	16.311	105.190
TOTAL SUPRIMENTO	-	-	2.608	2.678	600.608	730.738
TOTAL	4.513.875	4.337.494	15.842	15.924	11.241.133	9.893.544

(a) Não revisado pelos auditores independentes;

(b) Número de contas faturadas em junho, com e sem consumo;

(c) Informações relativas a controlada Light SESA.

31. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos – Consolidado	2º Trimestre				Acumulado 6 meses			
	Custos com energia		Custos de operação		Custos com energia		Custos de operação	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Pessoal e administradores	-	-	(62.100)	(50.009)	-	-	(134.295)	(132.397)
Materiais	-	-	(5.200)	(6.878)	-	-	(10.765)	(21.903)
Serviços de terceiros	-	-	(54.873)	(70.986)	-	-	(108.681)	(145.049)
Energia elétrica comprada para revenda (Nota 31.1)	(2.128.547)	(2.259.170)	-	-	(4.460.428)	(4.902.052)	-	-
Depreciação e amortização	-	-	(170.014)	(146.545)	-	-	(340.848)	(290.526)
Custo de construção	-	-	(321.448)	(208.963)	-	-	(612.006)	(393.763)
Multas financeiras de clientes e fornecedores	-	-	33.729	30.367	-	-	65.012	60.314
Outros custos operacionais	-	-	(1.423)	1.855	-	-	(6.415)	(3.781)
TOTAL	(2.128.547)	(2.259.170)	(581.329)	(451.159)	(4.460.428)	(4.902.052)	(1.147.998)	(927.105)

Despesas – Consolidado	Despesas gerais e administrativas			
	2º Trimestre		Acumulado 6 meses	
	2022	2021	2022	2021
Pessoal e administradores	(29.616)	(37.891)	(63.016)	(73.682)
Materiais	(12)	57	(130)	4.169
Serviços de terceiros	(41.851)	(45.575)	(86.143)	(95.625)
Depreciação e amortização	(11.267)	(4.506)	(21.242)	(8.860)
Provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	(67.290)	(121.921)	(184.181)	(272.372)
Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, depósitos judiciais e PDV	(112.567)	(52.183)	(189.882)	(105.461)
Outras despesas operacionais	(6.832)	(10.752)	(24.326)	(25.520)
TOTAL	(269.435)	(272.771)	(568.920)	(577.351)

31.1 Energia elétrica comprada para revenda

Energia elétrica comprada para revenda - Consolidado	2º Trimestre				Acumulado 6 meses			
	GWh ^(a)		R\$		GWh ^(a)		R\$	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Energia comprada para revenda								
Mercado de curto prazo CCEE	(1.063)	(1.143)	(126.319)	(182.890)	(481)	(394)	(545.024)	(776.700)
Itaipu – Binacional	1.096	1.127	(340.423)	(390.105)	2.177	2.245	(619.573)	(786.285)
UTE Norte Fluminense	1.583	1.583	(983.616)	(836.140)	3.149	3.149	(1.953.134)	(1.660.195)
Leilão de energia	2.473	3.589	(597.938)	(737.486)	5.120	5.462	(1.225.702)	(1.471.829)
Cotas de garantia física	1.313	1.453	(169.791)	(154.985)	2.893	3.096	(338.394)	(327.183)
Cota de nucleares	206	215	(70.470)	(49.680)	409	428	(140.939)	(99.358)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição								
Encargos uso da rede básica e ONS	-	-	(268.063)	(321.768)	-	-	(524.369)	(645.834)
Encargos de conexão - Transmissão	-	-	(24.731)	(25.332)	-	-	(50.117)	(44.439)
Encargos uso da rede distribuição - CUSD	-	-	(1.716)	(978)	-	-	(3.402)	(2.987)
Transporte de energia – Itaipu	-	-	(28.737)	(37.727)	-	-	(55.814)	(73.457)
PROINFA	90	101	(51.637)	(34.646)	175	187	(110.273)	(69.978)
Crédito de PIS/COFINS sobre compra	-	-	226.004	226.005	-	-	475.394	491.856
ICMS sobre compra	-	-	308.890	286.562	-	-	630.919	564.337
TOTAL	5.698	6.925	(2.128.547)	(2.259.170)	13.442	14.173	(4.460.428)	(4.902.052)

^(a) Não revisado pelos auditores independentes

32. RESULTADO FINANCEIRO

Resultado financeiro - Consolidado	2º Trimestre		Acumulado 6 meses	
	2022	2021	2022	2021
RECEITA				
Acréscimo moratório sobre venda de energia	15.306	4.105	24.849	14.707
Rendimento sobre equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	108.392	21.472	174.802	39.222
Operações de swap	72.677	-	-	-
Variação cambial e monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	336.846	-	-
Variação cambial sobre faturas de energia	-	31.579	-	10.701
Atualização de depósitos judiciais	3.481	1.077	5.296	1.780
Atualização de ativos e passivos financeiros do setor (Nota 11)	3.545	16.722	30.116	7.212
Atualização dos créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo (Nota 8)	1.761	3.315	6.045	5.925
Outras receitas financeiras	16.951	4.145	29.587	8.654
TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS	222.113	419.261	270.695	88.201
DESPESAS				
Atualização monetária das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	(72.890)	(6.087)	(85.814)	(11.810)
Despesas com passivos tributários	(3.844)	(5.107)	(5.989)	(5.348)
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(241.174)	(132.399)	(430.554)	(267.923)
Operações de swap	-	(476.012)	(753.469)	(235.087)
Variação cambial e monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures	(456.183)	-	(21.670)	(15.466)
Atualização monetária sobre o GSF	-	-	-	(89.389)
Ajuste a valor presente	(23.666)	-	(23.428)	-
PIS e COFINS sobre receita financeira	(7.084)	(3.131)	(13.930)	(3.938)
Outras despesas financeiras	(25.033)	(16.199)	(46.552)	(23.668)
TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS	(829.874)	(638.935)	(1.381.406)	(652.629)
RESULTADO FINANCEIRO	(607.761)	(219.674)	(1.110.711)	(564.428)

33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

33.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

A Companhia mensura ao valor justo utilizando vários métodos que incluem abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Controladora	Níveis	30.06.2022		31.12.2021	
		Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
ATIVOS FINANCEIROS (CIRCULANTE/NÃO CIRCULANTE)					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos (Nota 5)	2	223	223	9	9
Serviços prestados a receber	2	-	-	1.474	1.474
Depósitos vinculados a litígios	2	907	907	878	878
Outros créditos	2	7.945	7.945	15.941	15.941
MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO					
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	2	166.667	166.667	62.647	62.647
TOTAL		175.742	175.742	80.949	80.949
PASSIVO FINANCEIROS (CIRCULANTE)					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Fornecedores	2	267	267	358	358
Outros débitos	2	9.050	9.050	1.900	1.900
TOTAL		9.317	9.317	2.258	2.258

Consolidado	Níveis	30.06.2022		31.12.2021	
		Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
ATIVOS FINANCEIROS (CIRCULANTE/NÃO CIRCULANTE)					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos (Nota 5)	2	14.020	14.020	53.528	53.528
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes (Nota 7)	2	3.658.511	3.658.511	3.645.368	3.645.368
Serviços prestados a receber	2	35.734	35.734	17.316	17.316
Depósitos vinculados a litígios	2	225.147	225.147	221.572	221.572
Ativos financeiros do setor (Nota 11)	3	374.315	374.315	1.480.272	1.480.272
Outros créditos (Nota 10)	2	419.796	419.796	614.062	614.062
MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO					
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações Financeiras de liquidez imediata (Nota 5)	2	2.542	2.542	343.249	343.249
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	2	3.960.162	3.960.162	3.208.196	3.208.196
Ativo financeiro da concessão (Nota 12)	3	6.927.105	6.927.105	6.821.988	6.821.988
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	2	17.411	17.411	190.409	190.409
TOTAL		15.634.743	15.634.743	16.595.960	16.595.960
PASSIVO FINANCEIROS (CIRCULANTE/ NÃO CIRCULANTE)					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Fornecedores (Nota 17)	2	1.350.759	1.350.759	2.154.037	2.154.037
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	2	4.051.018	4.216.577	4.409.020	4.288.734
Debêntures (Nota 20)	2	8.080.394	7.495.713	6.735.306	6.435.889
Passivos financeiros do setor (Nota 11)	3	468.500	468.500	276.353	276.353
Obrigações por arrendamento mercantil (Nota 24)	2	280.503	280.503	63.271	63.271
Encargos regulatórios (Nota 25)	2	297.118	297.118	313.778	313.778
Outros débitos (Nota 26)	2	511.899	511.899	612.041	612.041
MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO					
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	2	399.302	399.302	3.975	3.975
TOTAL		15.439.493	15.020.371	14.567.781	14.148.078

33.2 Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados

33.2.1 Risco de mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais e taxas de juros. Segue abaixo o quadro com a abertura do principal da dívida por moeda e indexador (não inclui custos de captação e de emissão):

Moeda e indexador - Consolidado	30.06.2022		31.12.2021	
	R\$	%	R\$	%
USD	3.367.407	28,0	3.587.594	32,2
TOTAL - MOEDA ESTRANGEIRA	3.367.407	28,0	3.587.594	32,2
CDI	3.975.729	33,0	2.954.652	25,7
IPCA	4.694.146	39,0	4.617.877	42,0
Outros	185	0,0	9.919	0,1
TOTAL - MOEDA NACIONAL	8.670.060	72,0	7.582.448	67,8
TOTAL	12.037.467	100,0	11.170.042	100,0

Para o montante da dívida em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos de derivativos financeiros, na modalidade de *swap*, de acordo com a política para utilização de instrumentos derivativos aprovada pelo Conselho de Administração. Dessa forma, considerando os swaps, a exposição cambial da Companhia relacionada à dívida, em 30 de junho de 2022, é de 0,1% do total da dívida em moeda estrangeira (0,2% em 31 de dezembro de 2021).

33.2.2 Risco de taxa de câmbio

Para a parte dos empréstimos e financiamentos denominada em moeda estrangeira, a Companhia se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “*swap*”) para proteção do serviço associado a tais dívidas (principal mais juros e comissões) a vencer em até 24 meses. As captações realizadas através da Resolução BACEN 4.131 no contrato celebrado com o Citibank e a emissão dos *Bonds* no Mercado Internacional, já foram contratadas com *swap* para todo o prazo da dívida, devidamente pré-aprovadas pelo Conselho de Administração.

Segue abaixo o quadro com a composição das operações de derivativos existentes em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Instituição	Controlada	Moeda	Companhia recebe	Companhia paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocial (R\$) 30.06.2022	Valor Nocial (US\$) 30.06.2022	Swap (accrua) (R\$) 30.06.2022	Swap valor justo (contábil) (R\$) 30.06.2022	Valor Justo x Accrua 30.06.2022
Citibank	Light SESA	US\$	US\$+Libor3M+1,18%	CDI+1,85%	31.12.2021	31.03.2025	209.520	40.000	7.120	11.227	(4.107)
Bradesco (Bond 2021)	Light SESA	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	143,24% CDI	18.06.2021	18.06.2026	1.361.880	260.000	(46.389)	156.098	(202.487)
Santander (Bond 2021)	Light SESA	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	143,24% CDI	18.06.2021	18.06.2026	261.900	50.000	(8.921)	30.019	(38.940)
M. Stanley (Bond 2021)	Light SESA	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	144,40% CDI	18.06.2021	18.06.2026	261.900	50.000	(8.908)	31.185	(40.093)
XP (Bond 2021)	Light SESA	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	143,65% CDI	18.06.2021	18.06.2026	209.520	40.000	(7.133)	24.345	(31.478)
Itaú (Bond 2021)	Light Energia	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	146,10% do CDI	18.06.2021	18.06.2026	523.800	100.000	(17.778)	65.793	(83.571)
Citi (Bond 2021)	Light Energia	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	144,10% do CDI	18.06.2021	18.06.2026	261.900	50.000	(8.911)	30.884	(39.795)
Santander (Bond 2021)	Light Energia	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	145,49% do CDI	18.06.2021	18.06.2026	261.900	50.000	(8.896)	32.282	(41.178)
TOTAL							3.352.320	640.000	(99.816)	381.833	(481.649)

Instituição	Controlada	Moeda	Companhia recebe	Companhia paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocial (R\$) 31.12.2021	Valor Nocial (US\$) 31.12.2021	Swap (accrua) (R\$) 31.12.2021	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2021	Valor Justo x Accrua 31.12.2021
Citibank	Light SESA	US\$	US\$+Libor3M+1,18%	CDI+1,85%	31.12.2021	31.03.2025	223.220	40.000	(6.498)	(2.845)	3.653
Bradesco (Bond 2021)	Light SESA	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	143,24% CDI	18.06.2021	18.06.2026	1.450.930	260.000	(137.337)	(84.877)	52.460
Santander (Bond 2021)	Light SESA	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	143,24% CDI	18.06.2021	18.06.2026	279.025	50.000	(26.411)	(16.322)	10.089
M. Stanley (Bond 2021)	Light SESA	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	144,40% CDI	18.06.2021	18.06.2026	279.025	50.000	(26.401)	(15.212)	11.189
XP (Bond 2021)	Light SESA	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	143,65% CDI	18.06.2021	18.06.2026	223.220	40.000	(21.126)	(12.744)	8.382
Itaú (Bond 2021)	Light Energia	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	146,10% do CDI	18.06.2021	18.06.2026	558.050	100.000	(52.772)	(27.166)	25.606
Citi (Bond 2021)	Light Energia	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	144,10% do CDI	18.06.2021	18.06.2026	279.025	50.000	(26.403)	(17.075)	9.328
Santander (Bond 2021)	Light Energia	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	145,49% do CDI	18.06.2021	18.06.2026	279.025	50.000	(26.391)	(14.168)	12.223
TOTAL							3.571.520	640.000	(323.339)	(190.409)	132.930

O valor contabilizado encontra-se mensurado pelo seu valor justo em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021. Todas as operações com instrumentos financeiros derivativos encontram-se registradas em câmaras de liquidação e custódia e não existe nenhuma margem depositada em garantia. As operações não possuem custo inicial.

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor a mercado se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de *swap* na curva é calculado pelo valor do principal mais juros e câmbio atualizados até 30 de junho de 2022, o saldo do *swap* a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo cupom cambial.

Em atendimento às práticas contábeis brasileiras e ao IFRS, o valor dos instrumentos de derivativos é registrado a valor justo, que se aproxima aos valores de mercado.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de câmbio, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro da Companhia. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de câmbio em 30 de junho de 2023. Vale lembrar que, por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida em 30 de junho de 2022. É importante salientar que o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia, bem como o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos.

Análise de sensibilidade da taxa de câmbio, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 e BNDES em 30 de junho de 2022.

Operação	Controlada	Risco	Dívida - US\$ Mil	R\$		
				Cenário provável (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
PASSIVOS FINANCEIROS				(301.053)	(1.220.126)	(2.139.200)
TN - <i>Par Bond</i>	Light SESA	US\$	39.422	(18.418)	(74.646)	(130.874)
TN - <i>Caução - Par Bond</i>	Light SESA	US\$	(37.256)	17.406	70.544	123.681
TN - <i>Discount Bond</i>	Light SESA	US\$	27.226	(12.720)	(51.552)	(90.383)
TN - <i>Caução - Discount Bond</i>	Light SESA	US\$	(25.940)	12.119	49.118	86.116
4131 Citibank 2021	Light SESA	US\$	40.000	(18.688)	(75.740)	(132.792)
<i>Bonds (2021)</i>	Light SESA	US\$	400.632	(187.176)	(758.597)	(1.330.019)
<i>Bonds (2021)</i>	Light Energia	US\$	200.292	(93.576)	(379.253)	(664.929)
DERIVATIVOS				299.440	1.213.590	2.127.740
<i>Swaps</i> de moeda (ponta ativa)	Light SESA	US\$	(440.632)	205.864	834.337	1.462.811
<i>Swaps</i> de moeda (ponta ativa)	Light Energia	US\$	(600.924)	93.576	379.253	664.929
TOTAL				(1.613)	(6.536)	(11.460)
Referência para Ativos e Passivos Financeiros					25%	50%
Cotação R\$/US\$ (em 30.06.2022)				5,71	7,13	8,56

33.2.3 Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A política para utilização de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco. No entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de forma a avaliar a eventual necessidade de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas, sendo que, para estes casos, é solicitada aprovação prévia ao Conselho de Administração.

Segue quadro abaixo com a posição das operações de swap de juros vigentes em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Instituição	Controlada	Companhia recebe	Companhia paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Ncional (R\$) 30.06.2022	Swap (accrual) (R\$) 30.06.2022	Swap valor justo (contábil) (R\$) 30.06.2022	Valor Justo x Accrual 30.06.2022
Itaú	Light Energia	IPCA + 4,85% a.a.	CDI + 1,20%	11.08.2021	17.07.2028	331.426	(21.807)	35	21.842
Bradesco	Light Energia	IPCA + 4,85% a.a.	CDI + 1,20%	11.08.2021	17.07.2028	220.951	(14.538)	23	14.561
TOTAL						552.377	(36.345)	58	36.403

Instituição	Controlada	Companhia recebe	Companhia paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Ncional (R\$) 31.12.2021	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2021	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2021	Valor Justo x Accrual 31.12.2021
Itaú	Light Energia	IPCA + 4,85% a.a.	CDI + 1,20%	11.08.2021	17.07.2028	314.719	(11.371)	2.385	13.756
Bradesco	Light Energia	IPCA + 4,85% a.a.	CDI + 1,20%	11.08.2021	17.07.2028	209.813	(7.581)	1.590	9.171
TOTAL						524.532	(18.952)	3.975	22.927

O swap de juros contratado com os bancos Itaú e Bradesco na controlada Light Energia está associado ao vencimento da 7ª Emissão de debentures.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado antes dos impostos. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 30 de junho de 2023. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 30 de junho de 2022. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 e BNDES em 30 de junho de 2022.

Operação	Controlada	R\$		
		Cenário provável (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
ATIVOS FINANCEIROS		19.534	(86.938)	(193.409)
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários ^(a)		19.534	(86.938)	(193.409)
PASSIVOS FINANCEIROS POR RISCOS		36.439	(199.273)	(434.985)
Libor6M	Light SESA	(846)	(2.104)	(3.361)
Libor3M	Light SESA	(2.405)	(4.203)	(6.001)
CDI	Light SESA	(216.543)	(361.678)	(506.813)
IPCA	Light SESA	227.412	150.737	74.061
CDI	Light Energia	(1.120)	(1.871)	(2.622)
IPCA	Light Energia	29.941	19.846	9.751
DERIVATIVOS		(263.998)	(440.939)	(617.879)
Swaps de moedas (ponta passiva) ^(a)		(236.539)	(395.076)	(553.612)
Swaps de taxa (ponta passiva)	Light Energia	(27.459)	(45.863)	(64.267)
TOTAL		(208.025)	(727.150)	(1.246.273)
Referência para Ativos Financeiros			-25%	-50%
CDI (em 30.06.2023)		13,78%	10,33%	6,89%
Referência para Passivos financeiros			25%	50%
CDI (% em 30.06.2023)		13,78%	17,22%	20,67%
IPCA (% em 30.06.2023)		6,83%	8,53%	10,24%
Libor3M (% em 30.06.2023)		3,39%	4,24%	5,09%
Libor6M (% em 30.06.2023)		3,50%	4,37%	5,25%

^(a) Inclui as controladas do grupo Light

33.2.4 Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência dos seus consumidores ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia utiliza de todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial. O risco de crédito das contas a receber encontra-se pulverizado considerando a base de clientes da Companhia. Uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada data de reporte usando uma matriz de provisão para avaliar as perdas de crédito esperadas. A exposição máxima ao risco de crédito em 30 de junho de 2022 é o valor contábil de cada classe de ativos financeiros divulgada na Nota 7. O Grupo não possui ou mantém ativos que tenham sido dados em garantia por terceiros.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia possui uma política de não manter a carteira concentrada em uma determinada instituição financeira. Desta forma, a política tem como princípio controlar a concentração da carteira através de limites impostos aos Grupos e acompanhar as instituições financeiras através do seu patrimônio líquido e de seus *ratings*.

Por meio de sua política a Companhia poderá aplicar os recursos em produtos de renda fixa, pós-fixados indexados ao CDI e Títulos públicos pós-fixados.

33.2.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os recursos captados são apresentadas nas Notas 19 e 20.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial, do mercado financeiro e de empresas ligadas, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros e de seus limites de indicadores financeiros e cláusulas restritivas (*covenants*).

As notas de crédito (*rating*) atribuídas à Companhia pelas agências de classificação de risco são como seguem:

Ratings	Nacional	Internacional	Data de publicação
Fitch	AA-	BB-	21.01.2022
S&P	AA+	-	27.07.2021
Moody's	AA-.br	Ba3	23.02.2022

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa no curto prazo, que são recuperáveis dentro do arcabouço regulatório vigente, e pode impactar em aumentos tarifários futuros. Com a cobrança das bandeiras tarifárias, a Companhia diminui, em parte, uma maior exposição da variação do custo de compra de energia, reduzindo assim, o risco de liquidez.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, as quais incluem juros futuros, quando aplicáveis, até a data dos vencimentos contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo:

Instrumentos a taxas de juros:	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós Fixadas					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(163.460)	(2.677.971)	(9.901.911)	(1.259.900)	(14.003.242)
Pré-Fixadas					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(36)	(803)	(346.851)	-	(347.690)
Fornecedores	(1.350.759)	-	-	-	(1.350.759)
Swap	8.845	26.535	346.512	-	381.892
TOTAL	(1.505.410)	(2.652.239)	(9.902.250)	(1.259.900)	(15.319.799)

33.2.6 Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia

A venda ou compra de energia no mercado de curto prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da controlada Light SESA é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o preço de liquidação de diferenças (PLD) é 105% da energia requerida regulatória da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também, podem ser repassadas integralmente aos consumidores.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

33.2.7 Riscos de continuidade da concessão

A Companhia e suas controladas conduzem suas atividades de geração e distribuição de energia elétrica de acordo com contratos de concessão e a legislação do setor elétrico, incluindo todas as resoluções emitidas pela ANEEL.

O quinto aditivo ao contrato de concessão da controlada Light SESA, celebrado em março de 2017 possui cláusulas que condicionam a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da controlada Light SESA, de novos critérios de eficiência com relação à qualidade da prestação do serviço e à sustentabilidade econômico-financeira da referida companhia.

Os critérios de eficiência com relação (i) à qualidade do serviço prestado são mensurados por indicadores que consideram a frequência e a duração média das interrupções do serviço de distribuição de energia, e os limites globais anuais definidos no referido aditivo; e (ii) à gestão econômica e financeira são mensurados por indicadores que consideram o nível de endividamento da companhia e limites os quais estão definidos no referido termo aditivo.

O inadimplemento do critério de qualidade da prestação do serviço será verificado nos casos em que houver o não atendimento dos indicadores por:

- (a) dois anos consecutivos no período entre 2018 e 2021 para o indicador de qualidade do serviço prestado;
- (b) dois anos consecutivos no período entre 2018 e 2019 para o indicador de gestão econômico-financeira;
- (c) especificamente no ano de 2022 para o indicador de qualidade do serviço prestado;
- (d) especificamente no ano de 2020 para o indicador de gestão econômico-financeira;
- (e) por dois anos consecutivos a partir de 2021 para o indicador de gestão econômico-financeira; ou
- (f) por três anos consecutivos a partir de 2023 para o indicador de qualidade do serviço prestado.

O descumprimento em função dos itens (a), (b), (c) e (d) acima, implica na instauração de processo administrativo para extinção da concessão, enquanto o descumprimento em função dos itens (e) e (f), acarreta a abertura de processo de caducidade, no qual se procederá com a apuração da inadimplência da concessionária.

Para o exercício findos em 2018, 2019 e 2020, a controlada Light SESA atendeu aos indicadores de qualidade do serviço prestado e de sustentabilidade econômico-financeira.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o atendimento dos indicadores de qualidade do serviço prestado e de sustentabilidade econômico-financeira da controlada Light SESA está em análise pela ANEEL.

33.3 Gestão do capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A dívida líquida consolidada do Grupo em relação ao seu patrimônio líquido é apresentada a seguir:

Consolidado	30.06.2022	31.12.2021
Dívida de financiamentos, empréstimos e debêntures	12.131.412	11.144.326
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	381.891	(186.434)
Dívida bruta	12.513.303	10.957.892
(-) Caixa e equivalentes de caixa e TVM	3.976.724	3.604.973
Dívida líquida (A)	8.536.579	7.352.919
Patrimônio líquido (B)	8.548.000	8.733.101
Percentual de capital de terceiros - % (A÷(B+A))	50%	46%

34. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante o primeiro semestre de 2022 e de 2021, a Companhia e suas controladas realizaram atividades de investimento e financiamento que não envolveram caixa, conforme demonstrado abaixo:

Consolidado	1º Semestre de 2022	1º Semestre de 2021
Aquisição de ativo intangível em contrapartida a fornecedor	51.250	19.042
Adições de arrendamentos	284.186	5.343
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	14.662	13.396
Transferências para intangível (Acordo Furnas – Nota 10)	70.663	-

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Recebimento de recurso da CDE

Em 27 de julho de 2022, foi creditado na conta da controlada Light SESA o repasse dos recursos da CDE, aportados na conta pela Eletrobrás nos termos do inciso I do art. 4º, da Lei nº 14.182/2021, no montante é de R\$317.600. Conforme regulamentação da ANEEL, o montante será repassado para modicidade tarifária no processo tarifário subsequente.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Wilson Martins Poit
Ana Amelia Campos Toni
Yuiti Matsuo Lopes
Helio Paulo Ferraz
Abel Alves Rochinha
Firmino Ferreira Sampaio Neto
Carlos Vinicius de Sá Roriz
Lavinia Rocha de Hollanda
Vanessa Claro Lopes

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS	SUPLENTES
Luiz Paulo de Amorim	Natalia Carneiro de Figueiredo
Sergio Xavier Fortes	João Ricardo Pereira da Costa
Ary Waddington	Marcelo Souza Monteiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Wilson Martins Poit - Diretor Presidente
Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho - Diretor e Diretor de Relações com Investidores
Carla Ferreira Medrado – Diretora
Déborah Meirelles Rosa Brasil - Diretora
Alessandra Genu Dutra Amaral - Diretora
Thiago Freire Guth - Diretor
Daniel Campos Negreiros – Diretor

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLADORIA

Eduardo Fonseca Coelho	Simone da Silva Cerutti de Azevedo
Superintendente de Controladoria	Contadora - Gerente de Contabilidade
CPF 978 351 536-53	CPF 094.894.347-52
	CRC-RJ 103826/O-9

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2022

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas informações financeiras trimestrais da Companhia relativas aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2022, bem como concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes, exceto em relação à ressalva incluída no referido relatório pelas razões a seguir apresentadas.

Primeiramente, os Diretores da Companhia esclarecem que a inconstitucionalidade da Lei nº 14.385/2022 não é o único fundamento que embasou a decisão de não provisionamento, objeto da ressalva, uma vez que, conforme constante da Nota Explicativa nº 1.2 a própria obrigação estabelecida na referida lei não é exigível até o momento, tendo em vista que depende de regulamentação a ser emitida pela ANEEL, o que não aconteceu até a presente data. Ademais, o valor a ser eventualmente devolvido aos consumidores, neste momento, carece não só de definição pela ANEEL, mas, também, de uma metodologia de cálculo (que considere a homologação das compensações e desconte o efeito da inadimplência).

Desta forma, é justamente a ausência da regulamentação acima referida que a contrapõe o entendimento do auditor independente, que fundamenta a ressalva, dado que este entende que a Lei é vigente e determina a restituição integral dos valores. No entanto, vale destacar que não se pode confundir vigência com auto executoriedade da Lei em questão.

Adicionalmente, importante observar que o questionamento da constitucionalidade da referida Lei não é a única medida jurídica apta a assegurar a não exigibilidade do *quantum* estabelecido na Lei. Tal entendimento da Diretoria da Companhia, devidamente amparado pela recomendação dos seus assessores legais e técnico-contábil externos, resta evidenciado pelas duas ações judiciais ajuizadas pela Companhia, com objetivo final que – embora por razões distintas – é o de impedir a realização da Revisão Tarifária Extraordinária (RTE), sendo tal alcançado, por meio de decisão favorável, atualmente vigente.

Pelas razões acima expostas, bem como pelas informações apresentadas pela Companhia na Nota Explicativa nº 1.2, este é o fundamento para a discordância da Diretoria com relação à ressalva apresentada pelos Auditores Independentes no Relatório referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2022.

Wilson Martins Poit
Diretor Presidente

Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho
Diretor e Diretor de Relações com Investidores

Carla Ferreira Medrado
Diretora

Déborah Meirelles Rosa Brasil
Diretora

Alessandra Genu Dutra Amaral
Diretora

Daniel Campos Negreiros
Diretor

Thiago Freire Guth
Diretor



**RELEASE DE
RESULTADOS**

2T22

Webcast de Resultados

12 de agosto de 2022 | 14h00 (BRT)

Zoom ID: [871 8786 2924](#)

DESTAQUES OPERACIONAIS 2T22



Redução de perdas pelo **5º trimestre consecutivo**. Perdas totais (12 meses) menor em **17 GWh**. As **Perdas Totais/Carga Fio (12 meses)** encerraram o trimestre em **26,41%**, **decréscimo de 0,18 p.p.** em relação ao 1T22.



Aumento da blindagem de rede: No 2T22 regularizamos aproximadamente **21 mil instalações**, 60,4% superior ao realizado no 1T22 (13 mil instalações).



Potencialização na **substituição de medidores** obsoletos. No 2T22 trocamos mais de **26 mil unidades** e no ano já atingimos mais de **95 mil medidores** substituídos.



Avanço nas ações do **Programa Comunidades**, que já normalizou mais de **nove mil clientes** no 2T22 e de **14 mil clientes** no acumulado do ano.



Aumento das normalizações do **programa de inspeções**, totalizando **76 mil no 2T22** contra 64 mil no 2T21, variação de 19,2%. **No acumulado do ano** já foram realizadas mais de **163 mil inspeções**.



Qualidade operacional em destaque, sendo a **melhor distribuidora do país em FECi** e a **3ª melhor no DECI**, entre as distribuidoras com mais de 1 milhão de clientes.

DESTAQUES FINANCEIROS

2T22



Crescimento de **57,7%** do **EBITDA Ajustado recorrente consolidado**, encerrando o 2T22 em **R\$608,4 milhões** (vs. R\$385,9 milhões no 2T21). Destaque para a maior receita de fornecimento de energia e para a redução dos custos gerenciáveis da Distribuidora.



Melhoria de 11,4% **nas despesas com PMSO**, que foram de **R\$168,2 milhões no 2T22** vs. R\$189,8 milhões no 2T21.



Redução da **PECLD/ROB** (12 meses) para **2,6%** no período, **0,3 p.p. menor** em relação ao 1T22.



Crescimento do EBITDA Ajustado recorrente da Distribuidora no 2T22, atingindo R\$427,5 milhões, aumento de 98,6% em relação ao 2T21 (R\$215,2 milhões).



Fluxo de Caixa Operacional Ajustado positivo em R\$371,1 milhões no consolidado, sendo R\$213,3 milhões da Distribuidora e R\$139,9 milhões da Geradora.



Redução do **covenant** Dívida Líquida/EBITDA, que encerrou o **2T22** em **3,23x**, inferior ao registrado no 1T22 (3,44x).



Nesse trimestre, **mantivemos o entendimento e a contabilização feita no 3T19 com relação ao reconhecimento dos créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS**, apesar da promulgação da Lei 14.385/22 em junho/22.

Mensagem do Presidente

A Light atingiu avanços relevantes no segundo trimestre de 2022, e segue em seu processo de melhoria operacional para se manter sustentável e prestar um serviço de alta qualidade para os clientes. A Companhia chega à metade do ano cada vez mais preparada para encarar os novos desafios e oportunidades do setor elétrico, com foco no combate às perdas, na redução de custos, na melhora dos indicadores financeiros e na transformação digital.

Para tanto, seguimos comprometidos com a geração de resultados. E, nesse trimestre, registramos um crescimento significativo do EBITDA Ajustado Consolidado, em base recorrente, que totalizou R\$608,4 milhões, 57,7% maior do que aquele reportado no segundo trimestre de 2021 (que foi de R\$385,9 milhões).

A maior contribuição para esse bom resultado veio do EBITDA da Distribuidora, que se beneficiou da maior receita de fornecimento de energia, decorrente do processo de Revisão Tarifária Periódica, ocorrido em março. Nossa obstinação no controle e redução de custos colaborou para a melhora do EBITDA, uma vez que os custos gerenciáveis (representados por Pessoal, Material e Serviços) reduziram 14,9% em comparação ao 2T21, mesmo com um cenário de pressão inflacionária.

As perdas caíram pelo quinto trimestre consecutivo e o índice de Perdas Totais/Carga Fio (12 meses) ficou em 26,41%, uma redução de 0,18

p.p. em relação ao 1T22. Entendemos que ainda há um importante trabalho a ser realizado, e seguiremos com a estratégia pautada em investimentos e em um modelo de gestão que assegura a boa execução das alavancas do Plano de Combate às Perdas.

Dentre as atividades do plano comercial, estamos avançando em todas as frentes. Aumentamos o número de clientes do varejo conectados à rede blindada e que já estão estabilizados, atingindo 20 mil no 2T22. Além disso, dentro da ótica de disciplina de mercado, realizamos 76 mil inspeções no trimestre, atingindo 163 mil no ano. Substituímos mais de 26 mil medidores antigos por modelos mais modernos entre abril e junho, totalizando 95 mil em 2022. O projeto “Light nas Comunidades” segue avançando e normalizou mais de 9 mil clientes neste trimestre; no ano esse número é superior a 14 mil clientes.

Durante o trimestre, mantivemos a estratégia de intensificar a disciplina na cobrança com o foco em ações administrativas e tecnológicas, o que colaborou para a manutenção do índice de arrecadação em patamares elevados, atingindo 96,8% em junho.

O indicador PECLD/ROB também segue apresentando melhora, tanto pela redução da PECLD, quanto pelo aumento da receita, encerrando o trimestre em 2,6% no período. A PECLD na comparação anual reduziu 11,6% e atingiu de R\$107,8 milhões, já ajustado por provisão não-recorrente, abaixo da provisão registrada no 2T21, no valor de R\$121,9 milhões.

A posição de caixa da companhia foi reforçada com a conclusão, em abril, de uma nova emissão de debêntures pela Distribuidora, no valor de R\$1,3 bilhão, colocada totalmente a mercado. Considerando as demais captações, temos os recursos necessários para fazer frente às amortizações futuras da nossa dívida, assim como dar sequência ao nosso plano de investimentos.

E, do ponto de vista da alavancagem, em junho, o covenant Dívida Líquida/EBITDA foi de 3,23x, inferior ao registrado em março, de 3,44x, e abaixo do limite estabelecido pelos contratos de dívida.

Fortalecendo adicionalmente o caixa e melhorando a alavancagem, em julho, a Light recebeu R\$318 milhões de aporte da CDE, em virtude da privatização da Eletrobras.

Aumentamos os investimentos em 39,1% em relação 1T21, totalizando R\$413,1 milhões. No ano, foram investidos R\$743 milhões, levando em conta os recursos destinados à geração e à distribuição. A Distribuidora recebeu a maior parte dos aportes, que foram destinados, principalmente, à infraestrutura, à modernização das redes e ao Plano de Combate às Perdas.

Com relação à qualidade operacional, a Light segue melhorando a sua performance e figura como a melhor distribuidora do país em termos de FECi e a 3ª melhor no DECI, de acordo com base em dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), considerando as distribuidoras com mais de um milhão de clientes.

Nesse trimestre, apesar da promulgação da Lei 14.385/22 em 27 de junho, mantivemos a contabilização feita no 3T19 e o entendimento com relação ao reconhecimento dos créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Dessa forma, com base em avaliação dos nossos assessores legais e técnico-contábil, a Companhia entende que a obrigação estabelecida pela referida Lei não é exigível e já tomou as medidas jurídicas cabíveis nesse momento, na quais entendemos ter uma chance provável de êxito.

Em julho, anunciamos um novo CEO para a Light, o executivo Octavio Pereira Lopes, que possui uma consolidada e exitosa trajetória em processos de turnaround em diversas empresas, inclusive no setor elétrico. Em 15 de agosto, Octavio assumirá o cargo e terá o objetivo de acelerar os planos de melhoria operacional e geração de resultados da empresa.

Wilson Poit
CEO Interino

Consolidado

Light S.A.

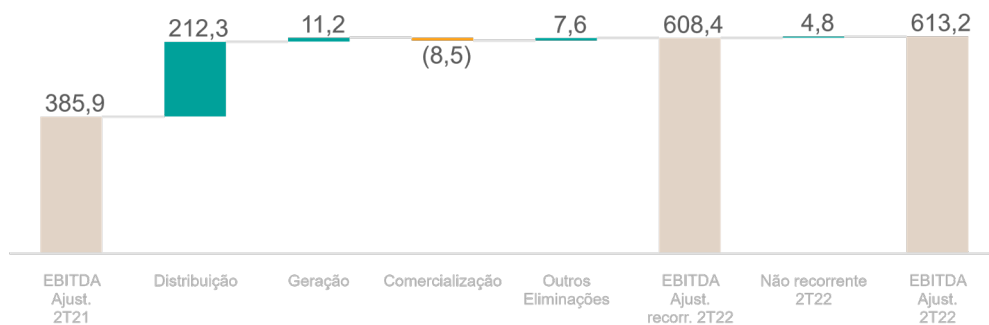
Desempenho Financeiro

O **EBITDA Ajustado¹ consolidado** encerrou o 2T22 em **R\$613,2 milhões**, 58,9% acima do 2T21 (R\$385,9 milhões). No acumulado do ano o aumento foi de 41,3%, representando **R\$1.138,7 milhões no 1S22** vs. R\$805,7 milhões no 1S21.

O **EBITDA Ajustado Recorrente** no 2T22, que exclui efeitos reconhecidos no período e detalhados na seção da Distribuidora, totalizou **R\$608,4 milhões** e no **1S22 foi de R\$1.133,8 milhões**.

| EBITDA Ajustado - contribuição por segmento |

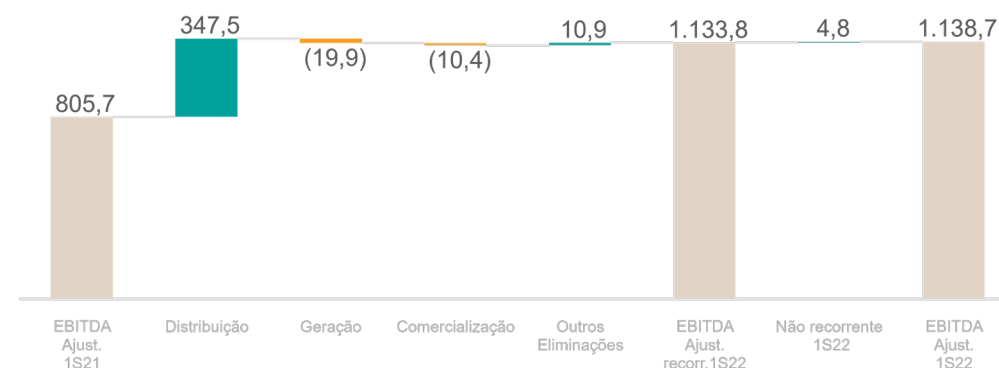
2T22 / 2T21 - R\$MM



¹ O EBITDA Ajustado é calculado a partir do lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, equivalência patrimonial, outras receitas/despesas operacionais, resultado financeiro, depreciação e amortização.

| EBITDA Ajustado - contribuição por segmento |

1S22 / 1S21 - R\$MM



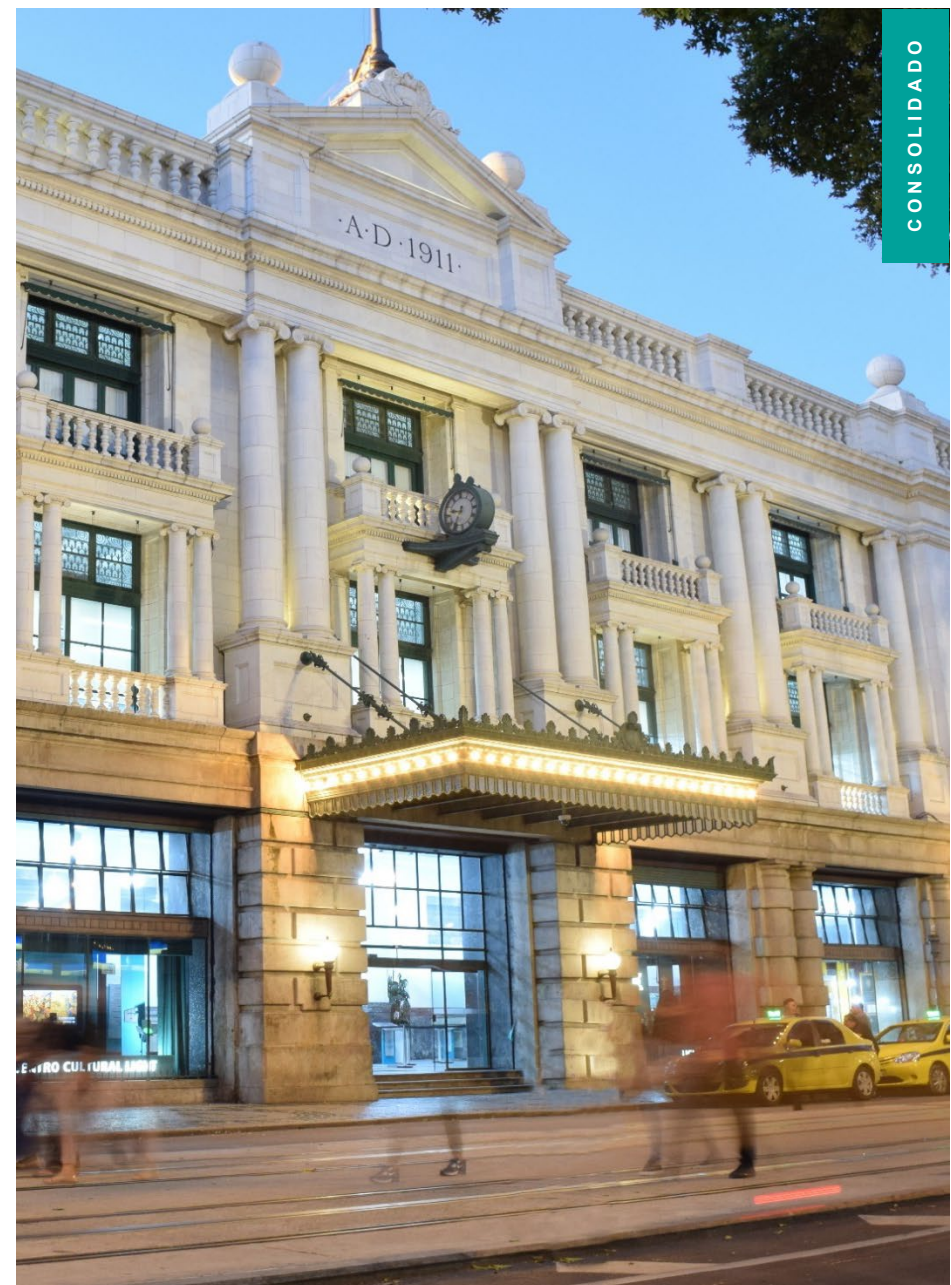
No 2T22, o **EBITDA Ajustado da Distribuidora**, foi de **R\$432,4 milhões**, um crescimento de 100,9% em relação ao 2T21 (R\$215,2 milhões) e de 85,3% no acumulado semestral (**R\$765,1 milhões** vs. R\$412,8 milhões). **Excluindo o efeito do VNR**, o EBITDA Ajustado teria sido de **R\$371,9 milhões** no período, *versus* R\$98,8 milhões no 2T21 (aumento de 276,4%).

Essa melhora foi devida, principalmente, ao processo de **Revisão Tarifária Periódica ocorrido em março/22 e à maior eficiência operacional** com a redução do PMS.

O **EBITDA Ajustado Recorrente** da Distribuidora foi de **R\$427,5 milhões**.

Na **Geradora**, o **EBITDA Ajustado** foi de **R\$150,0 milhões**, um incremento de 8,0% em relação ao 2T21 (R\$138,8 milhões). Essa variação é explicada pelo reajuste de preço dos **contratos de longo prazo no ACL** (indexados pelo IPC-A). Já no acumulado, o EBITDA Ajustado foi de **R\$308,8 milhões no 1S22 versus R\$328,7 milhões no 1S21**, uma redução de 6%.

O **EBITDA Ajustado da Comercializadora** foi de **R\$31,6 milhões** no 2T22 contra R\$40,1 milhões no 2T21, redução de 21,3%, em função do **menor volume comercializado e da queda do PLD** nesse período. Pela mesma razão, o acumulado reduziu de **R\$77,6 milhões no 1S21** para R\$67,3 milhões no 1S22 (-13,4%).



O **resultado financeiro** foi negativo em R\$607,8 milhões no 2T22 vs. - R\$217,9 milhões no 2T21. Essa variação se deve, principalmente, ao **crescimento da dívida bruta** associada ao **aumento do CDI e do IPC-A**.

O **aumento do CDI e da curva futura de juros** também contribuiu negativamente para os contratos de *swap* de câmbio e suas respectivas marcações a mercado, com impacto negativo de R\$152,4 milhões em 2T22. Importante ressaltar que o efeito da **marcação a mercado dos contratos de swaps não tem impacto no caixa da Companhia**.

Tais impactos negativos foram parcialmente compensados pelo ganho das aplicações financeiras devido ao maior volume de caixa e ao aumento do CDI no período.

Além desses efeitos, o resultado financeiro também foi impactado por **efeitos não-recorrentes** de atualização do saldo das provisões para contingências de natureza fiscal (-R\$67,9 milhões) e de despesa financeira pela reversão de PECLD referente ao contas a receber de um cliente em processo de recuperação judicial (-R\$5,5 milhões).

O resultado financeiro excluindo os efeitos não-recorrentes teria sido negativo em R\$534,4 milhões no 2T22.

A Companhia apresentou **prejuízo de R\$80,0 milhões no 2T22**, em comparação ao lucro líquido de R\$3,2 milhões observado no 2T21.

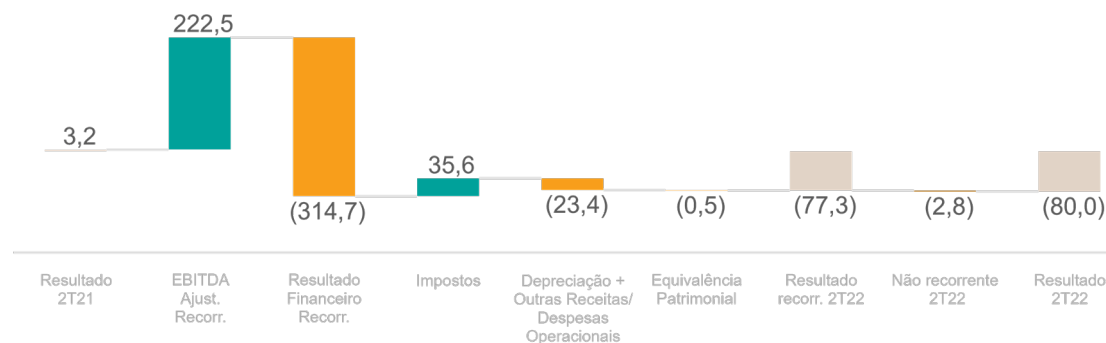
Apesar da melhora operacional da Distribuidora, o **resultado do período foi comprometido pelo aumento das despesas financeiras atreladas à inflação e à curva futura do CDI**.

No acumulado, o resultado líquido foi negativo em **R\$186,1 milhões no 1S22** e negativo em R\$38,6 milhões no 1S21.

O **resultado líquido recorrente**, que exclui os efeitos reconhecidos no período e detalhados nas seções referentes à Distribuidora, à Geradora e à Holding (que teve um ganho de R\$62,3 milhões pela venda da participação da Light S.A. na sua controlada Lightger S.A., detentora da PCH Paracambi) totalizou **R\$77,3 milhões negativos no 2T22** e no 1S22 foi negativo em R\$183,3 milhões.

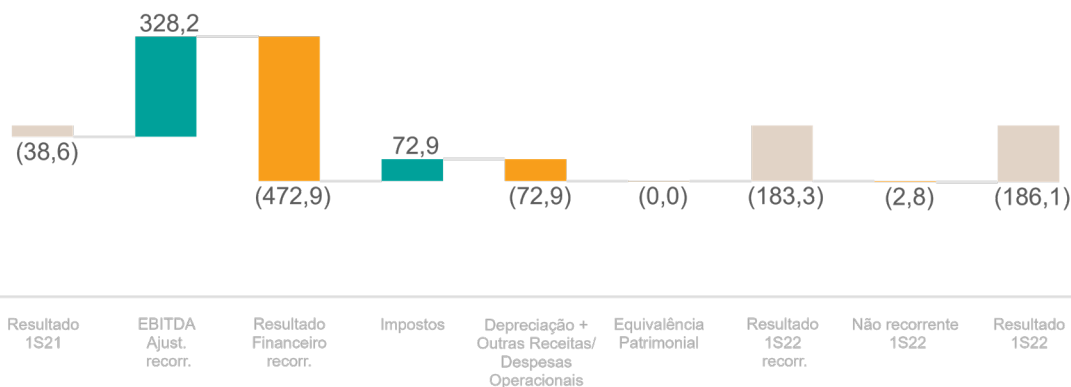
| Resultado líquido consolidado |

2T22 / 2T21 - R\$MM



| Resultado líquido consolidado |

1S22 / 1S21 - R\$MM



Conforme detalhado nas Notas Explicativas nº 1.2, 8 e 8.1.1 do ITR do 2T22, apesar da promulgação da Lei 14.385/22 em 27 de junho de 2022, **mantivemos o entendimento nesse trimestre com relação à contabilização feita no 3T19 dos créditos tributários decorrentes do reconhecimento do trânsito em julgado de ação que questionou a incidência de ICMS sobre a base de cálculo do PIS/COFINS na Distribuidora.**

Esse fato se deve basicamente aos seguintes fatores: à inconstitucionalidade da referida Lei, com base em avaliação dos nossos assessores legais e técnico-contábil, às previsões do IAS

² O EBITDA para fins de *covenants* das dívidas é apurado de forma consolidada e exclui efeitos não-caixa, tais como Equivalência Patrimonial, Provisões, VNR e Outras Receitas/Despesas Operacionais.

37/CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (descrito nas Notas Explicativas), à necessidade de a ANEEL delimitar os usuários afetados, como determina a referida Lei, e a não provável saída de recursos.

Contudo, caso uma provisão referente à contabilização da devolução integral dos créditos referentes à exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS/COFINS precisasse ser realizada, o impacto máximo seria de -R\$1.081 milhões no EBITDA e de -R\$2.258 milhões no Resultado Líquido.

A **dívida líquida consolidada** no final do 2T22 era de **R\$8.536,6 milhões**, 5,4% acima da posição registrada no 1T22, de R\$8.100,4 milhões.

Nesse trimestre, concluímos a **24ª emissão de debêntures da Light SESA**, em série única, totalizando R\$1,3 bilhão, com vencimento em dois anos e remuneração de CDI + 1,95% a.a.

O **custo real** da dívida encerrou o trimestre em **1,4%** com **prazo médio** de **3,2 anos**. No 1T22, a dívida tinha custo real de 0,5% e prazo médio de 3,4 anos.

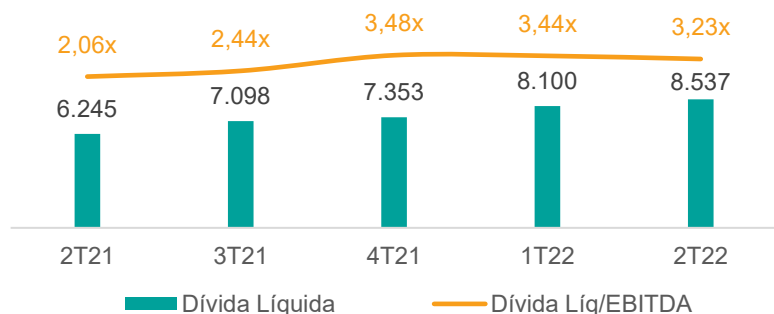
O **indicador do *covenant* Dívida Líquida/EBITDA²** encerrou o 2T22 em **3,23x**, inferior ao registrado no 1T22 (3,44x) e abaixo do limite estabelecido pelos contratos de dívida.

Com relação ao **indicador EBITDA/Juros**, a Companhia encerrou o 2T22 no patamar de **3,18x**, acima do limite contratual mínimo de 2,0x estabelecido nos contratos de dívida.

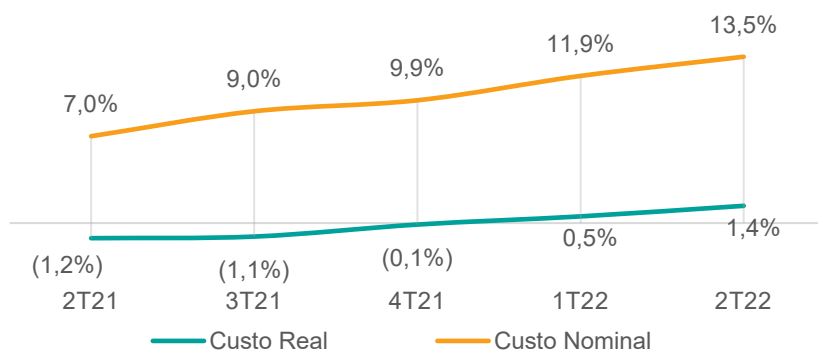
No 2T22, a Light registrou **Fluxo de Caixa Operacional Ajustado de R\$371,1 milhões** no consolidado, sendo R\$213,3 milhões da Distribuidora e R\$139,9 milhões da Geradora, conforme detalhado no Anexo VIII.

| Dívida líquida consolidada |

(R\$ milhões)

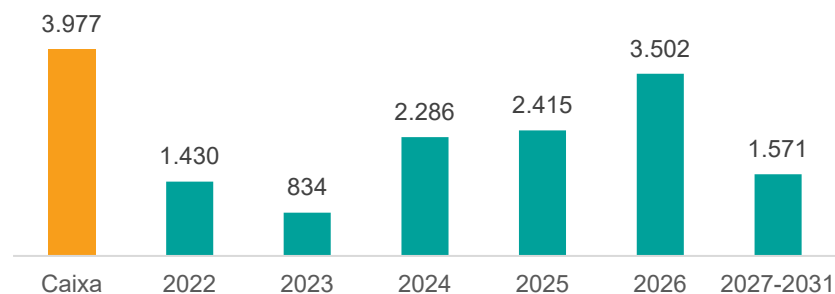


| Custo da dívida |



| Amortização dos empréstimos, financiamentos e debêntures |

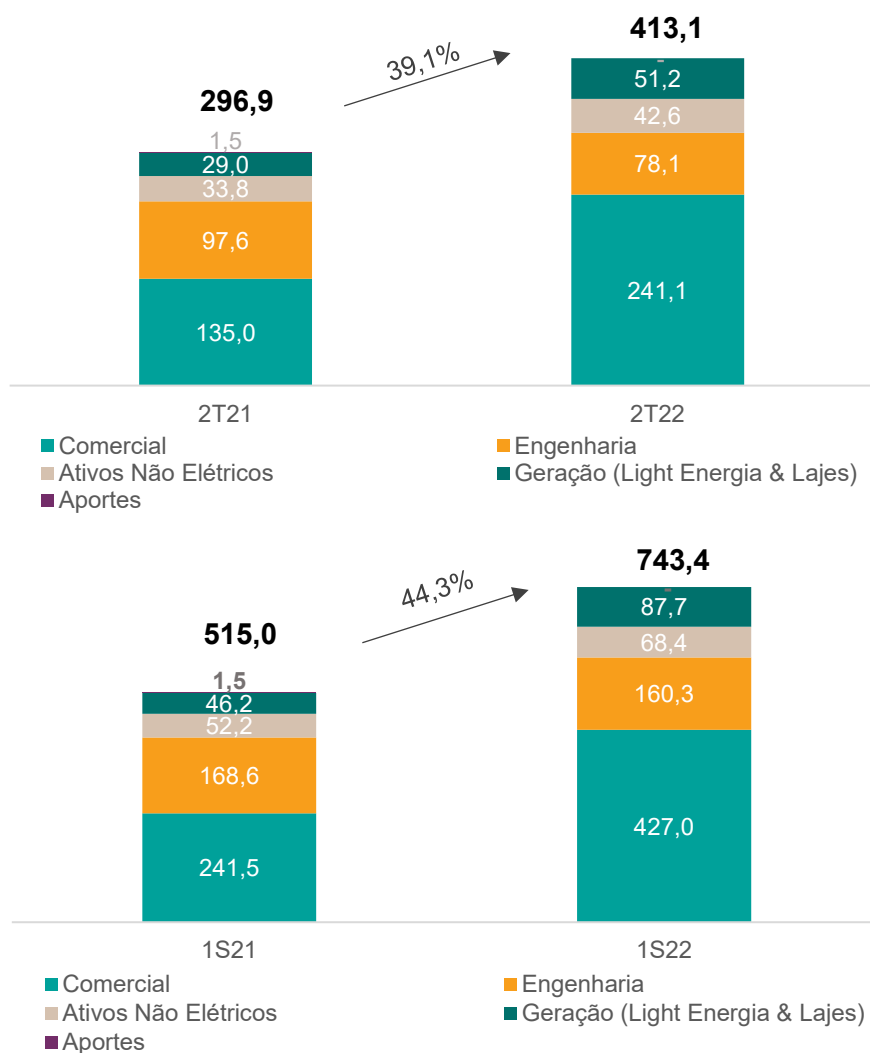
(R\$ milhões) Prazo médio: 3,2 anos



| Indexadores da dívida |



Investimentos



No 2T22, o **CAPEX total consolidado foi 39% superior** ao realizado no 2T21, devido, principalmente, a atividades ligadas ao **combate às perdas** visando uma **captura mais rápida** dos ganhos do processo.

No ano já investimos **R\$743,4 milhões no consolidado**, sendo **R\$338 milhões destinados ao combate às perdas**.

Nas atividades do **Comercial** destacam-se os investimentos associados a normalização de clientes e a blindagem da rede para alavancar o combate as perdas, que foram os principais responsáveis pelo aumento de 78,6%.

Nos investimentos ligados à **Engenharia**, a redução de 20% entre os trimestres é decorrente da readequação dos investimentos associados à expansão das redes de distribuição.

O CAPEX relacionado a **Ativos não Elétricos** registrou um aumento de aproximadamente R\$9 milhões, concentrados na área de TI, relacionados com a atualização do parque tecnológico da Light.

Na **Geração**, a recuperação do vertedouro da UHE Ilha dos Pombos e a construção do Túnel *by-pass* no Complexo de Lajes representaram R\$35,2 milhões dos investimentos do período. Desde o início desses projetos já foram investidos R\$221,5 milhões.

Distribuição

Light Serviços de Eletricidade S.A.

Desempenho Operacional

| Mercado faturado [GWh] |

Classe	2T22			2T21			Var. Total (%)
	Cativo	Uso Rede*	Total	Cativo	Uso Rede	Total	
Residencial	1.974	-	1.974	2.012	-	2.012	-1,9%
Comercial	996	708	1.705	1.011	632	1.643	3,8%
Industrial	97	1270	1.367	102	1259	1.360	0,5%
Outros	698	188	885	729	102	831	6,5%
Concessionárias	-	421	421	-	329	329	28,1%
Total	3.765	2.587	6.352	3.854	2.321	6.175	2,9%

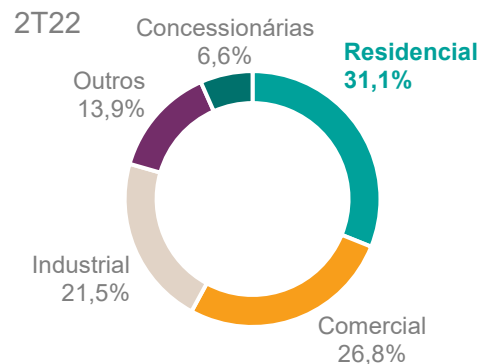
* Inclui clientes livres, geração distribuída e concessionárias

O **mercado total de energia** no 2T22 foi de **6.352 GWh**, 177 GWh superior ao 2T21 (**+2,9%**). Esse resultado decorre principalmente do **crescimento de 62 GW (+3,8%) no mercado comercial**, e de **92 GWh (+28,1%) no consumo das concessionárias**.

Com a migração de 285 clientes para o mercado livre, observamos seu reflexo no consumo dos clientes **cativos**, que registrou uma **redução de 89 GWh (-2,3%)** no trimestre.

Essa queda foi compensada pelo aumento no consumo de **uso de rede**, que apresentou crescimento de **11,5%** em relação ao mesmo período de 2021.

| Mercado de Energia |



| Temperatura Média [°C] |

23,7°C média no 2T22 X 23,3°C média no 2T21

24,6°C (média últimos 4 anos)



DISTRIBUIÇÃO

Esse aumento foi impulsionado pelo consumo das concessionárias (+28,1%) e pelos clientes livres.

A classe **Residencial** apresentou volume de 1.974 GWh no 2T22, uma **redução de 1,9%** em relação ao mesmo trimestre de 2021. O desempenho da classe foi influenciado pela redução no consumo médio no trimestre (-6%).

Essa variação pode ser atribuída, principalmente, à **menor temperatura média verificada na última quinzena de maio e no mês de junho**, apesar do registro de maior temperatura média no trimestre (23,7°C vs. 23,3°C no 2T21)

A **classe Comercial** registrou **expansão de 3,8%** na comparação com o 2T21, impulsionado principalmente pelos setores de saúde, imobiliário e supermercados.

O **mercado Industrial** no 2T22 apresentou crescimento de **0,5%** comparado ao 2T21, impactado principalmente pelas empresas do setor de siderurgia, metalurgia e embalagens.

O **uso da rede, que inclui clientes livres, geração distribuída e concessionárias** finalizou o 2T22 representando 40,7% do mercado total. No 2T21, ele representava 37,5% da energia distribuída.

As **Concessionárias** no 2T22 tiveram um **aumento de 28,1%**, em decorrência da redução de geração realizada nas áreas das concessionárias vizinhas, o que levou ao maior fluxo de energia da Light para elas.

O **mercado livre** finalizou o segundo trimestre de 2022 representando **33,2%** do mercado total da distribuidora.

A migração de clientes cativos para o mercado livre totalizou 85GWh no 2T22, com destaque para a migração de instalações de uma das concessionárias de saneamento do município do Rio de Janeiro.

Vale destacar, no entanto, que essa migração é neutra para a margem da Companhia, uma vez que a energia continua sendo transportada pela concessionária, que é remunerada pela TUSD.

Ao final de junho/22, tivemos um aumento de 285 clientes livres em comparação a junho/21, encerrando o trimestre com um total de 1.671 clientes livres.



Combate às Perdas

Como já explicado em ocasiões anteriores, entendemos que o desafio do combate às perdas deve ser enfrentado com **investimentos em infraestrutura**, com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade da rede da Light ao furto de energia, e com um **modelo de gestão** que assegure a **boa execução das alavancas do Plano de Combate às Perdas**, conforme listadas abaixo:

- Blindagem de Rede
- Substituição de Medidores
- Inspeções
- Comunidades
- Perdas Administrativas
- Regularização de Clandestinos
- Estoque de Cortados
- Levantamento IP



Blindagem de rede

A atividade de blindagem tem apresentado avanço relevante e, no **2T22**, atingiu **21 mil instalações**, **61% superior** ao realizado no 1T22 (13 mil instalações).

Observamos um **aumento significativo dos clientes do varejo com a rede blindada estabilizada**, passando de cerca de quatro mil no 1T22 para aproximadamente **20 mil** no 2T22.

A rede blindada estabilizada compreende a conclusão definitiva de todo o processo de blindagem, compreendido pela instalação de medição de balanço e colocação das caixas blindadas e balísticas, bem como a normalização de 100% dos clientes nela conectados.

Considerando o conjunto desses clientes, observa-se uma **redução de perdas de 53% para 14%**. Em relação ao 1T22, o aumento de 11% para 14% nas perdas decorre do volume adicional de clientes regularizados, que quintuplicou entre os trimestres.

Já nos **grandes clientes**, no 2T22, foram feitas **blindagens e exteriorização de medidores em 655 instalações**. Esse valor é superior em 21,5% em relação a essas atividades realizadas no 1T22 (539 instalações).

Substituição de medidores

A partir do 1T22, potencializamos a ação de **substituição de medidores obsoletos** no contexto do combate às perdas.

No 2T22, foram feitas a troca de mais de **26 mil unidades**. Essa atividade trouxe uma energia 4 GWh superior comparada ao mesmo trimestre do ano passado.

Adicionalmente, em outras atividades da área Comercial, substituímos mais 12 mil medidores obsoletos, totalizando **38 mil novos equipamentos** instalados no período.

No acumulado do ano, atingimos **95 mil medidores substituídos** e, considerando, o realizado **desde 2021**, já são mais de **158 mil medidores instalados**.

Inspeções

As **normalizações do programa de inspeções** totalizaram **76 mil** no 2T22 contra 87 mil no 1T22, **redução de 12,6%**.

A redução observada é decorrente, especialmente, do redirecionamento de equipes para o trabalho em outras alavancas do Plano de Combate às Perdas e do menor número de dias úteis no 2T22 vs. 1T22

Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, realizamos mais **12 mil normalizações (+19,2%)**. No ano, já foram realizadas mais de **163 mil inspeções**.

Comunidades

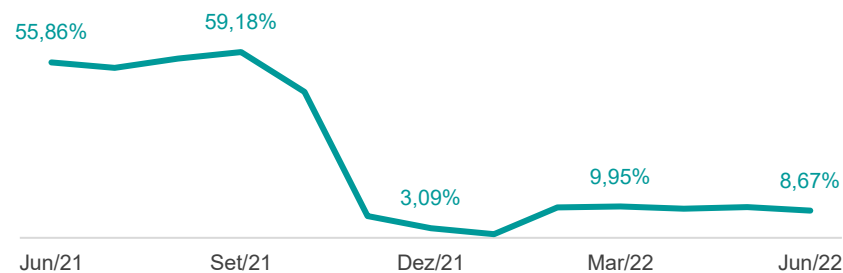
Na **Área Especial**, continuamos a avançar no **Programa Comunidades** com a normalização de mais de **nove mil clientes** no 2T22, contribuindo com 2,6 GWh. **Nesse ano**, mais de **14 mil clientes** já foram normalizados.

Estudo de caso: Dom Bosco

Após o início do relacionamento da Light com a comunidade de Dom Bosco, em Duque de Caxias, a partir de setembro/21, **as perdas diminuíram de 59,2% para 8,7%**.



| Evolução de Perdas em Dom Bosco |



Seguindo a tendência observada nos quatro trimestres anteriores, no 2T22 registramos **queda de 17 GWh nas perdas totais (12 meses)**.

As **perdas totais ex-REN (12 meses)** também acompanharam esse movimento, com **redução de 51 GWh** em relação ao 1T22.

O indicador de **perda total sobre a carga fio (12 meses)** encerrou o 2T22 em **26,41%**, um **decréscimo de 0,18 p.p.** em relação ao 1T22.

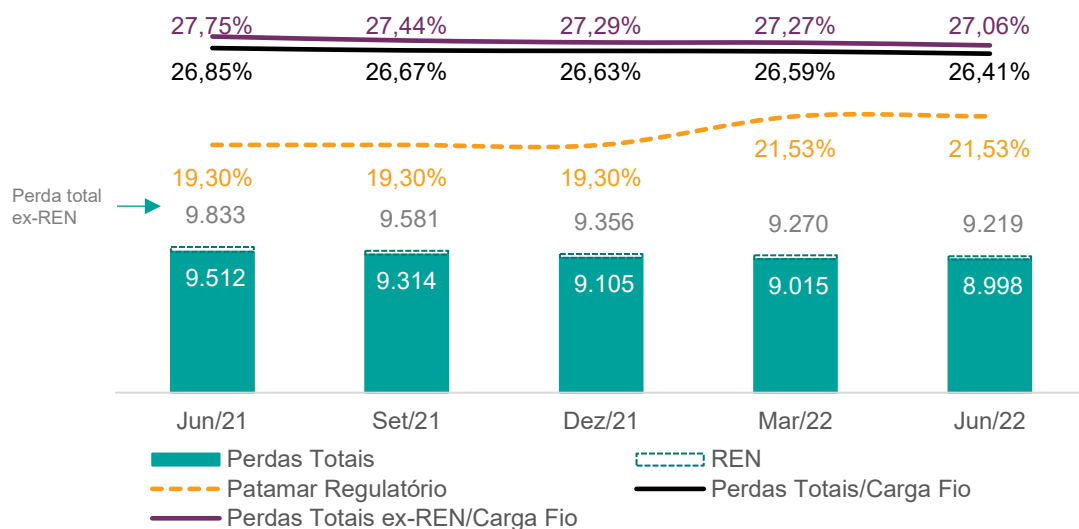
A Companhia encerrou o mês de junho/22 com 4,88 p.p. acima do percentual de repasse regulatório na tarifa, de 21,53%, conforme

parâmetros definidos pela ANEEL na Revisão Tarifária (RTP) de março/22.

Quando observamos o indicador **perda não-técnica/mercado de referência³ (12 meses)**, podemos verificar um **aumento de 0,56 p.p.** na comparação com o 1T22 (54,63% vs. 54,07%).

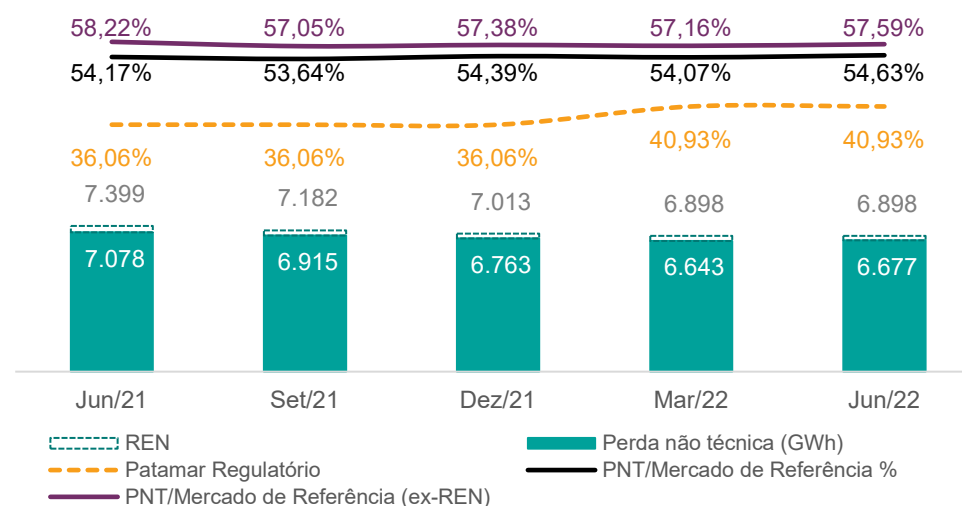
Essa variação ocorreu principalmente em função do aumento da perda não-técnica em 35 GWh e da redução do Mercado de Baixa Tensão (BT) em 61 GWh. A redução do Mercado de BT pode ser associada principalmente ao impacto no 2T22 de 39 GWh da energia não faturada,

| Evolução das Perdas Totais [GWh] | 12 meses



³ A partir da RTP de março/22, o mercado de referência passou a contemplar não só o mercado de baixa tensão (BT), como também o mercado atendido pelos sistemas subterrâneos (AS).

| Evolução da perda não-técnica (PNT) / mercado de referência | 12 meses

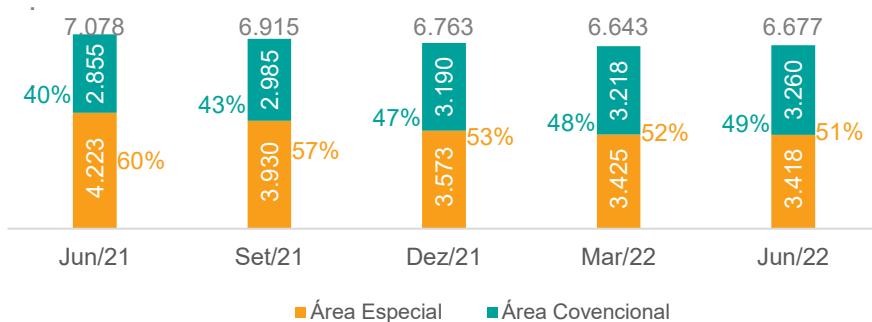


que é a energia que circulou dentro do mês, mas por conta do calendário de faturamento, só será faturada posteriormente.

Em relação ao aumento das Perdas não-técnicas, temos a influência de um 2T22 mais quente em relação ao 2T21 (+0,4°C) que, isoladamente, representaria um impacto de 0,78 p.p. no indicador em relação ao realizado no 1T22. Porém, com as ações do Plano de Combate às Perdas, esse valor foi 0,22 p.p. mais baixo.

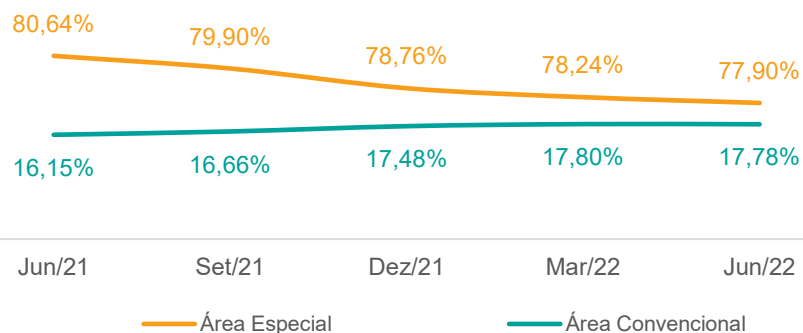
| Perda não-técnica [GWh] |

12 meses



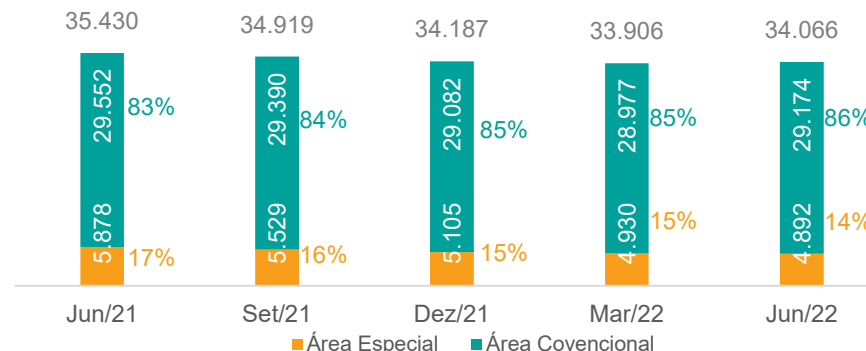
| Perdas Totais / Carga Fio |

12 meses



| Carga Fio [GWh] |

12 meses



Analisando o comportamento das perdas em Área Convencional (ATC) e Área Especial (ATE), observa-se que após as variações ocorridas em trimestres anteriores, devido a ações de atualização cadastral e revisão do mapeamento dos polígonos da ATE no 1T21, o indicador retomou à sua estabilidade nos trimestres de 2022.

O crescimento das perdas na Área Convencional de 42 GWh pode ser atribuído à influência da energia não faturada, que no 2T22 foi responsável por um aumento de 39 GWh. No entanto, quando observamos os valores relativos à carga fio, as perdas das Áreas Convencionais reduziram 0,02 p.p. em relação ao 1T22, atingindo 17,78% no 2T22.

A **Incorporação de Energia (IEN)** no 2T22 (130,5 GWh) foi 16 GWh menor em relação ao 1T22, porém 7 GWh maior do que a realizada no mesmo período de 2021, refletindo uma maior eficiência nas ações de combates às perdas.

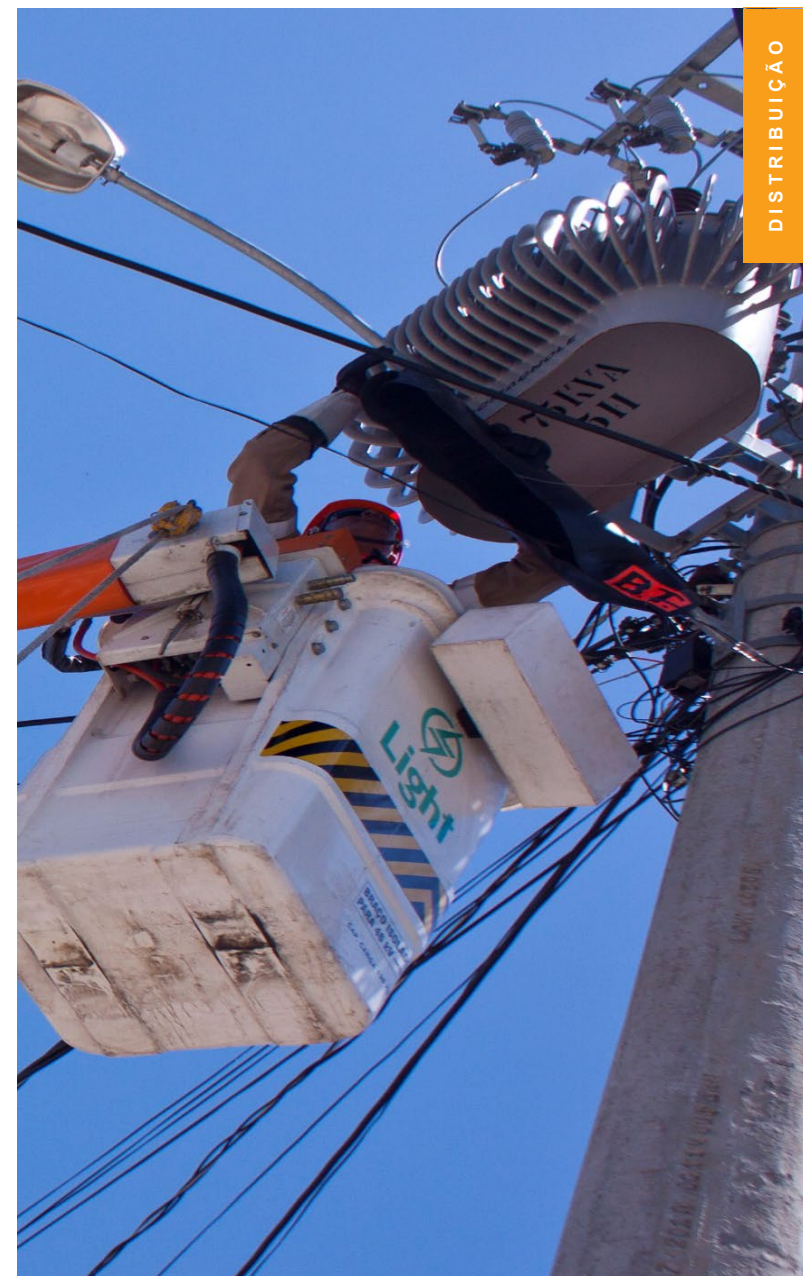
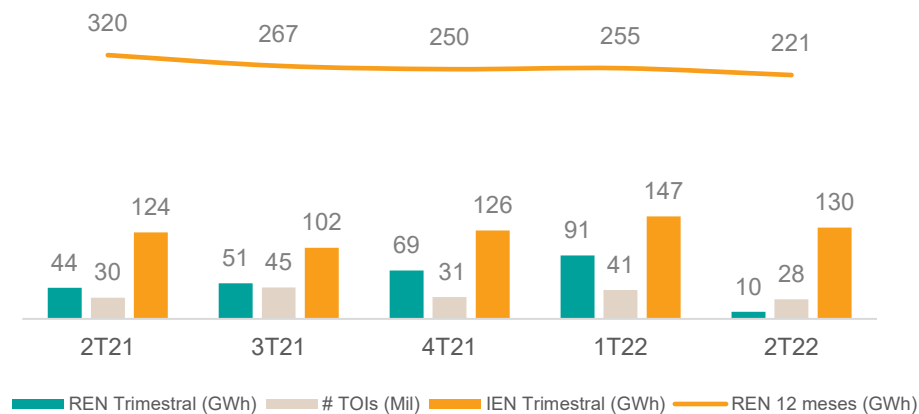
Na comparação com o trimestre anterior, a redução se deve principalmente ao fato do 2T22 ter apresentado uma temperatura média realizada bem inferior ao 1T22 (27,4°C vs. 23,7°C).

Em decorrência da menor temperatura no 2T22, o consumo e o faturamento dos clientes diminuem, reduzindo a incorporação de energia. No 1T22, a maior temperatura contribuiu para maior nível de consumo entre os clientes incorporados, com efeitos positivos no indicador.

A **Recuperação de Energia (REN, 12 meses)** apresentou redução de 13,3% no trimestre em relação ao 1T22, atingindo 221 GWh.

Esse resultado mostra uma estabilidade no indicador, reforçando a estratégia da empresa manter o faturamento de REN de forma controlada, permitindo que os clientes permaneçam no mercado formal e **incrementem o mercado faturado da Companhia de forma sustentável**.

| Evolução da IEN trimestral e REN trimestral [12 meses, GWh] e da quantidade de TOIs [mil] |



Arrecadação

A **arrecadação total** (12 meses) em junho/22 alcançou **96,8%, 0,7 p.p. abaixo de março/22** (97,5%) e **1,1 p.p. abaixo do observado em junho/21** (97,9%), já considerando a metodologia de apuração do índice de arrecadação⁴ em vigor desde janeiro/22.

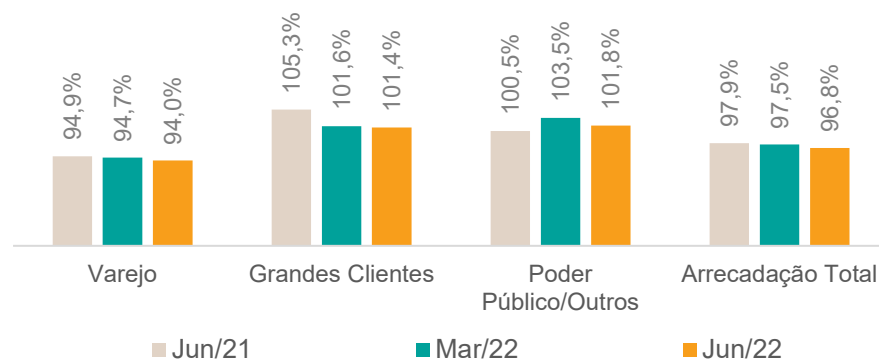
Diante deste cenário, a Companhia manteve a estratégia de intensificar a disciplina na cobrança com o **foco em ações administrativas e tecnológicas**.

Dentre elas, destacamos: envio de SMS, e-mail e WhatsApp de negativações, protestos e telecobrança; além da opção de pagamento e negociação através do cartão de crédito.

Também foram adotadas medidas mais efetivas no combate à inadimplência, por meio da ampliação das equipes de corte.

| Taxa de arrecadação por segmento |

12 meses [considera parcelas vencidas de REN]



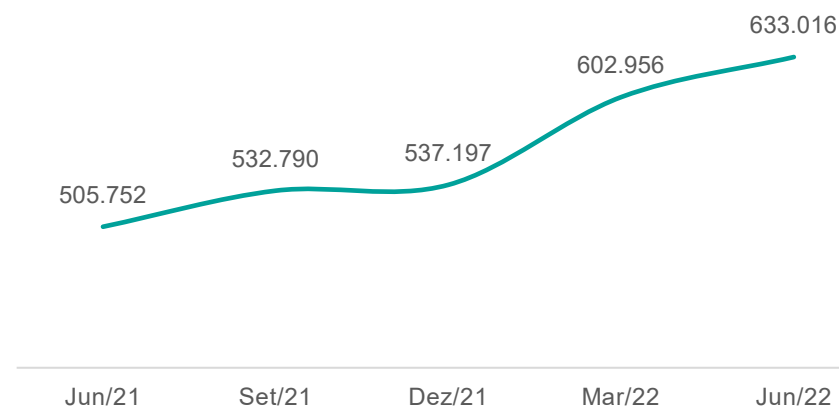
⁴ A partir de janeiro/22, o índice de arrecadação passou a considerar o faturamento do mês anterior (M-1) e a arrecadação do mês corrente (M), dado que grande parte da arrecadação da

O resultado verificado no 2T22 decorreu da **menor arrecadação** principalmente no segmento de **Varejo**.

A variação do segmento de Varejo se deve principalmente ao **aumento da base de clientes de baixa renda**, que normalmente apresentam maior inadimplência apesar do repasse da subvenção.

Adicionalmente às ações administrativas previamente comentadas, a Companhia também tem atuado em iniciativas de **conscientização de consumo racional** voltadas para esse público.

| Evolução de clientes Baixa Renda |



Companhia ocorre no mês seguinte ao faturamento. De maneira a permitir a comparabilidade entre os índices, rerepresentamos os valores de 2021.

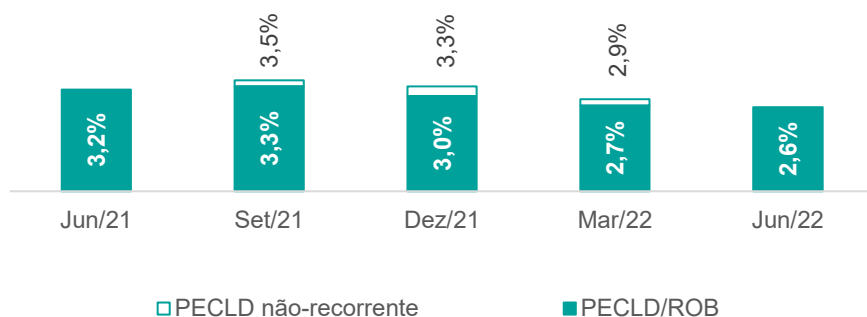
O indicador **PECLD sobre Receita Operacional Bruta (12 meses)** encerrado em junho/22 foi de **2,6%**, abaixo do observado em março/22.

A **PECLD do trimestre foi de R\$67,3 milhões**, 44,8% abaixo da registrada no 2T21⁵, no valor de R\$121,9 milhões. Sistemáticamente, nos últimos trimestres, o indicador tem apresentado evolução positiva.

No 2T22, foi revertida a PECLD referente ao contas a receber de um cliente em processo de recuperação judicial, no valor de R\$40,5 milhões, dada a reavaliação da recuperabilidade desse crédito. Excluindo esse efeito, a **PECLD do trimestre teria sido de R\$107,8 milhões – uma redução de 11,6%**.

| PECLD/ROB |

12 meses



DISTRIBUIÇÃO

⁵ Conforme informado no Release de Resultados do 4T21, a partir desse período, a PECLD passou por adequação da contabilização do recebimento de débitos antigos.

Qualidade Operacional

Mesmo com os desafios em nossa área de concessão, seguimos registrando bons resultados na qualidade dos serviços prestados.

Esse desempenho é consequência da continuidade da execução das **ações de manutenção preventiva** e a boa performance na **recuperação da rede de distribuição** após falhas não programadas.

A **Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora – DECI** (12 meses) no 2T22 foi de **6,13 horas**, um aumento de 2,0% (+0,12 horas) se comparado a março/22 (6,01 horas). Essa variação é resultado da maior ocorrência de eventos atmosféricos durante o período atual em comparação com o ano anterior.

A **Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora – FECi** (12 meses) no 2T22 foi de **3,23x**, ou 0,6% menor (-0,02x) se comparado a março/22 (3,25x).

Conforme observado anteriormente, apesar da maior ocorrência de eventos atmosféricos, acabamos registrando mais interrupções não programadas, porém com menor quantidade de clientes interrompidos, o que justifica a melhora do FECi a despeito do maior DECI.

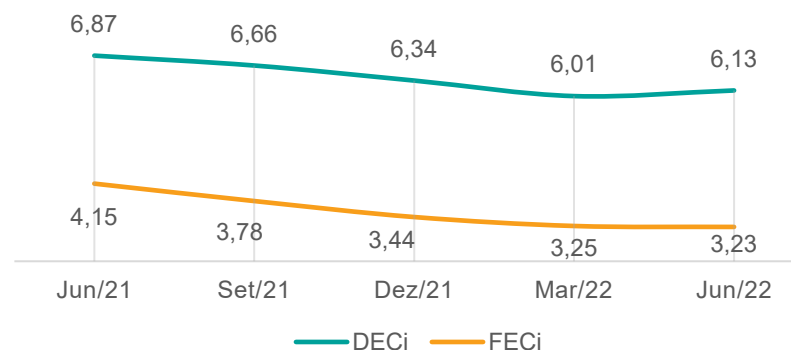
No 2T22, tanto o DECI quanto o FECi seguiram performando abaixo dos limites estabelecidos pela ANEEL no contrato de concessão.

O indicador DECI encerrou o trimestre em 2,57 horas (-29,5%) abaixo

do limite de 8,70 horas e o FECi em 2,17x (-40,2%) e abaixo do limite de 5,40x.

| DECI [horas] e FECi [vezes] |

12 meses



*A Light continua com excelentes resultados operacionais, sendo a melhor distribuidora do país em termos de FECi e a 3ª melhor no DECI**

**Fonte: Companhia com base em dados (janeiro a junho de 2022) da Aneel. Distribuidoras com mais de 1 milhão de clientes.*

Desempenho Financeiro

O **EBITDA Ajustado da Distribuidora**, no 2T22 foi de **R\$432,4 milhões**, sendo 100,9% maior do que o registrado no 2T21 (R\$215,2 milhões). **Excluindo o efeito do VNR**, o EBITDA Ajustado teria sido de **R\$371,9 milhões** no período, versus R\$98,8 milhões no 2T21.

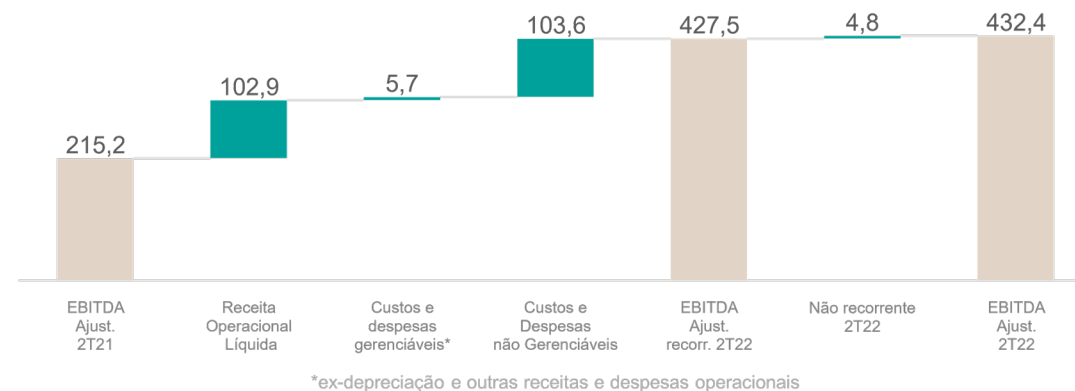
No acumulado do ano, o EBITDA Ajustado totalizou **R\$ 765,1 milhões**, aumento de 85,3% na comparação com o 1S21 (R\$ 412,8 milhões).

O **crescimento de R\$217,2 milhões** foi devido, principalmente, à **vigência da nova tarifa** a partir do **Processo de Revisão Tarifária Periódica ocorrido em março/22** e à **maior eficiência operacional** com redução do PMS.

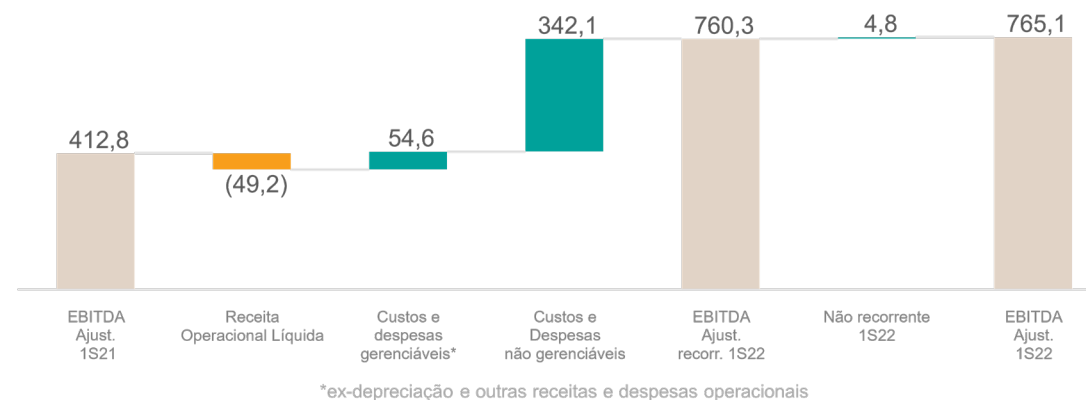
No 2T22, conforme detalhado a seguir, ocorreram **efeitos não-recorrentes** tais como o reconhecimento da provisão de natureza fiscal (-R\$35,7 milhões) e da reversão da PECLD referente ao contas a receber de um cliente em processo de recuperação judicial (+R\$40,5 milhões).

Desconsiderando esses efeitos, o **EBITDA Ajustado Recorrente** do 2T22 totalizou **R\$427,5 milhões**.

| EBITDA Ajustado | 2T22 / 2T21 - R\$MM



| EBITDA Ajustado | 1S22 / 1S21 - R\$MM



A **receita operacional líquida** no 2T22, excluindo-se a receita de construção, foi de **R\$2.835,5 milhões, 3,8% acima** da registrada no 2T21, com os seguintes destaques:

- A **receita de clientes cativos e livres** aumentou R\$252 milhões (+9,9%) em relação ao 2T21 devido aos efeitos da Revisão Tarifária Periódica de março/22 e ao maior consumo de clientes livres.
- Aumento de R\$32,1 milhões em **Outras Receitas** decorrente da regularização do faturamento de uso da infraestrutura.
- Redução de R\$29,3 milhões na **energia não-faturada**, como efeito das menores temperaturas verificadas no mês de junho/22.
- Redução de R\$56,0 milhões no **Valor Justo do Ativo Indenizável da Concessão (VNR)**.
- **Varição negativa de CVA** de R\$143,1 milhões na comparação com o 2T21, devido à melhoria das condições hidrológicas e consequente redução das despesas com contratos por disponibilidade, risco hidrológico e encargos de serviço de sistema (ESS).



No 2T22, os **custos/despesas gerenciáveis** (sem depreciação e amortização e outras receitas/despesas operacionais) **totalizaram R\$333,6 milhões, 3,1% abaixo do registrado no 2T21 (R\$344,2 milhões).**

Essa variação se deve, principalmente, a **maior eficiência de PMS** e ao **menor registro de PECLD no 2T22** em comparação com o 2T21.

A rubrica **PMS** (Pessoal, Material e Serviços) registrou **queda de 14,9% (R\$11,2 milhões)** em comparação ao 2T21.

Essa redução está relacionada à reorientação de atividades de campo para aquelas mais intensivas em CAPEX, além da maior capitalização de Serviços, possibilitada pelo aumento dos investimentos.

As **provisões para contingências** encerraram o 2T22 em **R\$112,6 milhões** apresentando um **aumento de R\$60,4 milhões (116%) em relação ao 2T21.**

Essa variação é explicada pelo aumento da provisão Cível em R\$15,1 milhões e, também, pelo reconhecimento de provisão fiscal não-recorrente no valor de R\$35,7 milhões.

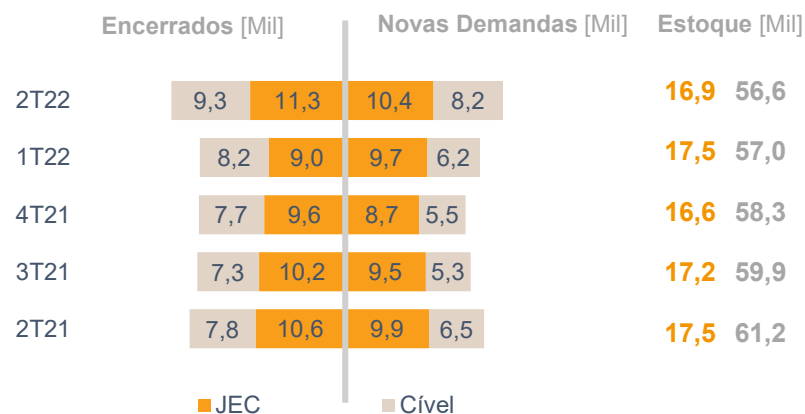
Excluindo esse efeito não-recorrente, as provisões para contingências no 2T22 **teriam totalizado R\$77,0 milhões**, levando a uma variação de R\$24,8 milhões em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior.

| Judicialização – Estoque JEC e Cíveis [Mil] |

Provisão para Contingências [R\$ milhões]	2T22	2T21	Var. 2T22/2T21
JEC	-23,4	-24,7	-5%
Cível	-46,4	-31,3	48%
Trabalhista/ Fiscal/ Regulatório	-39,4	3,8	-
Outros	-3,3	-0,1	6.302%
Total	-112,6	-52,2	116%
Total sem não-recorrentes	-77,0	-52,2	48%

Com relação à provisão de natureza fiscal, em junho/22, ocorreu desfecho desfavorável à Companhia na ação referente à apuração de tributos federais incidentes sobre lucro em controladas constituídas no exterior, sendo o valor total da causa de R\$103,5 milhões (R\$35,7 milhões lançados em provisões para contingências e R\$67,9 milhões reconhecidos como despesa financeira).

Sobre a provisão Cível, a variação ocorreu por conta da movimentação do estoque de processos.



Os **custos e despesas não gerenciáveis** no 2T22 foram de **R\$2.069,5 milhões, R\$103,6 milhões abaixo** do registrado no mesmo período do ano anterior.

Essa variação decorre, principalmente, da redução dos custos com **encargos e transmissão** (R\$54,1 milhões) e das **despesas com a CCEE** (R\$64,8 milhões), parcialmente compensados pelo aumento dos custos dos **contratos de compra de energia** (-R\$25,2 milhões).

Dentre as principais variações das **despesas com CCEE**, destacamos:

- Redução do custo dos **Riscos Hidrológicos**, por conta da expressiva queda do PLD e pelo aumento do GSF (R\$226,7 milhões).
- Menor **Encargo de Serviço de Sistema** (ESS) (R\$80,2 milhões) devido à redução do despacho fora de mérito pelo ONS em razão da recuperação dos níveis dos reservatórios ocorrida no período.
- Redução da receita nas operações de **compra e venda spot**, devido ao menor PLD aliado ao menor volume de energia contratada, parcialmente compensada pela redução da **exposição entre submercados** (R\$167,9 milhões).
- Aumento nos **encargos de energia de reserva** (R\$71,6 milhões) devido, em parte, à inclusão das usinas do Procedimento Competitivo Simplificado.

Com relação aos pagamentos dos **contratos de compra de energia**, destacamos as variações a seguir:

- Menor despesa de **contratos por disponibilidade**, devido ao menor acionamento de usinas térmicas (R\$122,3 milhões).
- Redução dos pagamentos referentes à **UHE Itaipu** com a queda na taxa de câmbio (R\$49,7 milhões).
- **Recuperação de crédito do ICMS** decorrente da compra de energia dos CCEARs por disponibilidade (R\$22,3 milhões).

As reduções de custos observadas no trimestre acabaram sendo ofuscadas pelo maior custo com a **UTE Norte Fluminense** (R\$147,5 milhões), decorrente do reajuste anual ocorrido em novembro/21, que foi pressionado pelo maior IGP-M, inflação norte-americana e elevação do preço do gás no mercado internacional.

Também contribuíram para esse efeito os **reajustes tarifários** nos contratos com nucleares (R\$20,8 milhões), CCEARs por quantidade (R\$19,4 milhões) e Proinfa (R\$17 milhões).

O **resultado financeiro no 2T22 foi de -R\$515,1 milhões**, comparado com -R\$176,5 milhões no 2T21, uma variação negativa de R\$338,7 milhões.

Essa variação se deve, principalmente, à perda com a marcação a mercado das operações de *swap* das dívidas em moeda estrangeira em virtude do **aumento da curva futura do CDI** (-R\$119,6 milhões).

Também contribuíram para esse efeito o aumento dos **encargos de dívida** (-R\$107,8 milhões) e da **variação monetária** (-R\$52,1 milhões), devido ao maior volume da dívida em moeda nacional e ao aumento das taxas de juros e do IPC-A.

Os contratos de *swap* foram impactados negativamente em virtude do aumento do CDI e da curva futura dos juros, embora os efeitos da variação cambial sejam **integralmente compensados** nas rubricas de *swap*.

Além disso, no 2T22, ocorreram **efeitos não-recorrentes** de atualização do saldo das provisões para contingências de natureza fiscal (-R\$67,9 milhões) e da despesa financeira pela reversão da PECLD referente ao contas a receber de um cliente em processo de recuperação judicial (-R\$5,5 milhões).

Desconsiderando esses efeitos, o resultado financeiro no 2T22 teria sido negativo em R\$441,7 milhões.

Resultado Financeiro [R\$ MM]	2T22	2T21	Var. 2T22/2T21	1S22	1S21	Var. 1S22/1S21
Receitas Financeiras	165,4	44,7	269,9%	257,0	212,5	20,9%
Despesas Financeiras	(680,5)	(221,2)	207,7%	(1.183,7)	(618,5)	91,4%
Total	(515,1)	(176,5)	191,9%	(926,7)	(406,0)	128,3%
Efeitos não-recorrentes	73,4	0,0	-	73,4	0,0	-
Total sem efeitos não-recorrentes	(441,7)	(176,5)	150,3%	(853,3)	(406,0)	110,2%

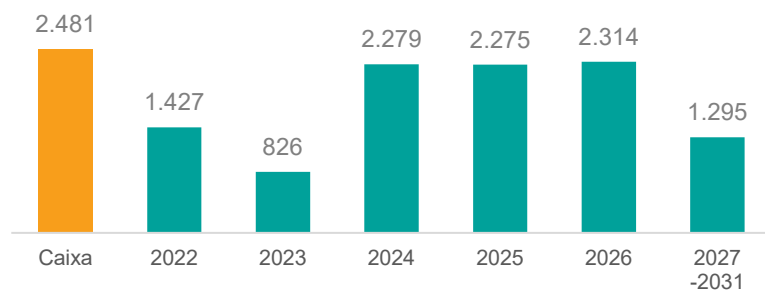
A Distribuidora obteve **prejuízo de R\$168,5 milhões** no 2T22, contra resultado negativo de R\$76,5 milhões reportado no 2T21.

No acumulado semestral, o prejuízo foi de R\$305,7 milhões, redução de R\$128,6 milhões em comparação ao 1S21.

Desconsiderando os efeitos não-recorrentes do período que impactaram o EBITDA Ajustado e o resultado financeiro, conforme explicado anteriormente, **o resultado recorrente da Distribuidora** teria sido de **R\$99,9 milhões** negativos no 2T22.

| Amortização [R\$MM] |

Prazo médio: 3,0 anos



| Indexadores de dívida |



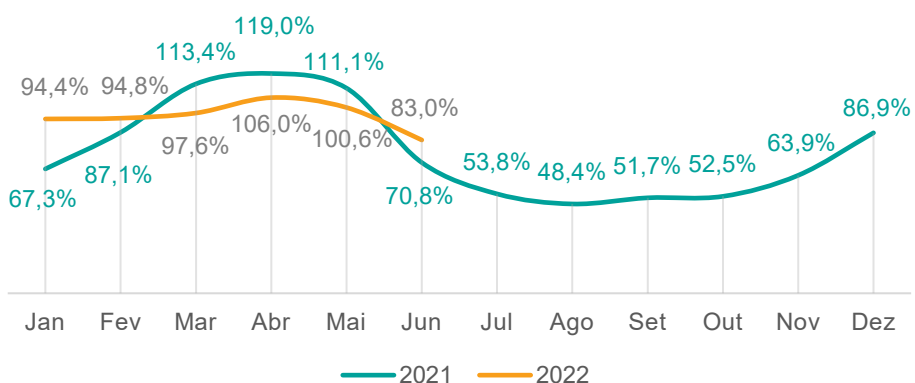
Geração

Light Energia S.A.

Sazonalização da Garantia Física e cenário hidrológico contribuíram para o resultado da Light Energia

Seguindo a tendência do primeiro trimestre, no 2T22 observamos que o bom volume de chuvas, contribuiu para a elevação dos níveis dos reservatórios do país em todos os submercados, o que **reduziu o custo marginal de operação** e, conseqüentemente, **a pressão do GSF** que incide diretamente sobre os geradores.

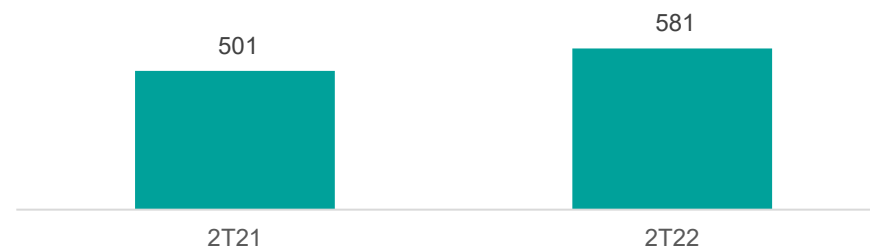
| GSF - Generation Scaling Factor |



Devido à nova regra de sazonalização da energia e visando à manutenção do resultado da Light Energia, **alocamos a Garantia Física prioritariamente no segundo semestre do ano**, respeitando os limites definidos pela nova regra. Os atuais limites se baseiam na geração histórica do MRE para cada mês do ano.

Com efeito da nova regra de sazonalização, e mesmo com o deslocamento da alocação de energia para o 2S22, a Light Energia está com **mais energia alocada no 2T22** quando comparado aos 2T21, conforme a figura abaixo.

| Garantia Física MWm |



Por sua vez, a **sazonalização é um importante vetor de gestão do portfólio de energia de um gerador**, pois permite alocar uma maior quantidade de energia nos meses em que se estima haver maior risco de mercado devido às **incertezas do cenário hidrológico**.

Considerando o cenário hidrológico verificado no 1S22, conforme tabela abaixo, observamos um **saldo positivo na venda de energia do balanço comercial da Geradora no 2T22** comparado ao 2T21.

Compra e Venda de Energia (MWm)*	2T22	2T21	Var. 2T22/2T21
Venda Total (ACL + Spot)	471,4	424,9	10,9%
ACL	414,1	415,3	-0,3%
Spot (CCEE)	57,3	9,6	497,7%
Compra (ACL + Spot)	8,5	16,5	-48,7%
ACL	8	15	-43,8%
Spot (CCEE)	-	1,4	-
Diferença Venda e Compra Spot (CCEE)	57,3	8,1	604,0%

A **menor venda de energia no ACL** se deve exclusivamente à sazonalização dos contratos que, conforme já explicado, resultou numa alocação de energia no 2T22 menor em comparação ao 2T21.

Já a **liquidação da energia no mercado de curto prazo (spot)** se deve ao maior volume de energia alocada no primeiro semestre devido à sazonalização da Garantia Física em comparação ao mesmo período do ano anterior.

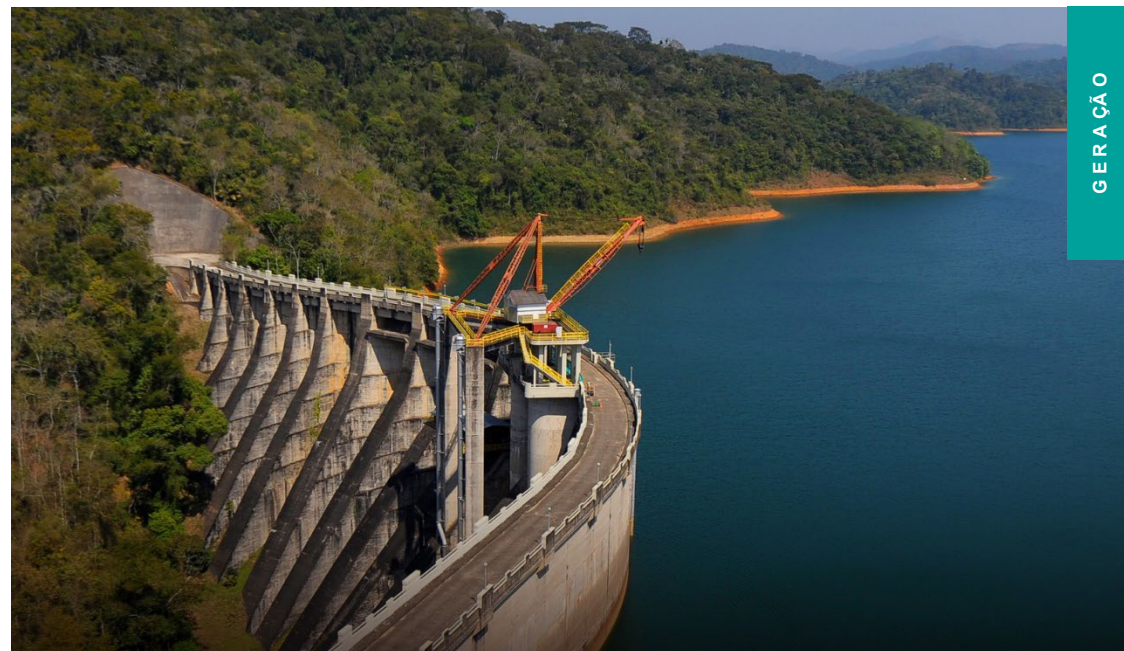


Desempenho Financeiro

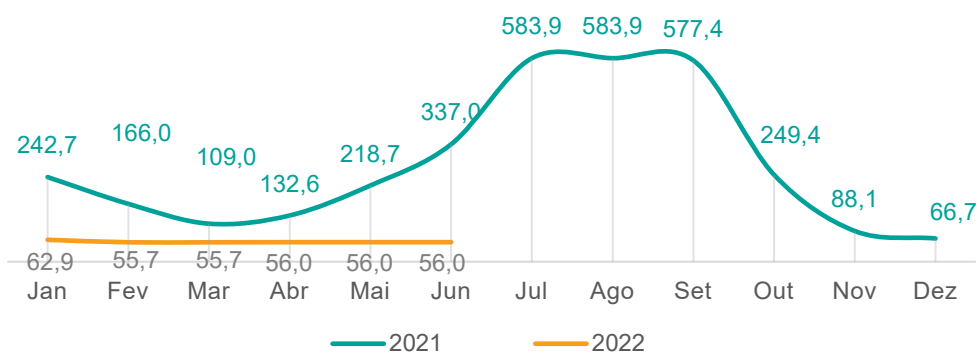
No 2T22, a Geradora apresentou **aumento de R\$13,3 milhões (8,0%) na receita operacional líquida** em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior devido, principalmente, ao reajuste dos **preços dos contratos de longo prazo no ACL** (indexados ao IPC-A).

No mercado Spot, o maior volume de energia verificado foi consequência da **sazonalização da Garantia Física**, que atingiu 581MWh no 2T22 (vs. 501 MWh no 2T21).

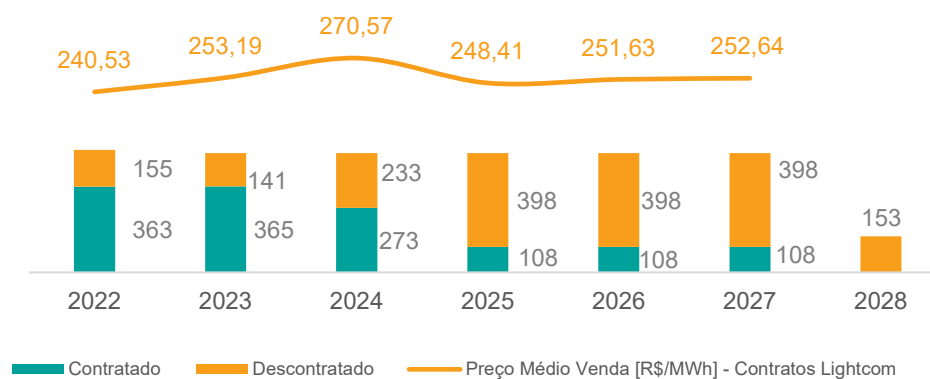
No entanto, **a receita no período foi afetada negativamente pela queda de 75,6% do PLD na comparação com o 2T21**, variando de R\$ 229,44/MWh para R\$ 56,00/MWh.



| PLD Médio Mensal SE/CO [R\$/MWh] |



| Volume Contratado de Energia [MWh] |



Os **custos e despesas operacionais** (sem depreciação e amortização e outras receitas/despesas operacionais) encerraram o **2T22 em R\$29,0 milhões vs. R\$26,9 milhões** registrados no 2T21, apresentando **variação de 7,8%** decorrente do aumento do PMSO.

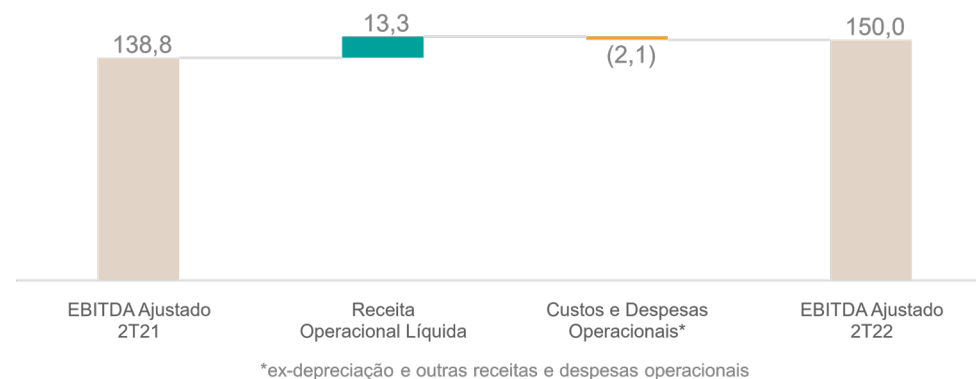
As **despesas com PMSO aumentaram R\$1,7 milhões (17,4%) no 2T22** em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, sendo as principais variações observadas nas linhas de Outros (R\$1,1 milhão) e Pessoal (R\$1,0 milhão).

O **EBITDA Ajustado** foi de **R\$150,0 milhões** no 2T22, representando um aumento de R\$11,2 milhões em relação ao 2T21.

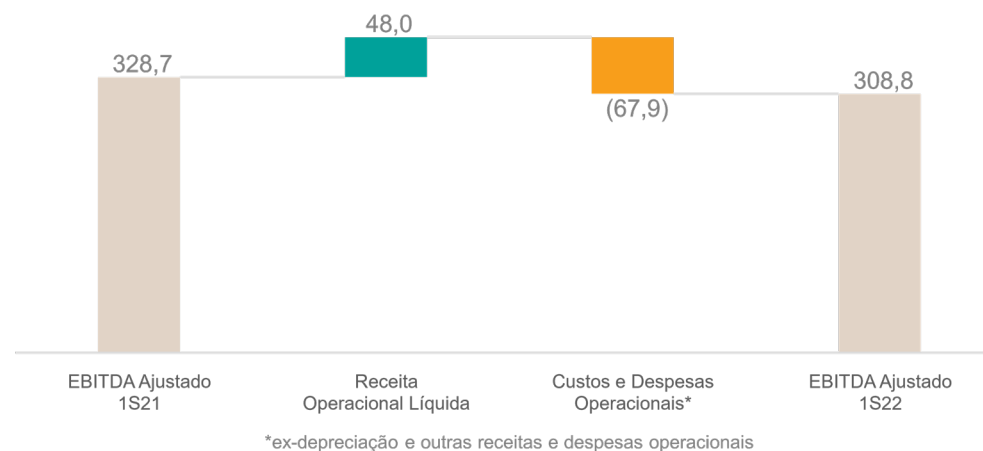
Já no acumulado do semestre, o EBITDA Ajustado foi de R\$308,8 milhões no 1S22 *versus* R\$328,7 milhões no 1S21, uma redução de 6,1%.

A **depreciação/amortização** aumentou R\$14,3 milhões em comparação com o ano anterior em consequência do **reconhecimento do ativo intangível do GSF no 4T20**, com efeitos a partir de setembro/21.

| EBITDA ajustado | 2T22 / 2T21 - R\$MM



| EBITDA ajustado | 1S22 / 1S21 - R\$MM



No 2T22, o **resultado financeiro** foi negativo em R\$94,2 milhões, representando uma redução de R\$49,4 milhões quando comparado ao 2T21. As principais variações foram:

- Operações de *swap* e variação cambial (-R\$57,2 milhões) em razão de **perda com a marcação a mercado das operações de swap**, por conta do aumento da curva futura do CDI.
- **Aumento dos encargos de dívida** (-R\$17,7 milhões) devido ao aumento das taxas de juros e do IPC-A (vinculado a contrato de swap para CDI).
- Maior remuneração de aplicações financeiras (R\$24,0 milhões), devido **ao maior volume de caixa e incremento de rentabilidade**.

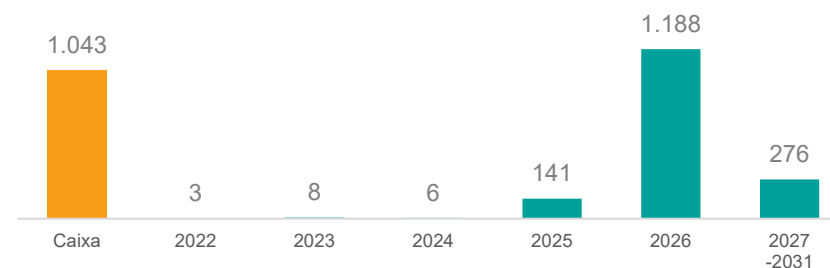
A Light Energia obteve um **lucro líquido de R\$22,4 milhões no 2T22** frente a um lucro de R\$55,1 milhões no 2T21. No período, foram reconhecidos **R\$3,5 milhões por conta de ganho com a venda da participação** da Light Energia na sua controlada Guanhães Energia S.A.

Excluindo esse efeito não recorrente, o lucro líquido da Geradora teria sido de R\$18,9 milhões.

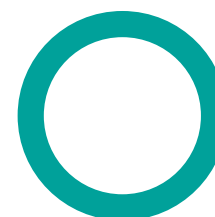
Resultado Financeiro [R\$ MM]	2T22	2T21	Var. 2T22/2T21	1S22	1S21	Var. 1S22/1S21
Receitas Financeiras	43,4	156,8	(72,3%)	92,1	57,6	59,9%
Despesas Financeiras	(137,6)	(201,6)	(31,7%)	(284,2)	(219,0)	29,8%
Total	(94,2)	(44,8)	110,3%	(192,1)	(161,3)	19,1%

| Amortização [R\$MM] |

prazo médio: 4,2 anos



| Indexadores de dívida |



CDI
100%

Comercialização

Lightcom Comercializadora S.A.

Desempenho Operacional e Financeiro

O **volume comercializado** no 2T22 foi de 527 MWm, representando uma redução de 12,0% em relação ao 2T21 (599 MWm).

Essa variação é resultado da **diminuição das operações de curto prazo**, decorrente da menor necessidade de cobertura da Light Energia e da menor demanda no mercado, além do **fim da vigência de contratos de longo prazo** com agentes do mercado (geradores e comercializadores).

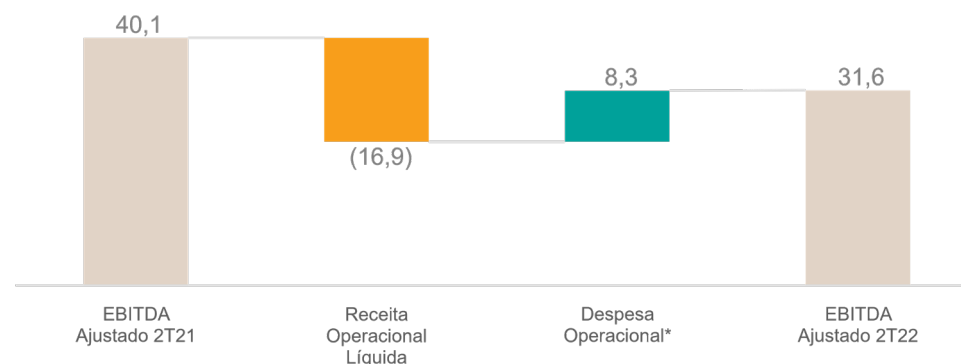
O **preço médio de venda** (líquido de tributos) nesse período foi de R\$226,8/MWh, representando um incremento de 6,7% em relação ao praticado no 2T21 (R\$212,6/MWh).

A Comercializadora registrou um **EBITDA Ajustado** de **R\$31,6 milhões** no 2T22 contra um EBITDA Ajustado de R\$40,1 milhões no 2T21. Já no acumulado do ano, o EBITDA Ajustado foi de R\$67,3 milhões no 1S22 vs. R\$77,6 milhões no 1S21, uma redução de 13,4%.

A redução do resultado se deve ao **menor volume comercializado** e pela **queda do PLD nesse período**, parcialmente compensados pelos menores custos com compra de energia.

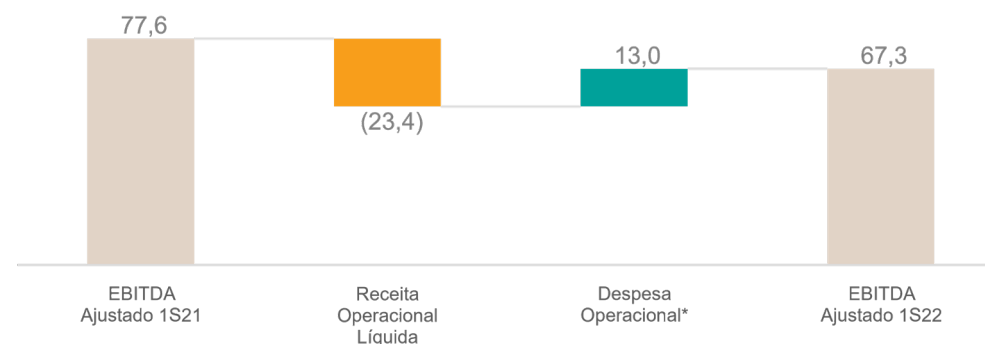
O **resultado financeiro** da Lightcom apresentou uma variação positiva de R\$6,7 milhões na comparação com o 2T21, explicada pelo maior volume de caixa e maior retorno das aplicações financeiras no período.

| EBITDA Ajustado | 2T21 / 2T22 - R\$MM



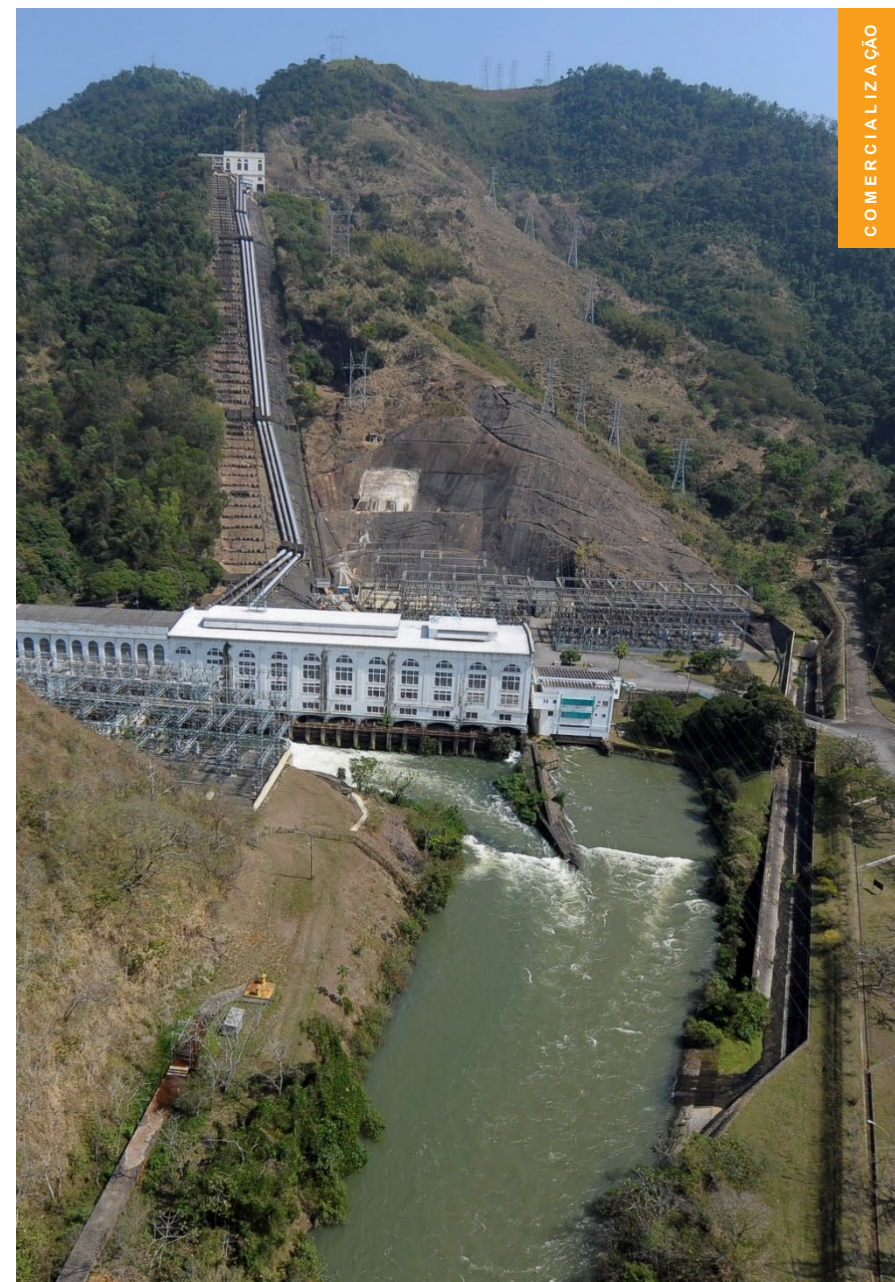
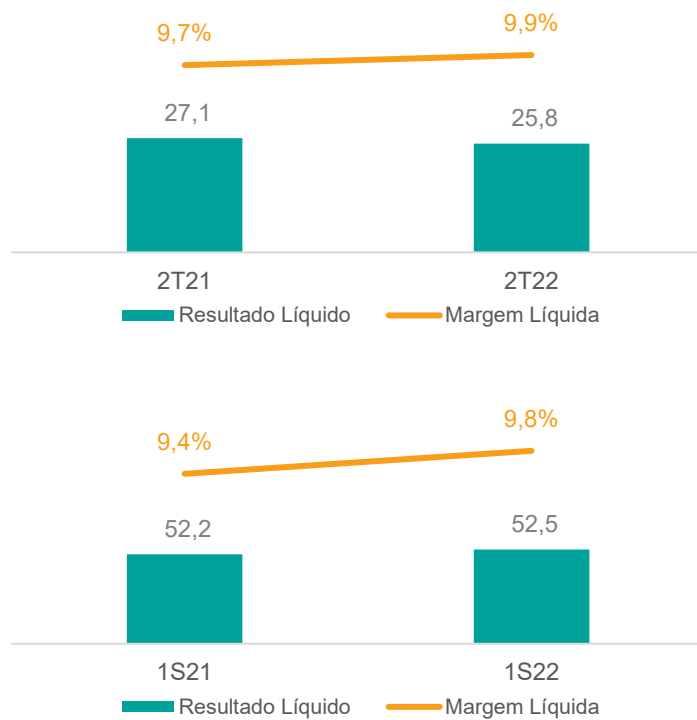
*ex-depreciação e outras receitas e despesas operacionais

| EBITDA Ajustado | 1S22 / 1S21 - R\$MM



*ex-depreciação e outras receitas e despesas operacionais

O **lucro líquido foi de R\$25,8 milhões**, R\$1,3 milhão inferior ao 2T21. Já no acumulado semestral observamos um leve aumento de R\$0,3 milhões em relação ao 1S21.



Questões ambientais, sociais e de governança [ESG]

Desempenho no Trimestre

No 2T22, realizamos a divulgação do nosso Relatório Anual Integrado de Sustentabilidade 2021, no site de RI e nas redes sociais da Light.

O relatório foi elaborado de acordo com as melhores práticas de reporte ESG: Diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), na versão GRI Standards e opção de adesão Abrangente; Estrutura Internacional para Relato Integrado; e, métricas do *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB) para distribuidores e geradores de energia.

Além disso, o MSCI Analytics divulgou nova avaliação da Light, em que aumentamos nossa nota de 6,1 para 6,8, mantendo a classificação A e nos aproximando do rating AA. A nova avaliação apontou melhora da Companhia nos módulos relacionados à Governança e Estresse hídrico.

A seguir, apresentamos os destaques do trimestre relacionados aos 10 temas prioritários elencados em nossa Matriz de Materialidade e a tabela com os principais indicadores ESG que acompanhamos.



Qualidade do serviço e Eficiência operacional

No 2T22, a Light alcançou excelentes resultados operacionais, detalhados na seção “Qualidade Operacional”, tendo sido considerada a melhor distribuidora do país em termos de FECi e a 3ª melhor no DECI



Relacionamento com as comunidades

Os investimentos realizados nas comunidades no 2T22 totalizaram R\$ 2,4 milhões, 237% superior ao realizado no 2T21, devido ao início de novos projetos de combate às perdas, como o projeto “Energia Criativa”, que conscientiza as comunidades sobre o consumo responsável de energia.

Além disso, como parte do Plano de Combate às Perdas, ocorreu um aumento de projetos de eficiência energética da Companhia com o foco nas Comunidades.



Saúde e segurança

No 2T22, houve uma redução de 39,2% na taxa de frequência de acidentes. Esse resultado é fruto do aumento das inspeções de segurança, realização de ações de sensibilização e fiscalização, bem como a intensificação das ações de prevenção.

Com relação à taxa de gravidade, apesar da redução na quantidade dos acidentes, observamos um maior número de eventos com afastamentos superiores a 15 dias, levando ao aumento no indicador no 2T22 em relação ao 2T21. Por isso, temos intensificado a comunicação interna voltada para ações de sensibilização e prevenção de acidentes, o que acarretou uma queda de 89% na taxa de gravidade quando considerado apenas o ano de 2022.

Gestão de pessoas

Fechamos o trimestre com o aumento de 0,7 p.p. na participação das mulheres na força de trabalho da Light, alinhado ao nosso Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão (“Empodera”).

Solidez financeira e mercado de capitais

Mantivemos o compromisso com nossos acionistas e fortalecemos nosso acesso ao mercado de capitais. No trimestre, concluímos a 24ª emissão de debêntures da Light SESA, em série única, totalizando R\$ 1,3 bilhão, conforme detalhado na seção “Desempenho Financeiro”.

Melhora da experiência com o cliente

Em comparação com o 2T21, as reclamações totais apresentaram aumento de 18% no 2T22, o que levou a um aumento de 2,29 p.p. na taxa de reclamações por número de clientes.

Essa variação é decorrente, principalmente, do aumento de reclamações sobre variações de fatura, oriundas, em sua maioria, da revisão tarifária ocorrida em março/22.

A Light continua trabalhando para a evolução contínua dos canais digitais, por meio da melhoria nos procedimentos e processos de atendimento e da automatização de tarefas, relatórios e indicadores que permitem um acompanhamento mais assertivo da execução de serviços.

Como resultado, as consultas de clientes por meio da nossa Agência Virtual aumentaram 19% no 2T22 em relação ao 2T21, com o número de atendimentos pelo canal virtual do Whatsapp aumentando 318%.

Novos modelos de negócios

No trimestre, concluímos o edital de concorrência para fornecedores do projeto de construção da usina fotovoltaica flutuante no reservatório da Light Energia, na modalidade de Geração Distribuída (GD).

O edital será lançado em agosto/22 e o início da construção da usina está previsto para o segundo semestre de 2022. O projeto, concebido no âmbito do Programa de Eficiência Energética (PEE) da ANEEL, possui a estimativa de geração anual em 8GWh, com capacidade instalada de 5MWp, podendo atender cerca de 7 mil famílias de baixa renda.

Perdas e inadimplência

Pelo 5º trimestre consecutivo, o indicador de perdas totais apresentou melhoria, fechando o 2T22 com redução de 17 GWh, conforme detalhado na seção “Combate às Perdas”. Por outro lado, verificamos uma redução de 0,7 p.p. na arrecadação total (12 meses), conforme explicado na seção “Arrecadação”.

Inovação e tecnologia

No 2T22, houve um aumento de 7,2% nos investimentos destinados a P&D quando comparados ao 2T21, em função do volume de desembolsos para projetos em fase de desenvolvimento.

Mudanças climáticas

Um dos indicadores importantes apurados pela Light com relação a mudanças climáticas é o consumo interno de energia que, no trimestre, apresentou uma redução de 1.052 MWh (-3,6%) em relação ao mesmo

trimestre do ano anterior. Apesar dessa redução, a diminuição do número de colaboradores próprios da Light em 501 (- 9,2%) entre os trimestres impactou o indicador consumo de energia por empregado, que apresentou aumento de 6%.

A diminuição no consumo total foi devida à recontabilização de consumos retroativos no 2T21, que aumentou pontualmente o indicador nesse período, bem como a realização de ações para o uso eficiente de energia nas instalações da Companhia, tais como: troca de lâmpadas, redução do tempo de funcionamento da climatização na sede e pela troca de aparelhos de refrigeração nas subestações.



Indicadores ESG

Principais Indicadores	2T22	2T21	Var. 2T22/2T21	1S22	1S21	Var. 1S22/1S21
Gestão de Pessoas						
Colaboradores próprios	5.001	5.502	-9,1%	5.001	5.502	-9,1%
Colaboradores terceirizados	8.587	7.536	13,9%	8.587	7.536	13,9%
% de mulheres na Light	19,2%	18,5%	0,7 p.p.	19,2%	18,5%	0,7 p.p.
% de mulheres em cargos de liderança	27,0%	27,1%	-0,1 p.p.	27,0%	27,1%	-0,1 p.p.
% de mulheres na Alta Administração	37,5%	33,3%	4,2 p.p.	37,5%	33,3%	4,2 p.p.
Média de horas de treinamento por empregado	4,5	4,6	-2,2%	9,8	9,1	7,7%
Taxa de Rotatividade	2,4%	2,2%	0,2 p.p.	2,4%	2,2%	0,2 p.p.
Saúde e Segurança						
Taxa de frequência de acidentes	1,41	2,32	-39,2%	1,80	3,12	-42,3%
Taxa de gravidade de acidentes	87	75	16,0%	53	480	-89,0%
Aprimoramento da Experiência com o Cliente						
Reclamações por total de clientes	12,03%	10,72%	1,31 p.p.	24,54%	25,87%	-1,33 p.p.
Relacionamento com Comunidades						
Investimentos em Comunidades (recursos PEE) (R\$ MM)	2,41	0,71	236,8%	4,80	2,35	104,4%
Mudanças Climáticas						
Consumo de energia elétrica por empregado (MWh)	5,61	5,29	6,0%	11,37	10,97	3,7%
Inovação e Tecnologia						
Investimento em P&D (R\$ MM)	7,23	6,74	7,2%	12,09	12,70	-4,8%

ANEXO I – Conciliação EBITDA e EBITDA Ajustado

EBITDA CVM (R\$ MM)	Light Consolidado			Light SESA			Light Energia			Lightcom		
	2T22	2T21	Var. 2T22/2T21	2T22	2T21	Var. 2T22/2T21	2T22	2T21	Var. 2T22/2T21	2T22	2T21	Var. 2T22/2T21
Lucro/Prejuízo Líquido (A)	(80,0)	3,2	-	(168,5)	(76,5)	120,3%	22,4	55,1	-59,3%	25,8	27,1	-4,8%
IR/CS (B)	2,2	(306,1)	-	-	(137,6)	-	24,8	(156,6)	-	(9,1)	(9,5)	-3,8%
IR/CS DIFERIDO (C)	33,0	305,7	-89,2%	70,6	178,4	-60,4%	-33,5	131,6	-	(4,1)	(4,3)	-4,8%
EBT (A - (B + C))	(115,2)	3,6	-	(239,0)	(117,3)	103,8%	31,1	80,1	-61,2%	39,0	40,9	-4,6%
Depreciação e Amortização (D)	(181,3)	(151,1)	20,0%	(153,0)	(137,1)	11,6%	(28,2)	(13,9)	102,9%	(0,1)	(0,1)	-3,7%
Despesa Financeira Líquida (E)	(607,8)	(219,7)	176,7%	(515,1)	(176,5)	191,9%	(94,2)	(44,8)	110,3%	7,5	0,8	801,9%
EBITDA CVM ((A) - (B) - (C) - (D) - (E))	673,9	374,4	80,0%	429,1	196,3	118,6%	153,5	138,8	10,6%	31,6	40,1	-21,3%
Equivalência Patrimonial (F)	(8,7)	(8,2)	6,0%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas/Despesas Operacionais (G)	69,4	(3,3)	-	(3,3)	(18,9)	-82,8%	3,5	-	-	-	-	-
EBITDA Ajustado = EBITDA CVM - (F) - (G)	613,2	385,9	58,9%	432,4	215,2	100,9%	150,0	138,8	8,0%	31,6	40,1	-21,3%

O EBITDA e o EBITDA Ajustado são uma medição de natureza não contábil elaboradas pela Companhia, conciliadas com suas informações financeiras intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012. O EBITDA e o EBITDA Ajustado não são uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis às medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Essas medidas não devem ser consideradas isoladamente ou como um substitutas de lucro líquido ou lucro operacional, como indicadores de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida. O EBITDA consiste no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. A Companhia apura o EBITDA Ajustado em conformidade à Instrução CVM 527/2012 excluindo equivalência patrimonial e outras receitas e despesas operacionais.

ANEXO II – Demonstração do Resultado - Consolidado

Demonstração do Resultado (R\$ MM)	2T22	2T21	Var. 2T22/2T21	1S22	1S21	Var. 1S22/1S21
Receita Operacional Bruta	5.440,9	5.012,3	8,6%	11.309,9	10.717,3	5,5%
Deduções	-2.351,1	-2.003,4	17,4%	-4.968,0	-4.198,2	18,3%
Receita Operacional Líquida	3.089,8	3.009,0	2,7%	6.341,9	6.519,0	-2,7%
Despesa Operacional	-2.657,9	-2.774,1	-4,2%	-5.565,3	-6.012,7	-7,4%
PMSO	-168,2	-189,8	-11,4%	-368,8	-433,5	-14,9%
Pessoal	-91,7	-87,9	4,3%	-197,3	-206,1	-4,3%
Material	-5,2	-6,8	-23,6%	-10,9	-17,7	-38,6%
Serviço de Terceiros	-96,7	-116,6	-17,0%	-194,8	-240,7	-19,1%
Outros	25,5	21,5	18,6%	34,3	31,0	10,5%
Energia Comprada	-2.128,5	-2.259,2	-5,8%	-4.460,4	-4.902,1	-9,0%
Depreciação	-181,3	-151,1	20,0%	-362,1	-299,4	20,9%
Provisões	-112,6	-52,2	115,7%	-189,9	-105,5	80,0%
PECLD	-67,3	-121,9	-44,8%	-184,2	-272,4	-32,4%
Resultado Financeiro	-607,8	-219,7	176,7%	-1.110,7	-564,4	96,8%
Receita Financeira	222,1	454,8	-51,2%	343,4	77,5	343,1%
Despesa Financeira	-829,9	-674,5	23,0%	-1.454,1	-641,9	126,5%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	69,4	-3,3	-	66,9	11,2	495,1%
Resultado Antes dos Impostos e Equivalência Patrimonial	-106,4	11,9	-	-267,2	-46,9	469,8%
IR/CS	2,2	-306,1	-	-233,3	-315,5	-26,1%
IR/CS Diferido	33,0	305,7	-89,2%	325,9	335,2	-2,8%
Equivalência Patrimonial	-8,7	-8,2	6,0%	-11,4	-11,4	0,3%
Lucro Líquido	-80,0	3,2	-	-186,1	-38,6	382,5%
EBITDA Ajustado	613,2	385,9	58,9%	1.138,7	805,7	41,3%

ANEXO III – Demonstração do Resultado – Distribuição

Demonstração do Resultado (R\$ MM)	2T22	2T21	Var. 2T22/2T21	1S22	1S21	Var. 1S22/1S21
Receita Operacional Bruta	5.468,1	4.905,3	11,5%	11.337,7	10.393,2	9,1%
Fornecimento de Energia	4.007,8	3.546,1	13,0%	9.163,2	7.913,1	15,8%
CVA	129,3	290,1	-55,4%	-233,2	426,1	-
Receita de Construção	321,4	209,0	53,8%	612,0	393,8	55,4%
Outras Receitas - crédito PIS/COFINS	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
Outras Receitas	1.009,5	860,2	17,4%	1.795,8	1.660,2	8,2%
Deduções da Receita Operacional	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
Receita Operacional Líquida	3.157,0	2.941,6	7,3%	6.448,5	6.279,5	2,7%
Custo do Serviço de Energia Elétrica	-2.391,0	-2.382,1	0,4%	-4.970,9	-5.094,8	-2,4%
Energia elétrica comprada para revenda e despesas da CCEE	-1.775,3	-1.824,8	-2,7%	-3.781,6	-4.008,3	-5,7%
Encargos de conexão e uso da rede	-294,3	-348,3	-15,5%	-577,3	-692,8	-16,7%
Custo de construção	-321,4	-209,0	53,8%	-612,0	-393,8	55,4%
Custo/Despesa Operacional	-333,7	-344,2	-3,1%	-712,5	-771,9	-7,7%
Pessoal	-85,8	-76,7	11,9%	-183,6	-184,6	-0,5%
Material	-5,0	-6,7	-25,3%	-10,6	-17,2	-38,5%
Serviços de terceiros	-91,5	-110,1	-16,9%	-185,0	-228,7	-19,1%
Provisões	-179,7	-173,7	3,5%	-373,8	-377,2	-0,9%
Outros	28,4	23,0	23,6%	40,5	35,8	13,3%
Depreciação e amortização	-153,0	-137,1	11,6%	-305,5	-271,1	12,7%
Outras receitas/despesas operacionais	-3,3	-18,9	-82,8%	10,8	-4,6	-
Resultado do Serviço	276,1	59,2	366,7%	470,4	137,0	243,3%
Resultado Financeiro	-515,1	-176,5	191,9%	-926,7	-406,0	128,3%
Receita Financeira	165,4	44,7	269,9%	257,0	212,5	20,9%
Despesa Financeira	-680,5	-221,2	207,7%	-1.183,7	-618,5	91,4%
Resultado antes dos impostos	-239,0	-117,3	103,8%	-456,3	-268,9	69,7%
IR/CS	0,0	-137,6	-	-123,3	-137,6	-10,4%
IR/CS Diferido	70,6	178,4	-60,4%	273,9	229,4	19,4%
Lucro/Prejuízo Líquido	-168,5	-76,5	120,3%	-305,7	-177,1	72,6%
EBITDA Ajustado	432,4	215,2	100,9%	765,1	412,8	85,4%

ANEXO IV – Demonstração do Resultado - Geração

Demonstração do Resultado (R\$ MM)	2T22	2T21	Var. 2T22/2T21	1S22	1S21	Var. 1S22/1S21
Receita Operacional Bruta	207,8	191,8	8,3%	432,7	501,3	-13,7%
Suprimento - Venda de energia própria	198,3	182,4	8,7%	411,8	392,1	5,0%
Suprimento - Energia de Curto Prazo	7,1	7,4	-3,5%	16,3	105,2	-84,5%
Outras - TUSD	2,3	2,0	15,7%	4,5	4,1	11,3%
Outras	0,0	0,0	-	0,1	0,0	266,7%
Deduções da Receita Operacional	-28,8	-26,1	10,4%	-59,8	-60,5	-1,2%
Receita Operacional Líquida	179,0	165,7	8,0%	372,9	440,9	-15,4%
Custo do Serviço de Energia Elétrica	-17,2	-16,8	2,3%	-40,4	-88,8	-54,5%
Custo/Despesa Operacional	-11,8	-10,0	17,4%	-23,7	-23,4	1,5%
Pessoal	-5,4	-4,3	23,4%	-11,2	-10,3	8,5%
Material	-0,2	-0,1	145,1%	-0,3	-0,4	-20,2%
Serviços de terceiros	-4,0	-4,6	-11,3%	-8,2	-8,9	-8,6%
Provisões	-0,1	-0,4	-64,6%	0,2	-0,6	-
Outros	-2,1	-0,7	197,2%	-4,3	-3,1	38,2%
Depreciação e amortização	-28,2	-13,9	102,9%	-56,4	-28,1	100,8%
Outras receitas/despesas operacionais	3,5	0,0	-	2,7	-0,5	-
Resultado do Serviço	125,3	124,9	0,3%	255,1	300,2	-15,0%
Equivalência Patrimonial	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
Resultado Financeiro	-94,2	-44,8	110,3%	-192,1	-161,3	19,1%
Receita Financeira	43,4	156,8	-72,3%	134,6	57,6	133,6%
Despesa Financeira	-137,6	-201,6	-31,7%	-326,7	-219,0	49,2%
Resultado antes dos Impostos	31,1	80,1	-61,2%	63,0	138,8	-54,6%
IR/CS	24,8	-156,6	-	-77,6	-156,9	-50,5%
IR/CS Diferido	-33,5	131,6	-	60,2	114,0	-47,2%
Lucro/Prejuízo Líquido	22,4	55,1	-59,3%	45,6	96,0	-52,5%
EBITDA Ajustado	150,0	138,8	8,0%	308,8	328,7	-6,0%

ANEXO V – Balanço Patrimonial Consolidado

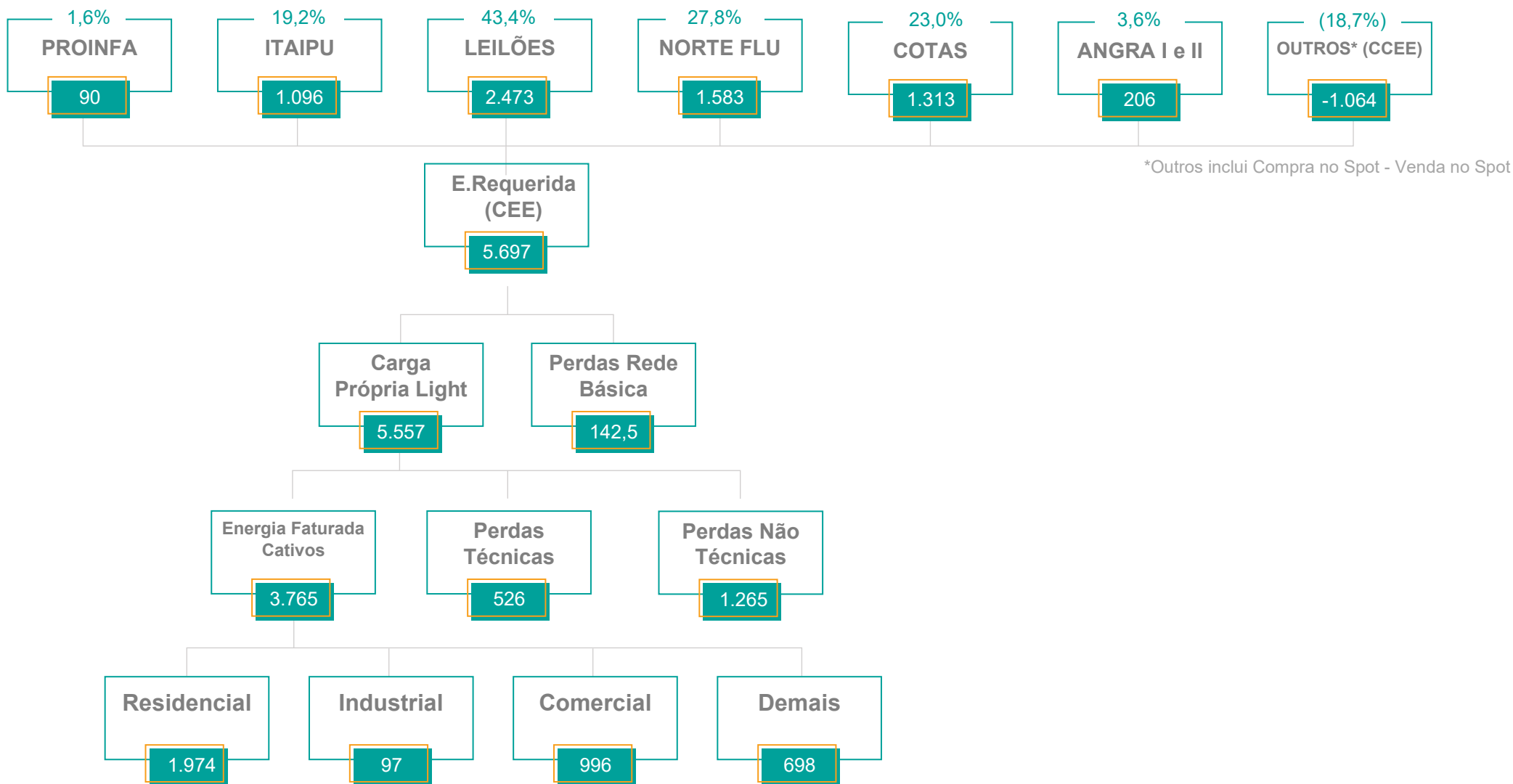
ATIVO (R\$ MM)	31.06.2022	31.12.2021
Circulante	8.422	9.324
Caixa e equivalentes de caixa	17	397
Títulos e valores mobiliários	3.960	3.208
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	2.291	2.425
Estoques	72	66
Tributos e contribuições a recuperar	1.485	1.263
Ativos financeiros do setor	109	1.172
Despesas pagas antecipadamente	33	29
Dividendos a receber	0	0
Serviços prestados a receber	36	17
Instrumentos financeiros derivativos swaps	0	0
Outros créditos	419	613
Ativos classificados como mantidos para venda	0	135
Não Circulante	19.464	18.954
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	1.368	1.221
Tributos e contribuições a recuperar	3.284	3.675
Tributos diferidos	1.161	896
Instrumentos financeiros derivativos swaps	17	190
Depósitos vinculados a litígios	225	222
Ativos financeiros do setor	265	308
Ativo financeiro da concessão	6.927	6.822
Outros créditos	0	1
Ativo de contrato	1.100	558
Investimentos	345	358
Imobilizado	1.923	1.810
Intangível	2.573	2.834
Ativo de direito de uso	276	60
Ativo Total	27.886	28.278

PASSIVO (R\$MM)	31.06.2022	31.12.2021
Circulante	5.386	6.689
Fornecedores	1.351	2.154
Tributos e contribuições a pagar	222	384
Empréstimos e financiamentos	413	403
Debêntures	1.865	1.530
Instrumentos financeiros derivativos swaps	35	0
Passivos financeiros do setor	469	276
Dividendos a pagar	95	95
Obrigações trabalhistas	85	104
Valores a serem restituídos a consumidores	67	831
Obrigações por arrendamento	25	25
Encargos regulatórios	297	314
Outros débitos	463	572
Não circulante	13.952	12.856
Empréstimos e financiamentos	3.638	4.006
Debêntures	6.216	5.205
Instrumentos financeiros derivativos swaps	364	4
Tributos e contribuições a pagar	199	200
Tributos diferidos	215	275
Participações societárias a descoberto	20	22
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	593	502
Benefícios pós-emprego	0	0
Obrigações por arrendamento	255	38
Valores a serem restituídos a consumidores	2.403	2.565
Outros débitos	49	40
Patrimônio líquido	8.548	8.733
Capital social	5.392	5.392
Reserva de capital	19	18
Reservas de lucros	3.135	3.135
Ajustes de avaliação patrimonial	282	289
Outros resultados abrangentes	-101	-101
Lucros acumulados	-179	0
Passivo Total	27.886	28.278

ANEXO VI – Balanço Energético

Balanço Energético (GWh)	2T22	2T21	Var. 1T22/1T21	1S22	1S21	Var. 1S22/1S21
= Carga Fio	8.144	7.984	2,0%	18.150	18.271	-0,7%
- Uso de Rede	2.587	2.321	36,9%	5.041	4.762	3,1%
= Carga Própria	5.557	5.663	-1,9%	13.109	13.500	-2,9%
- Energia Faturada (Cativo)	3.765	3.854	-2,3%	8.192	8.474	-3,3%
Mercado Baixa Tensão	3.007	3.059	-1,7%	6.548	6.744	-2,9%
Mercado Média e Alta Tensão	759	795	-4,5%	1.644	1.730	-5,0%
= Perda Total	1.790	1.809	-1,0%	4.917	5.025	-2,2%

Balço energético da Distribuição (GWh)
2º trimestre 2022 - Dados realizados entre abril e junho |



ANEXO VII - Investimentos

Investimento Consolidado (R\$MM)	2T22	2T21	Var. 2T22/2T21	1S22	1S21	Var. 1S22/1S21
Ativos Elétricos (Distribuição)	319,2	232,6	37,2%	587,3	410,2	43,2%
Engenharia	78,1	97,6	-20,0%	160,3	168,6	-4,9%
Comercial	241,1	135,0	78,6%	427,0	241,5	76,8%
Ativos Não Elétricos	42,6	33,8	26,0%	68,4	57,1	19,8%
Geração (Light Energia & Lajes)	51,2	29,0	76,6%	87,7	46,2	89,8%
Aportes	-	1,5	-100,0%	-	1,5	-100,0%
Total do Investimento (incluindo aportes)	413,1	296,9	39,1%	743,4	515,0	44,3%

ANEXO VIII – Conciliação EBITDA para Fluxo de Caixa Livre

EBITDA para Fluxo de Caixa Livre	Light S.A						Light SESA						Light Energia					
	1T21	2T21	1S21	1T22	2T22	1S22	1T21	2T21	1S21	1T22	2T22	1S22	1T21	2T21	1S21	1T22	2T22	1S22
CVM EBITDA	431,1	374,4	805,5	520,3	673,9	1.194,1	183,3	234,1	417,4	318,7	435,6	754,3	190,4	138,8	329,2	159,7	146,5	306,2
(+/-) Equivalência Patrimonial	3,2	8,2	11,4	2,7	8,7	11,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
(+/-) Outras Receitas Operacionais (Despesas)	-14,5	3,3	-11,2	2,5	-69,4	-66,9	14,3	-18,9	-4,6	14,0	-3,3	10,8	-0,5	0,0	-0,5	-0,9	3,5	2,7
EBITDA Ajustado	419,8	385,9	805,7	525,5	613,2	1.138,7	197,6	215,2	412,8	332,8	432,4	765,1	189,9	138,8	328,7	158,9	150,0	308,8
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	0,0	0,0	0,0	-109,8	-18,4	-128,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,2	-9,2	-109,4
(+/-) Contas a Receber	-122,4	741,0	618,5	-705,2	494,1	-211,1	-378,7	168,7	-210,1	-730,8	483,3	-247,5	317,3	588,8	906,1	2,6	8,0	10,6
(+/-) Ativos e Passivos Financeiros do setor	-126,5	-306,8	-433,3	336,0	-87,9	248,1	-126,5	-306,8	-433,3	336,0	-87,9	248,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
(+/-) Fornecedores	-48,7	-2.013,6	-2.062,3	-337,1	-482,3	-819,4	-89,8	-167,2	-256,9	-283,5	-483,1	-766,6	92,3	-1.911,1	-1.818,9	-35,7	1,3	-34,4
(+/-) Outros	128,4	-158,2	-29,8	385,0	-147,7	237,3	222,7	-106,1	116,6	308,8	-131,3	177,4	-96,7	-53,6	-150,4	-4,9	-10,2	-15,1
Fluxo de Caixa Operacional (Ajustado)	250,5	-1.351,8	-1.101,2	94,4	371,1	465,5	-174,7	-196,2	-370,9	-36,8	213,3	176,5	502,7	-1.237,2	-734,5	20,7	139,9	160,6
(+/-) Instrumentos Financeiros	-2,2	826,7	824,6	-12,1	-173,1	-185,1	-1,1	554,4	553,3	-5,5	-116,6	-122,1	-1,1	272,3	271,3	-6,6	-56,5	-63,1
(-) Juros	-40,5	-162,7	-203,1	-63,5	-250,8	-314,3	-39,0	-135,6	-174,6	-52,2	-227,3	-279,5	-1,4	-27,1	-28,5	-11,3	-23,5	-34,8
Fluxo de Caixa Operacional (Contábil)	207,9	-687,7	-479,8	18,8	-52,8	-34,0	-214,8	222,6	7,8	-94,5	-130,6	-225,1	500,2	-991,9	-491,7	2,8	60,0	62,7
(-) Investimentos	-190,3	-280,6	-470,9	-292,6	-433,8	-726,4	-219,1	-205,7	-424,8	-257,0	-346,6	-603,6	-17,3	-28,9	-46,2	-35,5	-87,2	-122,7
(-) Investimentos Minoritários	0,0	-2,2	-2,2	0,0	191,7	191,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	97,0	97,0
Fluxo de Caixa Livre da Firma (FCLF)	17,6	-970,6	-953,0	-273,8	-294,9	-568,7	-433,9	16,9	-417,0	-351,4	-477,2	-828,7	482,9	-1.020,9	-538,0	-32,8	69,8	37,0
(+) Aumento de Capital	1.348,2	-7,3	1.340,9	0,0	0,0	0,0	1.340,0	0,0	1.340,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
(-) Captações e Amortização de Dívida	-1.701,7	734,5	-967,2	-110,3	298,8	188,5	-1.045,7	-261,8	-1.307,6	-32,6	476,8	444,2	-646,9	1.021,7	374,7	32,3	-66,0	-33,8
Fluxo de Caixa Livre do Acionista (FCLA)	-335,9	-243,4	-579,3	-384,1	3,9	-380,2	-139,6	-245,0	-384,6	-384,0	-0,4	-384,5	-164,1	0,8	-163,2	-0,5	3,7	3,2
(-) Dividendos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Observação

As tabelas listadas abaixo encontram-se disponíveis no site de RI da Companhia para consulta:

- Custos e Despesas – Distribuição
- Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela A – CVA
- Resultado Financeiro – Consolidado, Distribuição, Geração
- Balanço Patrimonial – Distribuição e Geração
- Fluxo de Caixa – Consolidado, Distribuição e Geração